Universidade do Estado do Rio de Janeiro
Centro de Ciências Sociais
Instituto de Estudos Sociais e Políticos

Flávia Bozza Martins

Voto econômico na América Latina: avaliação de políticas públicas e clareza de responsabilidade

Rio de Janeiro
2018

Flávia Bozza Martins

Voto econômico na América Latina: avaliação de políticas públicas e clareza de responsabilidade

Tese apresentada, como requisito parcial para a obtenção do título de Doutora, ao Programa de Pós-Graduação em Ciência Política do Instituto de Estudos Sociais e Políticos (IESP), da Universidade do Estado do Rio de Janeiro.

Orientadora: Prof.ª Dra. Argelina Cheibub Figueiredo

Coorientadora: Prof.ª Dra. Luciana Fernandes Veiga

Rio de Janeiro

2018

CATALOGAÇÃO NA FONTE

UERJ/REDE SIRIUS/ BIBLIOTECA CCS/D – IESP

M386 Martins, Flávia Bozza.
Voto econômico na América Latina: avaliação de políticas públicas e clareza de responsabilidade / Flávia Bozza Martins. – 2018.
146f.

Orientadora: Argelina Cheibub Figueiredo.
Coorientadora: Luciana Fernandes Veiga.
Tese (Doutorado em Ciência Política) - Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Instituto de Estudos Sociais e Políticos.

1. Eleições – América Latina - Teses. 2. América Litina – Política e governo - Teses. 3.Eleições – Aspectos econômicos – Teses. I. Figueiredo, Argelina Cheibub. II. Veiga, Luciana Fernandes. III. Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Instituto de Estudos Sociais e Políticos. IV. Título.

CDU 324(8=6)

Rosalina Barros CRB-7 / 4204 - Bibliotecária responsável pela elaboração da ficha catalográfica.

Autorizo, apenas para fins acadêmicos e científicos, a reprodução total ou parcial desta tese, desde que citada a fonte.

_____ _____

Assinatura Data

Flávia Bozza Martins

Voto econômico na América Latina: avaliação de políticas públicas e clareza de responsabilidade

Tese apresentada, como requisito parcial para a obtenção do título de Doutora, ao Programa de Pós-Graduação em Ciência Política do Instituto de Estudos Sociais e Políticos (IESP), da Universidade do Estado do Rio de Janeiro.

Aprovada em 18 de junho de 2018

Orientadora:

Prof.ª Dra. Argelina Cheibub Figueiredo

Instituto de Estudos Sociais e Políticos - UERJ

Coorientadora:

Prof.ª Dra. Luciana Fernandes Veiga

Programa de Pós-Graduação em Ciência Política (UNIRIO)

Banca examinadora:

Prof.ª Dra. Celina Maria de Souza

Instituto de Estudos Sociais e Políticos - UERJ

Prof. Dr. Fernando Guarnieri

Instituto de Estudos Sociais e Políticos - UERJ

Prof. Dr. Steven Dutt-Ross

Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro

Rio de Janeiro

2018

DEDICATÓRIA

Dedico esta tese aos meus ancestrais. Da família paterna, aos negros e às negras que lutaram com muita consciência para que os filhos e filhas desta árvore pudessem furar a bolha imposta pelo racismo estrutural da sociedade brasileira. Da família materna, às mulheres sábias, guerreiras e incansáveis na arte de renascer mesmo quando toda a vida lhes parecia ter sido ceifada.

AGRADECIMENTOS

O ato de agradecer ao final de um processo árduo, tal como é o da construção de uma tese, é um exercício bastante difícil. Primeiro porque sobram pessoas. Segundo porque faltam palavras. Escreveria mais dezenas de páginas para agradecer às pessoas que contribuíram para que este trabalho se concretizasse. Mas, buscando respeitar os limites do bom senso, procurarei fazer isso sem extrapolar demais.

Agradeço, primeiramente, aos meus pais por sempre me explicitarem o valor da educação formal. Ao meu pai sou grata por todos os esforços e ensinamentos para criar duas mulheres fortes, questionadoras e independentes. Especialmente, agradeço à minha mãe que acolheu e apoiou todas as minhas empolgações com relação à academia, sendo grande incentivadora e patrocinadora de todos os meus sonhos. Foi graças a ela que construí um currículo minimamente sólido para ingressar no IESP/UERJ, uma vez que, mesmo quando eu não contava com financiamento da universidade para apresentar trabalhos em congressos, minha mãe nunca permitiu que eu deixasse de ir por questões financeiras. Além disso, todo o apoio material para a minha residência na cidade do Rio de Janeiro veio dela. Sempre com palavras de incentivo e segurança, sempre garantindo que eu não passasse por apertos de quaisquer ordens. Não fosse pelos meus pais, eu não teria alcançado o doutorado. Não fosse pela minha mãe, eu não teria cursado o doutorado nessa instituição de enorme prestígio da Ciência Política brasileira, que é o IESP/UERJ. Não há palavras que consigam expressar minha gratidão por isso.

Agradeço também à minha irmã Bárbara. Sem ela, nada seria. Não vejo possibilidade de ter enfrentado os desafios pessoais, profissionais e acadêmicos apresentados pela mudança para o Rio de Janeiro sem os seus ouvidos atentos e ombros amigos, para que eu perseverasse em cada desafio no meu caminho. Não houve um dia sequer, nesses mais de quatro anos, que não compartilhei minha vida com ela. Bárbara é porto seguro e é difícil colocar em palavras o papel imprescindível que ela cumpre em minha vida.

Agradeço de forma muito especial ao professor Marcus Figueiredo (*in memorian)*, que aceitou orientar esta tese, me permitindo ingressar no IESP. Junto a isso, veio a realização com a possibilidade de ser orientada por uma referência tão fundamental para os estudos de comportamento eleitoral no Brasil, como ele foi. Em

decorrência de sua sentida ausência, posso apenas ser imensamente grata à professora Argelina Figueiredo, que me acolheu, sendo a orientadora deste trabalho. Mesmo tendo que lidar com a ausência de Marcus naquele momento, a Argelina foi benevolente e generosa o suficiente para se colocar disponível para a minha orientação. Ainda com sua humildade, deixou-me à vontade caso eu quisesse buscar outra pessoa para me orientar. Ora, como não iria querer ser orientanda de Argelina Figueiredo? Nesse processo de orientação, aprendi imensamente. Foi um privilégio imenso poder ver de perto como funciona a mente e o exercício científico de uma pesquisadora tão brilhante. Argelina me ensinou a pensar, me ensinou a olhar para teoria de maneira mais intensa e cautelosa e, ainda, me ensinou como combinar isso com a investigação empírica. Foi uma honra concluir esse processo sob sua orientação. E é um orgulho inexpressável ter o seu nome assinando a orientação deste trabalho.

Agradeço, também, à professora Luciana Veiga que foi na minha trajetória muito mais do que a coorientadora desta tese. Foi minha professora de métodos e técnicas de pesquisa na graduação e a pessoa que me despertou o gosto pelo fazer científico da Ciência Política. Orientou minha dissertação de mestrado e, ainda enquanto professora da UFPR, onde me graduei e formei mestre, me incentivou a tentar o processo seletivo para o doutorado do IESP, sob a orientação do Marcus.

O processo de coorientação da Luciana nesta tese foi muito intenso, uma vez que ela tem grande domínio do tema de pesquisa. Foi uma contribuição imensamente rica e construtiva, de forma que muitas das decisões estruturais do trabalho foram tomadas em nossas reuniões de orientação. Nesse sentido, mais uma vez me considero privilegiada, porque a orientação da Luciana e da Argelina se integraram de uma maneira muito fluida, e a Luciana muitas vezes me ajudou a sanar as dúvidas que eram colocadas pela Argelina e que eu, em processo de maturação, não dava conta de dirimir. Esses anos de contato com a Luciana me mostraram que ela tem o dom de conseguir o melhor de mim. Não havia reunião de orientação em que eu não saísse do encontro me sentindo estimulada e capaz de melhorar este trabalho ou qualquer outro.

À Luciana devo, ainda, a gratidão por me colocar em contato com o professor Steven Dutt-Ross, a quem também agradeço imensamente por duas coisas preciosas: primeiramente, pelo auxílio atento e criterioso nas sugestões de estratégias empíricas apresentadas neste trabalho. As inúmeras discussões, soluções apresentadas e

ensinamentos feitos pelo Steven foram condições necessárias para a realização desta tese. Em segundo lugar, sou grata por seu entusiasmo e dedicação ao ensinar estatística e uso do R, linguagem de programação que comecei a usar com bastante reticência, por conta da minha inabilidade. O ânimo do Steven com a estatística no R é tão contagiante que me permitiu desbravar esse campo que me parecia tão pantanoso e realizar as análises presentes neste trabalho. Steven procurou me ensinar cada passo e apresentar cada nova fonte de conhecimento, a fim de me dar autonomia para o desenvolvimento das análises sem que, contudo, deixasse de estar presente para tirar as inúmeras dúvidas que surgiram durante o processo. Trabalhar junto ao Steven, nesse sentido, é inspirador!

Agradeço também ao Grupo de Apoio Estatístico (GAE) da UNIRIO que teve papel determinante nas escolhas empíricas deste trabalho. O GAE é um grupo que reúne estatísticos da UNIRIO e oferece auxílio técnico para a comunidade acadêmica, de forma que é agendado um horário para que pesquisadores das mais diversas áreas apresentem seus dados e objetivos de análise, e recebam contribuições técnicas e metodológicas. Além disso, depois de realizada a frutífera discussão a respeito do projeto pesquisa, o GAE designa um pesquisador para acompanhar o desenvolvimento do estudo. O Steven foi o pesquisador que, inicialmente, sugeriu que eu solicitasse uma reunião com o grupo e, posteriormente, foi designado como pesquisador que acompanhou o trabalho. Este projeto do GAE é de suma importância para a comunidade acadêmica e desejo vida longa ao projeto que é tão alinhado à noção de disseminação de conhecimento científico de forma aberta e construída por pares.

A elaboração de uma tese de doutorado conta com pequenas orientações e contribuições de tantas outras pessoas que não são nossos orientadores(as). Nesse sentido, agradeço profundamente ao professor Fernando Guarnieri por nossas várias conversas e trocas de ideias ao longo do curso. Certamente as contribuições de Guarnieri fizeram parte deste trabalho, e procurei incorporar todas as sugestões que foram possíveis. Da mesma maneira, agradeço ao professor Fabiano Santos, que por meio de provocações e sugestões, também me permitiu dar maior robustez a este trabalho. De forma geral, todo o corpo docente do IESP está sempre muito disponível para apresentar possibilidades, caminhos e descaminhos tão necessários para a elaboração de uma tese de doutorado. A isto também sou grata. Estendo esses

agradecimentos aos funcionários(as) do IESP, que permitem que a vida dos discentes seja mais fácil em tantos sentidos.

Não somente os docentes da casa, mas também o corpo discente e pós-doutorandos também foram grandes interlocutores para que algumas ideias fossem acolhidas, descartadas ou reformuladas. Sou muito grata à Natália Maciel e Carolina de Paula que tanto me encorajaram a encarar desafios desde o início do doutorado, tanto no curso quanto em outras atividades de pesquisa.

Agradeço, também, aos amigos e colegas da casa. Ressalto o Thiago, Leonardo, Felipe, Saulo, Talita, Décio, Mariani, Borel, Nara, Renata, dentre tantos outros, que mesmo em conversas de corredores ou mesas de bar contribuíram de muitas maneiras para a construção deste trabalho. Além desses, também agradeço às amigas que contribuíram para o tão necessário acolhimento, Marcinha, Helloana, Carol, Leonildes, Natasha, Anninha, Mari, entre tantas outras.

Fora do IESP, agradeço ao João e Júlio, amados amigos, que me receberam no Rio de Janeiro e me deram moradia e colo até que eu pudesse me estabelecer na cidade. Da mesma forma, aos amigos tão solícitos e amados Alessandra e Guto, que foram referência e segurança em todos os momentos necessários.

Agradeço também às amigas imprescindíveis Jaqueline e Ellen. Minhas parceiras e irmãs de alma, com quem compartilhei cada dor e delícia dessa longa estrada da pós-graduação, que envolveu não somente os percalços acadêmicos, mas também os desafios da vida pessoal, que não dão trégua, apesar dos prazos e exigências da vida profissional. Sem elas, não daria!

Sou grata também à Haryanna, que nos momentos onde a vida pessoal parecia ter me tirado do prumo dos meus objetivos, esteve ali me amparando, apontando minha força e me ensinando a ser menos carrasca e mais tolerante comigo mesma. Da mesma forma, agradeço à Thays, pessoa que me apareceu em um momento delicado, e que se mostrou uma presença suave e doce nos meus dias de finalização de tese. Dias que parecem não ter fim, mas que podem ser mais ternos a depender daqueles que estão ao nosso redor. Nesse sentido, também agradeço à Jana que tantas vezes me ofereceu um ombro e foi fonte de inspiração. Também ao Willian que procurou confortar em momentos cruciais.

Não menos importante é meu querido amigo Diego, que ouviu muitas de minhas lamúrias, medos e problemas que atravessaram o meu caminho. Amigo leal,

sempre me encorajando, distraindo e dando as broncas necessárias para que eu me ativesse aos meus objetivos. Sou grata!

Agradeço, ainda, de forma muito especial ao Philipe, meu grande companheiro na maior parte do doutorado, que me permitiu descobrir coisas maravilhosas sobre a ciência, sobre programação, sobre estatística, sobre o Universo, sobre a minha tese, sobre o amor e sobre mim. Ninguém ouviu tanto sobre este trabalho quanto ele, bem como ninguém me incentivou com tanto afinco quanto ele. Os anos de doutorado no Rio de Janeiro não teriam sido o que foram não fosse pelo Philipe. Sou imensamente grata por termos cruzado nossos caminhos. E por nos carregarmos em nossos corações, agora que já não mais compartilhamos a mesma estrada.

Por fim, ressalto que a conclusão da pós-graduação só foi possível porque ingressei na graduação em um período onde contávamos com um governo que tinha preocupação com o investimento social e acreditou no fortalecimento das instituições de ensino como forma de transformação social. Assim, tive a felicidade de contar com bolsas de iniciação científica e bolsas CAPES de mestrado e doutorado para que pudesse me dedicar exclusivamente à carreira acadêmica. É com imensa preocupação que concluo o doutorado em um período em que caminhamos para um processo de desmonte dos avanços sociais conquistados nos últimos anos, que conta, ainda, com a deslegitimação do ensino superior público e de qualidade, com perda de investimento em ciência e tecnologia, tão fundamentais para o progresso de uma nação. Com isso, agradeço aos governos do Partido dos Trabalhadores, que não somente garantiram a minha permanência na academia, como proporcionaram mobilidade social ascendente para tantos outros cidadãos por meio do ingresso no ensino superior e outras políticas sociais inclusivas.

RESUMO

MARTINS, Flávia Bozza. *Voto econômico na América Latina:* avaliação de políticas públicas e clareza de responsabilidade. 2018. 146f. Tese (Doutorado em Ciência Política) – Instituto de Estudos Sociais e Políticos, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2018.

Esta tese tem como objetivo investigar o papel da economia e de políticas públicas na avaliação retrospectiva dos líderes latino-americanos e como o contexto político-institucional intervém sobre essa relação. O período analisado é entre 2004 e 2014. À luz da teoria do voto econômico, proponho a inserção de novas variáveis para estudos de comportamento eleitoral na América Latina. Argumento que a avaliação dos presidentes latino-americanos se dá em função não apenas da percepção do desempenho do mandatário na economia, como aponta a teoria, mas também em função percepção do desempenho do governo em políticas públicas e no combate à corrupção. Na segunda etapa da investigação são testadas hipóteses da interveniência da clareza de responsabilidade sobre o voto econômico. Para isso, investigo se ambientes políticos mais transparentes – onde a formulação e implementação de políticas está concentrada nas mãos de menor número de atores – contribuem para o processo de atribuição de responsabilidade política. Mostro que a clareza responsabilidade é fundamental para a capacidade de o eleitor de punir ou premiar o presidente pelo seu desempenho na economia e nas políticas sociais e anticorrupção. Análises quantitativas utilizando dados no nível individual permitiram confirmar o impacto, não somente da avaliação da economia, mas também da atuação do governo sobre políticas sociais e de combate à corrupção, na avaliação dos líderes da região. Além disso, por meio do uso de dados individuais e agregados, foi possível confirmar que contextos de maior clareza de responsabilidade têm efeito positivo na relação entre avaliação de economia e atuação do governo em políticas públicas com a avaliação do trabalho do presidente.

Palavras-chave: Voto econômico. Multidimensionalidade da avaliação retrospectiva. Clareza de responsabilidade. América Latina.

ABSTRACT

MARTINS, Flávia Bozza. *Economic voting in Latin America:* public policies evaluation and clarity of responsibility. 2018. 146f. Tese (Doutorado em Ciência Política) – Instituto de Estudos Sociais e Políticos, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2018.

This thesis aims to investigate the role of economics and public policies in the retrospective evaluation of Latin American leaders and how the political-institutional context intervenes on this relationship. The period analyzed is between 2004 and 2014. Building on economic voting theory, I propose the insertion of new variables for studies of electoral behavior in Latin America. I argue that the evaluation of the Latin American presidents is due not only to the perception of the incumbent's performance in the economy, as the theory says, but also to a perception of government performance in public policies and in the fight against corruption. In the second stage of the research hypotheses are tested of the intervention of the clarity of responsibility on the economic voting. To this end, I investigate whether more transparent political environments - where policy decision making and implementation is concentrated in the hands of fewer actors - contribute to the process of assigning political responsibility. I show that clarity of responsibility is critical to the voter's ability to punish or reward the president for his performance in the economy and in social and anti-corruption policies. Quantitative analysis using data at the individual level allowed us to confirm the impact not only of the evaluation of the economy, but also of the government's action on social policies and anti-corruption in the evaluation of the leaders of the region. In addition, through the use of individual and aggregate data, it was possible to confirm that contexts of greater clarity of responsibility have a positive effect on the relationship between economy evaluation and government performance in public policies with the evaluation of the president's work.

Keywords: Economic voting. Multidimensionality of the retrospective evaluation. Clarity of responsibility. Latin America.

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Variação anual do IPI na América Latina (%) 41
Gráfico 2 – Crescimento do PIB anual a preços constantes (%) 42
Gráfico 3 – Gasto Público Social na América Latina por habitante em dólar 43
Gráfico 4 – Largura da Silhueta 104
Gráfico 5 – Distribuição dos casos entre cluster 1 e 2 107
Gráfico 6 – Dendograma relativo aos clusters 1 e 2 (que incluem a variável “reeleição) 146
Gráfico 7 – Largura da silhueta dos gráficos 1A e 2A 146
Gráfico 8 – Dendograma dos cluster 1A e 2A (que não incluem a variável “reeleição”) 147
Gráfico 9 – Distribuição dos casos entre os clusters 1A e 2A 147

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Quadro 1 –	Mensuração	57
Quadro 2 –	Variáveis independentes	65
Quadro 3 –	Mensurações de clareza de responsabilidade dos estudos	88
Figura 1 –	Clareza de responsabilidade: efeito interveniente sobre o voto econômico	89
Quadro 4 –	Variáveis independentes	97
Figura 2 –	Efeito da interação	110
Quadro 5 –	Distribuição dos casos dos *clusters* – sem a variável reeleição	119

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Percepção dos Maiores Problemas do País - América Latina (2004-2014) 44
Tabela 2 – Variável Dependente 68
Tabela 3 – Variável Independente 68
Tabela 4 – Variável Independente 69
Tabela 5 – Variável de Controle 70
Tabela 6 – Variável de Controle 70
Tabela 7 – Variável de Controle 70
Tabela 8 – Coeficientes Estimados dos modelos logit ordinal 72
Tabela 9 – Probabilidades Estimadas a partir do modelo logit ordinal 75
Tabela 10 – Probabilidades Estimadas a partir do modelo logit ordinal 75
Tabela 11 – Probabilidades Estimadas a partir do modelo logit ordinal 76
Tabela 12 – Variáveis Independentes 100
Tabela 13 – Variáveis Independentes 101
Tabela 14 – Variáveis Independentes 101
Tabela 15 – Variável Independente 101
Tabela 16 – Variáveis Independentes 102
Tabela 17 – Variável de Controle 102
Tabela 18 – Variável de Controle 103
Tabela 19 – Variável de Controle 103
Tabela 20 – Variável Dependente 103
Tabela 21 – Características da formação de governo 1 – Clareza de responsabilidade 105
Tabela 22 – Medoids 106
Tabela 23 – Coeficientes Estimados dos modelos (interativos) logit ordinal 111
Tabela 24 – Impacto da avaliação da atuação do governo no combate à pobreza em interação com cluster de clareza de responsabilidade 113

Tabela 25 – Impacto da avaliação da atuação do governo na melhora da segurança dos cidadãos em interação com cluster de clareza de responsabilidade 113
Tabela 26 – Avaliação da atuação do presidente no combate à pobreza em perspectiva comparada 116
Tabela 27 – Avaliação da atuação do presidente sobre a segurança cidadã em perspectiva comparada 117
Tabela 28 – Características da formação de governo 1A – Clareza de responsabilidade (sem a variável reeleição) 118
Tabela 29 – Coeficientes estimados dos modelos (interativos) logit ordinal 120
Tabela 30 – Impacto da avaliação retrospectiva sociotrópica da economia em interação com cluster de clareza de responsabilidade 121
Tabela 31 – Avaliação sociotrópica retrospectiva da economia em perspectiva comparada 123
Tabela 32 – Avaliação da atuação do presidente no combate à pobreza (sem considerar o aspecto da reeleição) em perspectiva comparada 124
Tabela 33 – Avaliação da atuação do governo na melhora da segurança dos cidadãos (sem considerar o aspecto da reeleição) em perspectiva comparada 125
Tabela 34 – Países e anos do banco de dados micro 143
Tabela 35 – Coeficientes Estimados - Modelos Ordinais 144
Tabela 36 – Coeficientes estimados em perspectiva comparada 145

SUMÁRIO

	INTRODUÇÃO	18
1	**VOTO ECONÔMICO, MENSURAÇÃO E MULTIDIMENSIONALIDADE DO VOTO RETROSPECTIVO**	24
1.1	**Introdução**	24
1.2	**A teoria do voto econômico**	24
1.2.1	Voto econômico: estratégias de análise	30
1.2.2	Voto econômico: resultados empíricos	34
1.3	**Temas importantes na agenda política da América Latina**	40
1.4	**O exercício de comparar**	46
2	**VOTO ECONÔMICO NA AMÉRICA LATINA – MULTIDIMENSIONALIDADE DA AVALIAÇÃO RETROSPECTIVA**	47
2.1	**Introdução**	47
2.2	**Os estudos na América Latina**	48
2.2.1	Os estudos transnacionais	49
2.3	**Argumento**	57
2.4	**Hipóteses de trabalho**	60
2.5	**Estratégia Empírica**	61
2.5.1	Variáveis	63
2.5.1.1	Variável dependente	63
2.5.1.2	Variáveis independentes	64
2.5.2	Análises Descritivas das Variáveis	68
2.5.3	O Modelo	70
2.6	**Resultados**	71
2.7	**Considerações Finais**	76
3	**VOTO ECONÔMICO E CLAREZA DE RESPONSABILIDADE NA AMÉRICA LATINA**	78
3.1	**Introdução**	78
3.2	**Os estudos transnacionais sobre clareza de responsabilidade na América Latina**	81
3.3	**Argumento**	89

3.4 **Hipóteses de trabalho** 92
3.5 **Estratégia Empírica** 93
3.5.1 Variáveis 94
3.5.1.1 Variável dependente 94
3.5.1.2 Variáveis independentes 94
3.5.2 Agrupando as variáveis macro: análise de cluster e método *Gower Distance*..... 98
3.6 **Análise das estatísticas descritivas** 100
3.7 **Resultados** 104
3.7.1 Análise de Cluster 104
3.7.2 Os Modelos de Interação: clareza de responsabilidade e comportamento individual 109
3.8 **Considerações finais** 126
CONCLUSÃO 128
REFERÊNCIAS 132
APÊNDICE A – Ondas de análise do banco de dados micro 143
APÊNDICE B – Modelos de regressão logit ordinal que trazem as variáveis independentes sob natureza categóricas 144
APÊNDICE C – Coeficientes estimados das amostras de maior e menor clareza de responsabilidade 145
APÊNDICE D – Gráficos adicionais 146

INTRODUÇÃO

Esta tese se insere na agenda de pesquisa sobre comportamento eleitoral na América Latina. Conforme a maior parte dos estudos atuais da área, adoto a literatura do voto econômico para nortear as hipóteses que aqui serão desenvolvidas. Tal literatura parte do pressuposto que os eleitores agem de forma racional, adequando meios a fins. Assim, segundo a teoria do voto econômico, os eleitores têm como preocupação básica o bom desempenho da economia e, ao identificarem uma melhora na sua situação econômica do país, deverão atribuir responsabilidade ao governante e premiá-lo com seu voto. Do contrário, caso identifiquem que a situação econômica piorou, os eleitores também responsabilizarão o mandatário e tendem a puni-lo, votando na oposição.

Inspirada nas teorias e no conjunto de hipóteses tratados na bibliografia voltada para o estudo dos países de democracia avançada, esta tese busca compreender o comportamento do eleitor latino-americano, procurando testar algumas dessas hipóteses e contribuir com novas hipóteses a partir da realidade social e política da região. Dessa forma, o objetivo deste trabalho é colocar uma lupa sobre o mecanismo presente no argumento do voto econômico e identificar como ele funciona na América Latina. Isto é, analisar os micro fundamentos da avaliação retrospectiva que fundamenta a avaliação do trabalho do presidente. Para tanto, além de testar o impacto de fatores econômicos já consagrados na literatura, procuro testar o efeito de políticas sociais relevantes no contexto latino-americano. Em um segundo momento, objetivo entender como o contexto político-institucional (clareza de responsabilidade) atua sobre a atribuição de responsabilidade política ao mandatário.

Alguns autores apontam a necessidade de trabalhos que tratem do assunto em jovens democracias (REMMER, 1991; LEWIS-BECK E STEGMAYER, 2008; RATTO, 2011). Isso porque acham importante verificar se o comportamento dos eleitores nesses contextos se assemelharia ao comportamento dos eleitores de países com mais longa experiência com instituições democráticas que, supostamente, estariam mais habilitados a fazer uso da racionalidade orientada pelo desempenho da economia. Ora, não teria porque supor que tal comportamento não se repetiria na América Latina atualmente, após cerca de trinta de redemocratização. De todo modo, há uma agenda recente de estudos voltados para a região que vêm demonstrando

empiricamente a ocorrência do impacto da economia sobre o voto e sobre a avaliação do mandatário.

O presente estudo pretende fornecer mais achados empíricos que demonstram a racionalidade orientada pelo desempenho da economia do eleitor latino-americano. Mas, para uma contribuição mais substantiva, o trabalho busca verificar a multidimensionalidade da avaliação retrospectiva feita pela opinião pública da região, no intuito de entender quais fatores, além do econômico, orienta as avaliações políticas. Nesse sentido, o voto econômico é tratado em um sentido mais amplo, segundo a lógica da avaliação retrospectiva da economia e outros aspectos relevantes para a agenda política da região, como políticas sociais referentes ao combate à pobreza, ao combate ao desemprego, em prol da segurança pública e políticas de combate à corrupção.

A América Latina é marcada por grande desigualdade social. Os países que integram a região passaram por algumas experiências semelhantes, como o passado autoritário, a instabilidade política, a pobreza, o desemprego, as crises econômicas, a guinada à esquerda de alguns países da região, o crescimento do investimento social e, em decorrência disso, a redução da pobreza.

Considerando esse passado recente comum, é possível pensar que, além da economia, outras reivindicações podem estar presentes nas demandas políticas do eleitorado. Ao olhar os dados das pesquisas de opinião pública realizadas pelo Barômetro das Américas no período que será analisado nesta tese (2004 – 2014), é possível identificar que a economia não é considerada o principal problema para maior parte dos latino-americanos. O principal problema percebido por 21% dos entrevistados é a criminalidade. O desemprego está em segundo lugar, preocupando 17,4% das pessoas. A economia aparece em terceiro lugar, sendo considerada o principal problema para 14,9% dos respondentes. A pobreza e a corrupção também estão entre os cinco principais problemas percebidos pela população (7,4% consideram a pobreza e 6,5% percebem a corrupção como o principal problema de seu país).

Com base nesses dados, argumento que a racionalidade do eleitor da região estaria fundamentada também em demandas sociais e contra a corrupção. Assim, uma das hipóteses desta tese é que a avaliação da atuação do governo sobre políticas públicas e de combate à corrupção seriam tão ou mais relevantes para o eleitorado do que a situação econômica. Com isso, a percepção de melhora da situação do país,

condição necessária para que se vote ou aprove o (partido) governante, envolveria fatores adicionais ao econômico. Propor a inserção de novas variáveis para o estudo sobre voto econômico é um dos objetivos específicos deste trabalho.

Para focar em outra condição necessária para a ocorrência do impacto da economia sobre o comportamento do eleitor, volto o olhar para a atribuição de responsabilidade. Uma vez que o eleitor só pode punir ou premiar um partido ou candidato depois de atribuir a responsabilidade ao presidente pela situação do país, interessa saber como o contexto político-institucional, com maior ou menor transparência, atua no papel de aumentar ou diminuir a capacidade do eleitor atribuir responsabilidade política ao governante.

Esse tipo de investigação não é novo nos estudos sobre o voto econômico. O conceito que verifica o papel político-institucional sobre o comportamento do eleitor é empregado na literatura como “clareza de responsabilidade”. Trata dos desenhos institucionais e configurações políticas que criam barreiras maiores ou menores para que a população tenha clareza de que ator ou mandatário deve ser responsabilizado por resultados políticos.

A teoria define que traços que envolvem um número maior de atores políticos nos processos de tomada de decisão, tendem a diminuir a clareza de responsabilidade. Por isso, governos de coalizão e partidos incumbentes com minoria no parlamento, por exemplo, são características estruturais que diminuem a clareza de quem é o responsável pelo desempenho econômico do país. Isso porque esse tipo de cenário permite que o mandatário responsabilize outros atores políticos pelos rumos da nação, como os partidos da coalizão ou a oposição parlamentar, que poderiam ser culpados por criar obstáculos à implementação da agenda política do mandatário. Por outro lado, quando o poder político está concentrado nas mãos de um número menor de atores políticos, a opinião pública tende a ter maior clareza de quem está por trás das ações bem-sucedidas ou fracassadas de um governo, podendo recompensá-lo ou puni-lo pelos resultados de forma mais coerente.

Apesar de ser uma discussão recorrente na bibliografia, o tema da clareza de responsabilidade, contudo, foi desenvolvido e testado empiricamente em países majoritariamente parlamentaristas. Quando se trata dessa agenda de pesquisa voltada para sistemas presidencialistas, os estudos se limitam mais à investigação sobre os Estados Unidos. Nesse sentido, há uma carência de estudos sobre o papel da clareza de responsabilidade na avaliação do governo nos países presidencialistas

da América Latina. Há necessidade de pesquisas que incorporem dados da realidade latino-americana, levando em consideração a separação de poderes e as possibilidades de presidencialismo de coalizão em alguns países.

Esta tese também visa preencher essa lacuna. Mais do que isso, busca fazê-lo por meio de variáveis que levam em conta não somente características institucionais estáticas de cada nação como ocorre na grande maioria dos estudos. Utiliza-se aqui também variáveis de contexto político tais como, o número de partidos das coalizões formadas, não só no início do governo, mas também durante o mandato de um mesmo presidente, a composição partidária dessas coalizões, o número de cadeiras ocupadas na Câmara dos Deputados pelo partido do presidente e a condição dos gabinetes, se são unitários ou multipartidários. Esses fatores, mais dinâmicos são pouco analisados nos estudos sobre o tema (ANDERSON, 2000).

Além disso, diferentemente da maior parte das pesquisas sobre o tema na América Latina, este estudo busca apresentar resultados baseados em dados individuais associados a dados agregados. A maioria das pesquisas sobre clareza de responsabilidade que analisam a região utilizam somente dados agregados, o que dificulta a observação do impacto real que o contexto político-institucional tem sobre o comportamento individual.

Sendo assim, o fio condutor que orienta este trabalho está no foco sobre o mecanismo presente na teoria do voto econômico. Considerando que o mecanismo é "percepção de melhora vida → atribuição de responsabilidade → voto ou apoio ao mandatário", esta tese analisa as condições que levam à avaliação, positiva ou negativa, do presidente. Primeiramente, argumento que tanto a percepção do desempenho do governo em políticas públicas e no combate à corrupção, quanto a situação da economia, estão relacionados à percepção de melhora de vida, e impactam no apoio e na avaliação do mandatário. Em seguida, argumento que existem contextos político-institucionais que facilitam ao eleitor a atribuição de responsabilidade política. Ou seja, em contextos de maior transparência, deverá haver maior vínculo entre avaliação da economia e da atuação do governo em políticas públicas com a avaliação do presidente.

Esta tese está dividida em três capítulos. O primeiro capítulo traz o argumento central da tese. Apresento a definição do "voto econômico", como o mesmo vem sendo mensurado e operacionalizado na literatura. Trato também das principais variáveis, dependentes e independentes utilizadas e os diferentes níveis de análise

do fenômeno. Abordo ainda os principais achados, a fim de orientar o leitor sem, entretanto, fazer uma discussão exaustiva sobre o tema. Compreender os desafios metodológicos enfrentados e os principais achados dessa agenda de estudos é fundamental para que se identifique onde se assentam as hipóteses aqui formuladas e quais as contribuições deste trabalho.

O segundo capítulo traz os principais achados sobre o impacto da economia na avaliação do desempenho dos presidentes na América Latina e sobre o impacto das variáveis aqui propostas, como a percepção da atuação do governo em políticas públicas e no combate à corrupção. Acredito que dessa forma podemos compreender melhor o comportamento eleitoral na região.

A variável dependente utilizada aqui é a “avaliação do trabalho do presidente” como uma *proxy* do voto. As razões dessa escolha serão explicitadas ao longo do trabalho. Como variáveis independentes foram testadas avaliação da economia – variável usualmente utilizada pela literatura – e também variáveis sobre a avaliação da atuação do governo em políticas públicas e de combate à corrupção.

Os achados desse capítulo confirmaram a hipótese de que da mesma forma que a avaliação da economia, a avaliação de atuação de governo em políticas públicas e combate à corrupção também têm efeito sobre a avaliação do trabalho do presidente. Em alguns casos, tais variáveis produzem efeito mais intenso do que o da variável econômica. Com isso, concluo que a avaliação positiva da situação econômica e da atuação do governo em políticas públicas aumenta a probabilidade de avaliação positiva do trabalho do presidente. O contrário também é verdade, de modo que a avaliação negativa sobre esses temas diminui a probabilidade de avaliação positiva do trabalho do presidente.

O terceiro capítulo investiga o papel interveniente do contexto político-institucional sobre o vínculo entre avaliação retrospectiva dos temas relevantes identificados no capítulo 2 e a avaliação do trabalho do presidente, que segue sendo a variável dependente. Para isso, lanço mão de dados de dois níveis distintos de análise: dados individuais, sobre a percepção subjetiva do eleitor e dados agregados, sobre o contexto político-institucional que caracteriza a clareza de responsabilidade. Os resultados desse capítulo permitiram a confirmação das hipóteses. Foi possível identificar que em cenários de maior clareza de responsabilidade política são maiores as possibilidades de vínculo entre avaliação da economia e da atuação do governo sobre políticas públicas com a variável dependente. Ainda, de maneira distinta do que

os dados agregados apresentaram sobre o tema, a *accountability* ocorre também em situações de menor clareza de responsabilidade política, mas em menor intensidade, conforme o esperado.

Finalmente, uma última seção tece algumas considerações finais sobre o assunto, recapitulando os achados desta tese e apontando alguns possíveis desdobramentos dentro desse campo de pesquisa.

1. **VOTO ECONÔMICO, MENSURAÇÃO E MULTIDIMENSIONALIDADE DO VOTO RETROSPECTIVO**

1.1 **Introdução**

O objetivo deste capítulo é apresentar o voto econômico, os principais métodos de análise a serem utilizados para o tratamento do tema e os principais argumentos desta tese. A literatura sobre voto econômico tem crescido e se diversificado desde os primeiros estudos sobre o assunto. Ao longo do tempo, novas hipóteses sobre os fatores determinantes do comportamento eleitoral, além da situação econômica ou da avaliação da economia feita pelo eleitor foram testadas.

Neste trabalho, parto da hipótese de que outros fatores relacionados ao desempenho do mandatário, além do manejo da economia, podem impactar a escolha eleitoral. Busco adotar a hipótese de Rennó (2007), que investiga a multidimensionalidade do voto retrospectivo, analisando os microfundamentos do comportamento eleitoral. Para isso, sugiro a inserção de novas variáveis à análise e o teste delas em diferentes cenários político-institucionais que podem – segundo a teoria – enfraquecer ou fortalecer o voto retrospectivo.

1.2 **A teoria do voto econômico**

A teoria que relaciona o desempenho econômico como determinante do comportamento eleitoral, chamada de teoria do voto econômico, vem há décadas se consolidando como um consistente modelo explicativo para a escolha do eleitor. Por definição, para essa teoria o eleitor age racionalmente, ou seja, adequando meios a fins (DOWNS, 1957). Sua ação se dá a partir de esquema baseado em recompensa/punição. Assim, ao avaliar o desempenho do partido governante, o eleitor atua como um juiz: recompensa o candidato – ou o partido do candidato – com o voto, ou o pune, votando no partido/candidato de oposição.

A chamada teoria econômica da democracia (“voto econômico”) é fundamentada no modelo de racionalidade econômica, e argumenta que a avaliação do desempenho do partido governante é focada no manejo da economia. Com isso, se a situação econômica estiver favorável, o eleitor deverá votar pela reeleição do mandatário. O mecanismo presente nessa relação entre economia e voto é bastante simples: o eleitor percebe melhora na sua condição de vida (ou do país, conforme será explicado mais adiante), e, uma vez que atribui a responsabilidade por essa melhora ao mandatário, ele premia o partido governante.

Duas outras correntes teóricas buscaram explicar os determinantes do comportamento eleitoral[1]: ambas focam em determinantes do comportamento eleitoral com predisposições de longo-prazo. Uma delas, a corrente sociológica, entende que os eleitores desenvolvem identidades de classe social e votam de acordo com ela. Já a outra, corrente psicológica, percebe que os eleitores desenvolvem um sistema de crenças baseado na socialização em meio as suas relações primárias (igreja, família, vizinhança etc.) Contudo, tais correntes teóricas foram bastante questionadas: Dalton e Kleigemann (2009) apontam que fatores como predisposições de longo-prazo, com foco em clivagens sociais e questões psicológicas produzem efeitos cada vez mais reduzidos sobre a opinião pública, sendo difícil encontrar consenso entre classes ou grupos sociais.

Assim, o modelo do voto econômico ganhou relevância por sua capacidade de captar as mudanças de comportamento eleitoral que, em sociedades cada vez mais complexas e plurais, se baseiam em fatores de curto-prazo (DALTON E KLEIGEMANN, 2009). A saliência do candidato e de temas específicos debatidos em campanhas (*issue oriented*) também são aspectos relevantes do processo de tomada de decisão (FIORINA, 1981; DALTON e KLEIGEMANN, 2009; ECHEGARAY, 2005). Esses fatores são deixados de lado pelos modelos sociológico e psicológico do voto, mas ganham destaque nas análises com base na teoria do voto econômico.

---

[1] Para compreensão detalhada das três principais correntes de comportamento eleitor, ver Figueiredo (1989). Para detalhes de abordagem teórico-metodológica da Corrente Sociológica, ver Lazarsfeld et al., 1948. Os principais fundamentos da Corrente Psicológica são encontrados em Campbell et al. (1960).

Por essas razões, busco dar prosseguimento aos trabalhos dessa área de pesquisa, ao utilizar a teoria do voto econômico como base fundamental para as hipóteses a serem elaboradas nesta tese.

Algumas questões são relevantes para a construção de hipóteses já debatidas na literatura centrada no voto econômico. A primeira trata da direção do olhar do eleitor (LEWIS-BECK e STEGMEIER, 2009). Isto é, busca saber se os eleitores avaliam o desempenho econômico passado do governante ou se focam no desempenho futuro, inferindo como será a economia, dada a atuação do mandatário até o momento da ponderação.

A ideia da avaliação do desempenho econômico passado aponta para a avaliação retrospectiva da economia (KEY, 1966). No caso do olhar para o futuro, os eleitores produzem uma avaliação prospectiva da economia. Desse modo, com base nas informações que já possuem sobre ela, são capazes de produzir julgamento sobre o que será a situação econômica no futuro de curto-prazo (FIORINA, 1981).

A segunda questão relevante abordada pela literatura trata do tipo de condição econômica considerada pelo eleitor (LEWIS-BECK e STEGMAIER, 2009). Kiewet (1983) foi pioneiro ao trazer a noção de que eleitores podem votar de acordo com a própria situação econômica e de sua família, cumprindo os requisitos do voto individual, também chamado egotrópico (*pocketbook voting*). Ou, ainda, podem votar de acordo com a situação econômica nacional, o denominado voto sociotrópico (*sociotropic voting)*.

As questões referentes ao olhar e à condição econômica considerada podem estar combinadas. Entretanto, os estudos da área se interessam em saber quais desses pontos mais se destacam em cada país ou momento histórico.

Considerando os principais tópicos relevantes da teoria do voto econômico, fica claro que a atribuição de responsabilidade política aos governantes é a chave para a conexão entre desempenho econômico e escolha eleitoral (FIORINA, 1981 e LEWIS-BECK, 1988). Assim, uma vez que o governante é identificado como responsável pelo sucesso ou insucesso econômico – pessoal ou do país – está aberto o caminho mais claro para a escolha eleitoral. Portanto, é possível sumarizar que o voto econômico se dá em etapas: os eleitores elaboram um julgamento da economia, atribuem responsabilidade pela gestão da economia ao mandatário, e o premiam ou o punem por meio do voto (LEWIS-BECK e STEGMAIER, 2009).

Apesar de a hipótese do voto econômico ter se consolidado por seu sucesso em explicar o comportamento eleitoral no interior dos países ao longo do tempo, o mesmo sucesso não se verificou nos estudos transnacionais (PALDAM, 1991; POWELL e WHITTEN, 1993). Ainda que alguns resultados positivos tenham sido demonstrados, esses resultados não se mostraram consistentes ao longo do tempo e das diversas análises (LEWIS-BECK E MITCHELL, 1990; CHAPPELL E VEIGA, 2000; PACEK, 1994; TUCKER, 2001, WILKIN, HALLER E NORPOTH, 1997). Nesse sentido, houve uma confluência da literatura sinalizando a importância da incorporação de outras variáveis explicativas relacionadas ao contexto político nos estudos da área (LEWIS-BECK, 1988; PALDAM, 1991).

Assim, as novas pesquisas passaram a investigar em que medida o contexto em que as democracias estão inseridas pode oferecer um ambiente mais ou menos propício para a prestação de contas entre governantes e governados e, portanto, à atribuição de responsabilidade aos governantes. Ou seja, a seguinte questão passou a fazer parte da agenda de pesquisa: “há cenários institucionais mais favoráveis para a ocorrência de *accountability* (PRZEWORSKI et al., 1999)?”

Com base nessa noção, que já havia sido apresentada por Paldam (1991), Powell e Whitten (1993) foram os primeiros a testar empiricamente fatores políticos que podem facilitar ou dificultar a clareza de responsabilidade política do mandatário. Para isso, focaram nas características dos sistemas eleitorais, suas instituições, composição legislativa e ideologia do mandatário, tentando identificar quais aspectos contribuem para maior ou menor clareza de responsabilidade.

Powell e Whitten (1993) partiram da hipótese de que o efeito da economia influencia menos o voto em cenários onde não há grande clareza de quem são os atores políticos responsáveis pela situação econômica. Assim, onde é mais claro o controle do governante sobre as ações políticas, ou seja, onde a clareza de responsabilidade é alta, o crescimento do PIB deveria contribuir para o voto em todos os governantes. A alta inflação deveria atrapalhar governos de direita, e o controle dela deveria ajudá-los. O alto desemprego deveria atrapalhar governos de esquerda, e o controle dele, ajudá-los. Quando a clareza de responsabilidade for baixa, e mais atores políticos dividirem os resultados políticos do governo, os fatores econômicos estarão “ofuscados” (POWELL e WHITTEN, 1993, p. 405. PALDAM, 1991). A forma de mensuração da clareza de responsabilidade alta ou baixa será mais detalhada na

seção seguinte. Por ora, interessa a compreensão do conceito e como esse se aplica à teoria do voto econômico.

A lógica do argumento sobre a clareza de responsabilidade é que o efeito sobre o voto econômico é interativo. O teste da hipótese interativa entre clareza de responsabilidade e seu efeito sobre o voto econômico envolve distinguir situações eleitorais onde a clareza de responsabilidade é alta daqueles cenários onde ela é baixa. Para os precursores do modelo Powell e Whitten (1993), muitos dos fatores que contribuem para essa distinção caminham juntos. Assim, sistemas dotados de arranjos institucionais legislativos que garantem participação da oposição na elaboração de políticas, tendem a ser também sistemas representativos proporcionais e multipartidários, bem como têm mais chances de ter governos minoritários. Todos esses fatores contribuem para a diminuição da clareza de responsabilidade, uma vez que a responsabilidade fica difusa e passível de estar sob o comando de diversos atores políticos.

Na direção contrária dos fatores acima mencionados, quanto maior for a percepção de unidade no controle da elaboração de políticas pelo governante (ou seja, quanto mais o governo for unificado), mais propensos os cidadãos estarão a atribuir responsabilidades pelas políticas e pelo desempenho econômico ao mandatário (POWELL E WHITTEN, 1993, p. 398).

A principal consequência da baixa clareza de responsabilidade é que a possibilidade de difundir a responsabilidade pode proteger o governante dos fatores que causam perdas de voto. Isso porque, em períodos eleitorais, o cenário real que é “mascarado” pela baixa clareza, pode ser moldado pelo governante por meio de seu discurso. O governante pode passar para outros a responsabilidade por possíveis maus resultados de seu governo (POWELL E WHITTEN, 1993). Assim, o vínculo entre fatores econômicos e a escolha eleitoral é enfraquecido. Um mau governante pode ser premiado, bem como um bom governante pode ser punido.

Desse modo, Powell e Whitten (1993) demonstraram que fatores institucionais e/ou estruturais podem constituir barreiras que dificultam a obtenção das informações necessárias sobre as atividades de seus governantes para o eleitorado. A informação, segundo a teoria do voto econômico, é determinante para a escolha eleitoral e ela tem um custo (FIGUEIREDO, 1989). Portanto, cenários que aumentam os custos para o cidadão se informar diminuem a possibilidade da *accountability.* O trabalho de Powell e Whitten (1993) confirmou suas hipóteses, indicando que menor clareza de

responsabilidade dificulta a ocorrência de *accountability*. Outros autores da área chegaram a resultados semelhantes (ANDERSON, 2000; DORUSSEN AND TAYLOR, 2001; NORPOTH, 2001; RUDOLPH, 2003).

Anderson (2009) abordou bem essa questão, ao analisar teoricamente o efeito que a estrutura é capaz de exercer sobre o comportamento individual. Para o autor a discussão sobre o tema envolve dois níveis analíticos. Ele distingue efeitos estruturais (chamados de efeitos de primeiro nível) que interagem com o comportamento dos eleitores, que são efeitos de segundo nível. No que diz respeito às pesquisas do voto econômico, isso indica que não apenas o peso da situação econômica e as preferências eleitorais determinam o comportamento do eleitor. Existe outro fator que interage com tais preferências: o contexto estrutural.

Tal contexto pode interagir com o comportamento individual de três maneiras: direta, indireta e/ou contingencial. Direta, quando as regras institucionais produzem incentivos ou constrições que impactam diretamente no comportamento. Por exemplo, a probabilidade de comparecimento eleitoral aumenta quando são menores os custos de registros para votar. A interação é indireta quando as regras incentivam um comportamento direto que impacta sobre o eleitor. Por exemplo, regras do sistema eleitoral afetam os cálculos estratégicos das elites políticas, esses, por sua vez, impactam o comportamento do eleitor. Por fim, a interação contingencial se trata da relação de uma característica contextual agindo sobre o comportamento eleitoral, que pode ser enfraquecida ou fortalecida dependendo da presença de uma terceira variável (ANDERSON, 2009).

Isso significa que a relação entre situação econômica (uma característica contextual) e voto (comportamento eleitoral) pode ser enfraquecida ou fortalecida, a depender da presença de um contexto político-institucional favorável à maior ou menor possibilidade de atribuição de responsabilidade política ao mandatário, conforme foi demonstrado por Powell e Whitten (1993).

Assim, o vínculo entre o contexto econômico e o voto pode sofrer interveniência do cenário político-institucional, capaz de aumentar ou diminuir a clareza de responsabilidade, de acordo com o seu desenho e organização de forças políticas. Nesse caso, o cenário político-institucional interage de forma contingencial sobre a relação “julgamento da economia, atribuição da responsabilidade e voto”. Sendo assim, a dimensão político-institucional pode intensificar ou atenuar o vínculo entre julgamento da economia e comportamento eleitoral por meio de elementos que

nublam a atribuição de responsabilidade política do governante. Quando o eleitor não tem clareza de quem é responsável pelo desempenho sobre políticas de interesse (nesse caso, economia), isso dificulta a decisão eleitoral e pode levar a uma escolha pouco informada (POWELL e WHITTEN, 1993).

Expostos os principais argumentos acerca do voto econômico, é relevante compreender como essa teoria vem sendo construída do ponto de vista operacional e analítico. Com base nisso, o item a seguir não tem como intuito esgotar a discussão, ou mesmo fazer uma revisão exaustiva sobre o tema. Mas, sim, mostrar os caminhos percorridos em termos de temas e métodos, e apontar onde esta tese se insere nesse debate.

1.2.1 Voto econômico: estratégias de análise

Uma das razões pelas quais a teoria do voto econômico vem se consolidando é a sua ampla e crescente possibilidade de ser verificada e testada. De maneira geral, a teoria visa identificar o impacto da situação econômica sobre o comportamento eleitoral. Do ponto de vista operacional, significa utilizar como variável dependente (ou variável resposta) a estimação do voto no mandatário e como variáveis independentes fatores econômicos. Outras variáveis independentes podem e devem ser inseridas no modelo, conforme explicito a seguir.

A operacionalização da hipótese do voto econômico possui dois pontos a serem considerados: a variável dependente e o nível de análise.

Segundo Lewis-Beck e Stegmaier (2008) duas variáveis dependentes são comumente usadas para testar o impacto da economia sobre o comportamento eleitoral. A primeira delas é o voto no governante. Estimada a partir de modelo de regressão logística, a variável se apresenta como binária (1, para voto no governante e 0, para qualquer outra opção). Ainda é possível utilizar modelo de regressão linear, onde a variável dependente é a percentual de votos do mandatário. Há quem use, também, a variável saldo de votos do incumbente, que é a diferença entre o percentual de votos do partido ou candidato na eleição anterior e o percentual de votos da eleição analisada. A segunda variável utilizada é a popularidade do governante. Para análises com dados agregados, utiliza-se o percentual de avaliação positiva do presidente em

modelos de regressão linear. Em caso de dados individuais, utiliza-se a avaliação do líder (categorizada em péssimo, ruim, regular, bom e ótimo) e são estimados modelos de regressão logística ordinal ou multinomial – ainda que os modelos ordinais sejam mais recomendados, uma vez que há uma ordem entre as categorias da variável resposta.

Nesta tese utilizarei como variável dependente a avaliação do trabalho do presidente. Isso porque o critério de seleção da base de dados para as análises empíricas foi que o *survey* analisado trouxesse variáveis referentes à avaliação da atuação do governo em políticas públicas. Assim, o Barômetro das Américas se mostrou o mais adequado por ser mais rico, trazendo os tópicos que desejo inserir na análise. Entretanto, tal base de dados não possui informação sobre o voto no governante, variável que seria idealmente utilizada. Outros bancos de dados também não seriam mais adequados: o Latinobarômetro traz a variável intenção de voto, mas não traz variáveis referentes à avaliação da atuação do governo em políticas públicas. E o *survey* Comparative Studies of Electoral Systems (CSES), apesar de trazer algumas variáveis de avaliação de políticas públicas e a variável voto (é um *survey* eleitoral, então tem a vantagem da precisão do período), não seria adequado porque contempla apenas cinco países latino-americanos. Por essa razão, considerando a ausência de variáveis que considero fundamentais, escolhi tratar a variável "avaliação do trabalho do presidente" da base de dados do Barômetro das Américas como uma *proxy* do voto no governo. Esta variável é também utilizada por Hesli e Bashkirova (2001) e Camargos (2006)[2]. Outros trabalhos também utilizaram a variável baseada na questão "o senhor/senhora aprova ou desaprova o presidente [nome do líder]? (WEYLAND, 1998; 2000).

Outro fator relevante para as pesquisas empíricas sobre o voto econômico é o nível de análise. Lewis-Beck e Stegmaier (2009) mencionam que os níveis de análise podem ser classificados em três ondas de estudo: nível macro, nível micro e multinível.

Na primeira onda, o efeito da situação econômica sobre o voto foi testado somente com dados de macroeconomia, ou seja, dados agregados. Em geral, o

[2] Camargos (2006) identificou empiricamente que a variável que diz respeito à avaliação é uma variável interveniente entre a relação "desempenho da economia e voto no mandatário". Com isso, defende que tal variável deve ser considerada variável dependente, e critica os trabalhos que usam a variável como um preditor do voto. Entretanto, as análises empíricas do referido trabalho são de dados agregados e a variável "voto" foi utilizada como variável dependente.

crescimento do Produto Interno Bruto (PIB), da inflação e do desemprego eram os indicadores usados. A equação mais básica usualmente utilizada para essa estimação em modelo de regressão linear é:

PORCENTAGEM DE VOTOS NO MANDATÁRIO = CRESCIMENTO DO PIB + INFLAÇÃO + DESEMPREGO + ASPECTOS SOCIODEMOGRÁFICOS

A segunda onda surgiu da preocupação sobre a percepção dos eleitores a respeito da situação econômica. O intuito de analisar a percepção eleitoral de economia era cobrir possíveis lacunas onde a realidade econômica não era, de fato, percebida pelos eleitores. Além disso, essa nova opção resolveria possíveis problemas de falácia ecológica ou correlações espúrias entre dados de macroeconomia e voto. As análises, portanto, se voltaram para o nível micro (dados individuais), com base em *surveys* que buscam captar a avaliação da economia, nos seus diferentes tipos: retrospectiva, prospectiva, egotrópica e sociotrópica.

A avaliação retrospectiva da economia, em geral, é mensurada através da seguinte pergunta: “Como você acha que a situação econômica do país esteve nos últimos doze meses?” (melhor, igual ou pior). A avaliação prospectiva da economia tende a ser medida por meio desta pergunta: “Como você acha que a situação econômica do país estará nos próximos doze meses?” (melhor, igual ou pior). A mensuração sociotrópica se dá pela questão “Como você classificaria a situação econômica do seu país?” (muito boa, boa, regular, ruim, ou muito ruim). Já a mensuração egotrópica é feita com a pergunta “Como você classificaria a situação econômica sua e de sua família?” (muito boa, boa, regular, ruim, ou muito ruim)[3].

Inicialmente, somente variáveis de avaliação da economia eram inseridas como variáveis independentes. Entretanto, Kramer (1983) atentou para o risco de tais avaliações captadas por estudos de nível micro estarem atreladas a aspectos ideológicos. Desse modo, havia o risco de as avaliações da economia reproduzirem a simpatia ou antipatia dos eleitores por determinado partido. Variáveis sobre ideologia

[3] Também há estudos que agregaram dados individuais, e consideraram o percentual de avaliação positiva da economia como variável independente. E o percentual de aprovação do presidente como variável dependente. Os dados, nesse caso, são agregados, mas também levaram em consideração a avaliação subjetiva da economia (VEIGA, 2013; MARTINS, 2014).

ou identidade partidária foram inseridas em modelos de nível micro para controlar esse problema.

Usualmente, a mensuração do impacto da avaliação econômica sobre o voto é testado por meio de regressão logística da seguinte maneira:

VOTO NO MANDATÁRIO (ou aprovação do presidente) = AVALIAÇÃO DO DESEMPENHO DA ECONOMIA + IDEOLOGIA ou IDENTIDADE PARTIDÁRIA + CONTROLE SOCIODEMOGRÁFICO.

A terceira onda incorporou variáveis de nível macro e micro, com o intuito de captar o peso de cada um dos níveis. Com isso, foi possível medir de forma estatisticamente mais elaborada a relação interativa entre estrutura e comportamento individual. As variáveis de nível macro traziam dados de contexto institucional.

Assim, parte dos trabalhos que se interessaram em investigar a clareza de responsabilidade e seu impacto sobre o voto econômico com dados de *survey*, se utilizou desse recurso para chegar aos resultados. Isso somente foi possível por conta do aprimoramento das técnicas estatísticas, bem como o aumento da produção de *surveys* nacionais que se preocupam em mensurar questões a respeito do comportamento político. No intuito de acompanhar as pesquisas da área, nesta tese também conjugo o uso de dados macro com os dados micro de maneira que será detalhada mais adiante.

Além do recurso metodológico da terceira onda, análises de interação também possibilitam mensurar o impacto do contexto institucional na relação entre situação da economia e o voto. Powell e Whitten (1993) o fizeram com dados agregados da seguinte maneira: inicialmente fizeram uma média de pontuação entre os países, envolvendo as seguintes variáveis: coesão dos partidos da coalizão em votações legislativas; cota de cadeiras de partidos de oposição em comissões legislativas; controle político da oposição no Senado; governos puramente minoritários; e cada partido adicionado à coalizão de governo. A clareza de responsabilidade será maior se os partidos da coalizão forem mais coesos, se houver menor cota de cadeiras de partidos da coalizão em votações legislativas, se não houver controle político da oposição no Senado e se o governo analisado for majoritário. Isso porque haverá maior unidade política do partido ou coalizão governante, facilitando a transparência do ambiente político. O teste da hipótese interativa foi dividir a amostra (102 eleições

em dezenove países) em duas: países de baixa clareza de responsabilidade e países de alta clareza de responsabilidade. Como variável dependente usaram dois indicadores: percentual de votos do mandatário e diferença entre votos do partido ou candidato mandatário da eleição anterior e da eleição de interesse. Alguns autores multiplicam as variáveis referentes à economia por variáveis que operacionalizam o conceito de clareza, inserindo termos de interação nas análises de regressão.

Algumas críticas ao modelo de Powell e Whitten (1993) e similares remetiam à primeira onda de mensuração (problema de falácia ecológica). Surgiu entre os pesquisadores a demanda de modelos que envolvessem análises de dados individuais. Algumas pesquisas buscaram preencher essa lacuna em termos de democracias do norte conforme será exposto a seguir. Na América Latina esta é uma agenda de pesquisa pouco desenvolvida. Por essa razão, um dos objetivos deste trabalho é buscar captar o impacto interveniente do contexto político-institucional sobre o comportamento individual.

1.2.2 Voto econômico: resultados empíricos

No que se refere aos trabalhos empíricos, Lewis-Beck e Stegmaier (2007) apontam que mais de 400 trabalhos foram publicados em língua inglesa sobre o tema, dividindo-se em estudos de caso ou análises transnacionais. Os estudos de caso podem contemplar uma ou mais eleições. Em casos que envolvam muitos anos sob análise, é possível realizar análises temporais. Tais modelos exigem ainda maior refinamento estatístico. Os países que mais concentram estudos de caso são os Estados Unidos, Grã-Bretanha e França.

É possível citar como autores que estimaram o voto econômico com as variáveis clássicas da primeira onda Frey e Garners (1972); Goodart e Bhansali (1970); Kramer (1971); Rosa e Andsom (1976), com base em dados macroeconômicos, encontraram resultados que sugeriam que os eleitores respondiam à economia.

Alguns pesquisadores da área, contudo, incorporaram dados individuais, alinhando-se à segunda onda de análises da área. Conforme exposto, isso se deu à medida que apareceram essas duas questões: a possibilidade de os eleitores não

responderem à economia, e sim à percepção da economia; e a possibilidade de os resultados estarem forçando uma inferência ecológica, a partir apenas de uma correlação espúria entre os dois fatores (voto e dados de economia).

Os *surveys*, aportes da segunda onda, começaram a ser aplicados com a finalidade de compreender os determinantes do comportamento eleitoral nos Estados Unidos. Mais tarde, a Grã-Bretanha passou a desenvolver *surveys* eleitorais, e essa tendência se propagou. Fiorina (1981), Kiewet (1983), Alvarez e Nagler (1995 e 1998); Norpoth (2004); Butler e Stokes (1969); Boy e Mayer (1993); Cautrés e Mayer (2004) são alguns dos representantes da onda de estudos de nível micro, que atentava mais para a avaliação da economia do que para a situação real da mesma. Nadeau e Lewis-Beck (2001) se empenharam com sucesso em mostrar a correlação entre a avaliação da economia e a situação econômica. E o impacto desta sobre a escolha eleitoral.

As pesquisas de nível micro apontaram para a presença maior do voto sociotrópico nos Estados Unidos. O fator prospectivo ou retrospectivo mostrou variar de acordo com o contexto econômico ou presença do mandatário na disputa eleitoral. Na Grã-Bretanha os estudos tendem a apontar a presença do impacto da economia sobre o voto, em geral de forma prospectiva e individual. E na França as pesquisas revelam presença do voto econômico sociotrópico tanto retrospectivo, quanto prospectivo. O egotrópico não mostrou efeito significativo (LEWIS-BECK e STEGMAIER, 2007).

A terceira onda tende a não se aplicar em estudos de caso, dado que trata da divergência institucional, dificultando a comparação em casos de um só país. Entretanto, como os cenários institucionais e composição de gabinetes e parlamento mudam ao longo do tempo, essa ainda é uma possibilidade de estudo, desde que se investigue grande recorte temporal.

Saindo da esfera dos estudos de caso e passando para as pesquisas transnacionais, as democracias ocidentais também dominam o número em publicações. Essas também reproduziram as três ondas de estudos (de nível macro, micro e multinível).

Os seguintes autores se dedicaram a estudar voto econômico em diversos países, olhando para os dados de macroeconomia: Lewis-Beck e Mitchell (1990); Chappell e Veiga (2000); Pacek (1994); Tucker (2001), Wilkin, Haller e Norpoth (1997). Esses encontraram impacto da economia sobre o voto. Paldam (1991) e Cheibub e

Przeworski (1997), contudo, não encontraram efeito significativo da economia sobre o comportamento do eleitor.

A despeito dos efeitos positivos, os resultados não se mostraram consistentes ao longo do tempo. De acordo com o que vimos em Powell e Whitten (1993), essa inconsistência poderia resultar da complexidade da coalizão (*"coalitional complexity"*), conforme cunharia Lewis-Beck (1988, p. 105), ou das características estruturais, segundo Anderson (2007). Isso porque os cenários institucionais de cada nação ou mesmo o contexto político poderiam impedir os eleitores de responsabilizar seus governantes e, assim, de puni-los ou recompensá-los por seu desempenho sobre a economia.

Os estudos transnacionais baseados em dados individuais foram mais eficientes em identificar o impacto da percepção da economia sobre o voto (DUCH e STEVENSON, 2008). Lewis-Beck (1988) e Duch e Stevenson (2008) encontraram resultados significativos nesse sentido.

Buscando compreender como se encontrava efeito de variáveis econômicas no comportamento eleitoral com dados individuais, mas não com dados agregados, Whitten e Palmer (1999) voltaram aos estudos de nível agregado e inseriram testes de efeitos das variáveis institucionais. Encontram impacto significativo para tais variáveis, todas interagindo com dados de macroeconomia[4]. No entanto, os achados de nível agregado foram considerados frágeis por outros pesquisadores da área (ROYDEN, LEYDEN e BORELLI, 2000 apud DUCH e STEVENSON, 2008). Tal fragilidade foi novamente apontada para o nível de análise: os dados eleitorais agregados, que seriam passíveis de apresentar correlação espúria com as variáveis macroeconômicas, de forma que outros fatores poderiam ser determinantes do comportamento eleitoral. Importava saber como a população percebia a economia, além da situação real da mesma.

Então a fim de suprir a carência de estudos nas democracias do norte que envolvessem o nível individual e incluísse variáveis institucionais, Anderson (2000) buscou conjugar os dois níveis – nível individual e nível macro, com variáveis institucionais – e encontrou efeito da clareza de responsabilidade. Nadeau, Niemi e

[4] Já Cheibub e Przeworski (1997) não encontram resultados do impacto macroeconômico, ainda que levando em conta a clareza de responsabilidade.

Yoshinaka (2002) chegaram a resultado similar. Hellwig (2001) usou dados individuais e inseriu variáveis de contexto econômico e político e também identificou que esses contextos mediaram a magnitude do impacto da percepção da economia sobre o voto. O efeito contingencial da estrutura sobre o comportamento individual é o efeito mais presente nas relações entre nível macro e nível micro (DALTON e ANDERSON, 2011), conforme teorizado por Anderson (2000).

Os estudos na América Latina também refletiram as três ondas de mensuração. Pioneira nos estudos latino-americanos transnacionais, Remmer (1991) analisou dados de macroeconomia da América Latina em 21 eleições entre 1982 e 1990, nos seguintes países: Argentina, Bolívia, Colômbia, Costa Rica, República Dominicana, Equador, El Salvador, Honduras, Nicarágua, Peru, Uruguai e Venezuela. Os resultados também sugeriram respostas dos eleitores à economia.

Echegaray (2005) analisou eleições latino-americanas entre 1982 e 1995. Com base em dados macroeconômicos, o autor encontrou pequeno impacto da economia sobre o voto.

Os estudos de caso, diferente do caso de democracias do norte, são mais focados em análises de *survey*. Weyland (1998; 2000), ao pesquisar a Venezuela e o Peru – respectivamente – lançou mão de dados de *survey* e então os agregou para mensurar a variável dependente: aprovação do presidente. Arce e Carrión (2010), ao tratarem do Peru, adotaram a mesma mensuração. Camargos (1999), ao estudar o Brasil, também utilizou dados individuais Esses trabalhos partem da segunda onda de análise do voto econômico, e encontraram efeito positivo da economia sobre o comportamento do eleitor.

Em se tratando dos estudos transnacionais, Veiga (2013) em estudo da América Latina analisa eleições de 1995 a 2010 com dados do *survey* Latinobarômetro e Banco Mundial e, se insere na terceira onda de estudos, ao integrar os níveis de macroeconomia e avaliação econômica. Encontra impacto do conjunto de variáveis relativas à percepção da economia sobre o voto no partido incumbente (variável dependente). Todavia, não encontra impacto das variáveis macroeconômicas.

Samuels (2004) e Camargos (2006) iniciaram esforços no sentido de testar o efeito de variáveis relativas à clareza de responsabilidade na América Latina no voto econômico. Encontraram resultados que confirmam a maior força do voto econômico em cenários de maior clareza de responsabilidade. Entretanto, não testaram a

hipótese com dados de nível micro, uma das críticas apontadas na literatura (LEWIS-BECK e STEGMAIER, 2007).

Ratto (2011) em estudo transnacional latino-americano buscou contemplar as críticas a respeito das análises que envolviam clareza de responsabilidade e, ainda, lançou mão de recursos estatísticos mais avançados para testar a interação entre a estrutura e o comportamento eleitoral. Por meio de análises estatísticas de multinível encontrou interação da estrutura sobre o comportamento. Todos estes trabalhos sobre a América Latina, bem como as hipóteses associadas à região, serão discutidos de forma mais detalhada ao longo desta tese.

No contexto do presente capítulo interessa a compreensão do caminho percorrido pelas análises sobre o voto econômico. De posse disso, é possível perceber como se deu a necessidade de incorporação de novas variáveis nas análises. Foram inseridos nos estudos aspectos que procuraram identificar possíveis fatores intervenientes na relação entre o impacto da economia no voto, isso com a finalidade de investigar em que medida a economia é um fator determinante do comportamento eleitoral. A variável ideologia e as variáveis institucionais são exemplos disso.

Recentemente as pesquisas do voto econômico vêm ganhando uma abertura ainda maior, buscando mapear outros fatores relevantes da avaliação retrospectiva. Rennó (2007) aponta para a multidimensionalidade do voto retrospectivo. O autor enfatiza a necessidade de desvendar os aspectos que influenciam o voto, com o objetivo de desvelar os micro-fundamentos da *accountability* (RENNÓ, 2007, p. 264). Com base nisso, argumenta que o voto retrospectivo pode envolver outros critérios, além da avaliação da economia. Rennó (2007) aplicou essa hipótese para as eleições do Brasil em 2006, e investigou o impacto do peso da percepção de corrupção sobre o voto.

> Em suma, mesmo quando se fala apenas de voto retrospectivo, é possível apontar a multidimensionalidade desse padrão de decisão eleitoral, enfocando distintos aspectos do desempenho de políticos no cargo, como eficiência, honestidade, solidariedade social, entre outros. A multidimensionalidade do voto retrospectivo é algo ainda pouco explorado na literatura sobre comportamento eleitoral (RENNÓ, 2007, p. 265).

Os resultados de Rennó mostraram que a percepção da corrupção como um problema afetou uma porção pequena dos eleitores. Teve impacto significativo sobre

o voto em candidatos vizinhos no espectro ideológico do mandatário. Isto é, o eleitorado que considerava a corrupção como o principal problema do país – ao menos no primeiro turno – optou por votar em candidatos que estavam próximo do espectro ideológico do candidato à reeleição – ex-presidente Lula. No segundo turno, esses eleitores aderiram ao Lula e outros fatores demonstraram maior capacidade explicativa do voto: avaliação do trabalho do presidente, preferência pelo partido e rejeição ao partido do candidato a oposição.

O estudo acima mencionado olhou para a multidimensionalidade do voto retrospectivo no Brasil, ao analisar qual o peso da corrupção sobre o voto quando esta é considerada o principal problema do país para o brasileiro. No caso dessa tese lançarei olhar para tal multidimensionalidade do comportamento eleitoral na América Latina. Busco suprir essa lacuna apontada por Rennó (2007), referente à investigação dos diversos aspectos presentes na avaliação retrospectiva, expandindo essa noção para os países latino-americanos.

Lewis-Beck e Stegmaier (2008) abordam a necessidade de aprofundar os estudos sobre voto econômico em democracias mais recentes, dotadas de partidos políticos e instituições mais jovens. Alguns trabalhos já foram realizados preenchendo parte dessa lacuna. Contudo, conjugo o argumento da lacuna para novas democracias de Lewis-Beck e Stegmaier (2008) – em parte já sanada, – e o argumento da multidimensionalidade do voto retrospectivo, de Rennó (2007), para sedimentar a relevância da investigação que aqui se desenvolve.

A escolha do tema corrupção como fator de multidimensionalidade abordado por Rennó (2007) se deu por conta da saliência que esse tema tinha naquele contexto (eleições para a presidência no Brasil em 2006). Ao abordar a América Latina, incluirei temas importantes da agenda política para o período estudado (2004 – 2014). Isto é, incluirei variáveis a respeito de avaliação do eleitor sobre políticas públicas e corrupção, além das econômicas. Isso porque esse período foi marcado pelo controle inflacionário, o crescimento do PIB, o crescimento do investimento social e a redução de pobreza.

Sendo a América Latina uma região marcada pela pobreza e pela desigualdade, não considero possível ignorar os plausíveis impactos dessa virada socioeconômica das duas últimas décadas. Para fins de compreensão dos determinantes da decisão eleitoral na região, a hipótese relativa à influência de fatores

não econômicos deve ser verificada. A seguir apresento alguns indicadores relevantes para a compreensão do contexto econômico e social nos países latino-americanos.

1.3 **Temas importantes na agenda política da América Latina**

As reformas neoliberais da década de 1990 visavam, principalmente, conter a inflação que, na década de 1980, era o aspecto que mais incomodava os cidadãos latino-americanos (SINGER, 2013). Em 1989 a média da inflação na América Latina era de 1.205%. Com a criação do Plano Brady – que visava reduzir os encargos financeiros dos países da região que estavam com dívidas externas – e a redução da política ostensiva do Fundo Monetário Internacional (FMI) para o pagamento de tais dívidas, os países da América Latina puderam iniciar a retomada de crescimento econômico. A diminuição da taxa de juros internacionais também contribuiu para isso.

A inflação na década de 1990, apesar de menor do que na década anterior, ainda atingia altos índices, chegando a 128%. As medidas adotadas para a contenção da inflação nesse período – provenientes da adoção do modelo de Washington – a despeito do sucesso em diminuir essas taxas, se deram em ambiente de limitação do investimento público, levando os países da região ao agravamento da desigualdade social (RATTO, 2011). Essa se deu, além da falta de investimento público, por conta do modelo econômico utilizado na década de 1980, que já havia permitido grande concentração de renda, fuga de capital líquido para o exterior e desemprego (PORTELLA FILHO, 1994). Armann e Baer (2002), focando na reforma neoliberal brasileira, ressaltam que ela obteve êxito em combater a inflação e permitir a retomada do crescimento econômico, mas também foi exitosa em reduzir a renda do trabalho e ampliar a pobreza no país.

O cenário ao longo da década de noventa era de pobreza, falta de acesso aos bens como saúde, educação e moradia digna. Buscando resoluções para essa situação, a Organização das Nações Unidas (ONU) realizou no ano 2000 um pacto

entre as nações, conhecido como Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM)[5]. Tais objetivos buscavam a erradicação da pobreza e o desenvolvimento social até o ano de 2015. Para Veiga (2013) esse tratado contribuiu de forma efetiva para maior investimento social com foco no declínio da pobreza. Com isso, a partir da década de 2000 a situação econômica e social dos latino-americanos passou a melhorar, de forma que, além do controle inflacionário e crescimento econômico, houve redução da pobreza por meio do investimento social.

Fagnani (2011) apontou para a correlação existente entre o baixo crescimento do PIB e a falta de capacidade de redução da pobreza entre 1980 e 2003 (dados da *Comisión Económica para a América Latina y el Caribe* – CEPAL). O mesmo autor destaca que, no caso brasileiro, seis fatores foram muito importantes para o desenvolvimento social nos anos 2000: 1) crescimento econômico; 2) geração de emprego e renda; 3) aumento do gasto social; 4) valorização do salário mínimo; 5) políticas universais; e 6) políticas focadas no combate à pobreza. Assim, a política econômica que buscava aliar o crescimento à distribuição de renda foi capaz de melhorar os indicadores socioeconômicos.

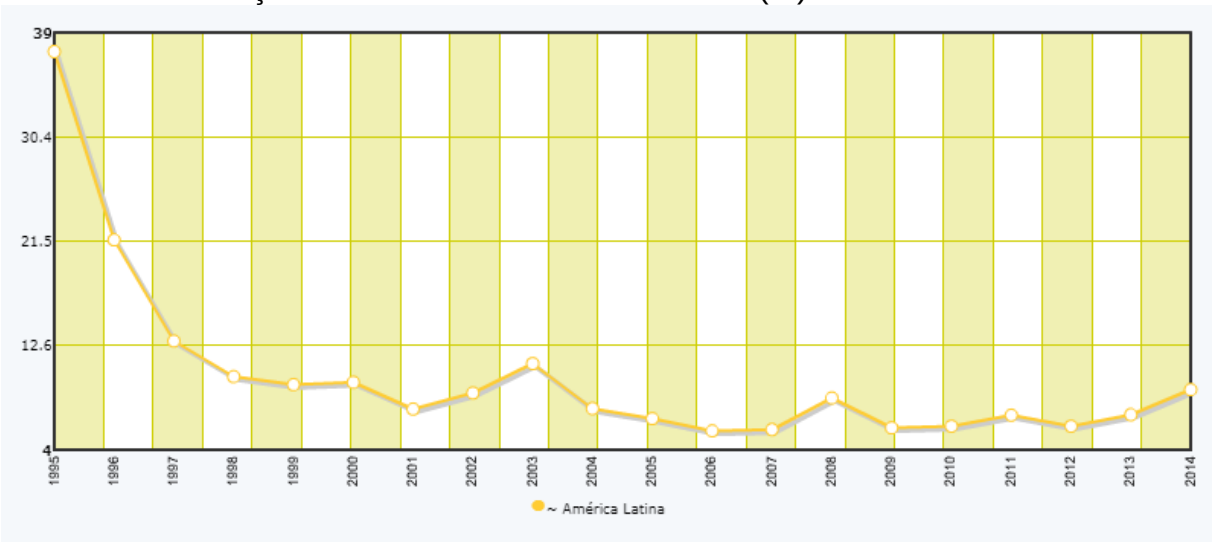
Os dados providos pela CEPAL auxiliam a ver de maneira mais concreta como se deram os marcadores socioeconômicos nos anos que antecederam o recorte de tempo analisado nesta tese. Primeiramente apresento a inflação. Ao incluirmos vinte anos na série do gráfico (1995-2014), identificamos que a variação da inflação caiu de 37,7%, em 1995, para 8,9%, em 2014[6]. A década de 2000 foi um período de maior estabilidade em termos inflacionários, conforme indica o gráfico de variação anual do índice de preços ao consumidor (IPI), abaixo.

---

[5] De acordo com a ONU, os ODM concentram oito metas elaboradas pelos membros da ONU: 1) erradicar a extrema pobreza e a fome; 2) atingir o ensino básico universal; 3) promover a igualdade de gênero e empoderamento das mulheres; 4) reduzir a mortalidade infantil; 5) melhorar a saúde materna; 6) combater o HIV/AIDS; 7) garantir a sustentabilidade ambiental e 8) estabelecer uma parceria mundial para o desenvolvimento.

[6] O ano de 1994 foi excluído do gráfico, já que o valor da variação da inflação naquele ano era de 772%, o que acaba por diluir os demais valores de variação da inflação anual, relevantes por se tratarem do período em análise.

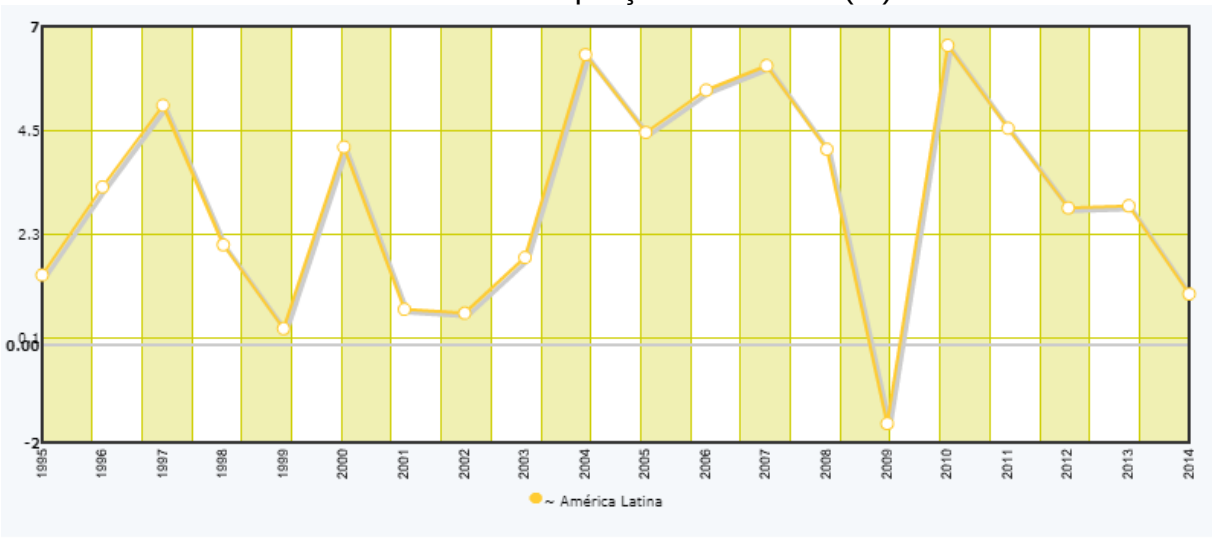
Gráfico 1 – Variação anual do IPI na América Latina (%)



Fonte: CEPAL apud VEIGA, 2013.

Uma vez controlada a inflação, as medidas político-econômicas tomadas, somadas ao contexto econômico mundial favorável, culminaram em aumento do PIB, maior investimento social e redução da pobreza. O crescimento do PIB na América Latina, se comparado aos anos anteriores ao período de ênfase nessa tese, saiu de 1,5%, chegando a 6%, em 2004. Essa taxa teve quedas depois disso, com destaque para o período pós-crise financeira mundial de 2008, que levou o crescimento do PIB em 2009 a um índice negativo.

Gráfico 2 – Crescimento do PIB anual a preços constantes (%)

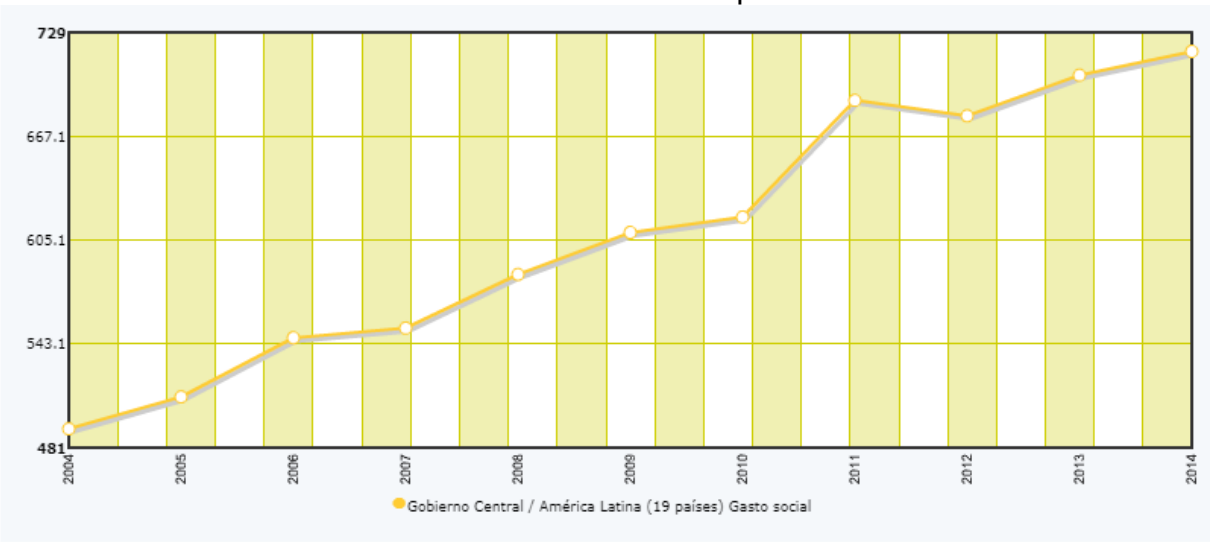


Fonte: CEPAL apud VEIGA, 2013.

A despeito de o crescimento do PIB ter atingido seu ápice no início do período estudado (2004), o investimento social teve trajetória de ascensão (exceto entre os

anos de 2011-2012). O investimento social na América Latina saiu da média de $481,00 por habitante em 2004, chegando a $729,00 por habitante em 2014.

Gráfico 3 – Gasto Público Social na América Latina por habitante em dólar[7]



Fonte: CEPAL apud VEIGA, 2013.

Com o aumento do investimento social, veio também a redução da pobreza. Não existem dados do Banco Mundial e da CEPAL para todos os anos que interessam a esse trabalho. Contudo, é possível identificar redução da pobreza por meio dos dados do Banco Mundial para alguns anos relevantes: em 2002, 11,3% da população latino-americana vivia abaixo da linha da pobreza, considerada pela marca de percentual da população que sobrevive com menos de $ 3,20 por dia. Esse percentual teve queda para 6,5% em 2008, chegando a 4,6% em 2013. Todos os anos contabilizados revelaram quedas[8].

Muito já foi estudado da relação entre investimento social e resultados eleitorais (NICOLAU E PEIXOTO 2007, HUNTER E POWER 2007, ZUCCO 2008, SOARES E TERRON 2008, CÂNEDO-PINHEIRO 2009, LICIO et al. 2009), ainda assim, não dentro da teoria do voto econômico, mas com uma abordagem mais sociológica. Quem mais se aproximou disso foi Rennó (2007), contudo com foco somente no

[7] Gasto público segundo classificação por função do governo (por habitante). Dólares dos Estados Unidos a preços constantes de 2010, per capita.

[8] Os dados do Banco Mundial mostram o seguinte: em 2002, o percentual de pessoas que vivia abaixo da linha da pobreza na América Latina era de 11,3%; em 2005, era 9,4%; em 2008, 6,5%; em 2010, 5,8%; em 2011, 5,5%; em 2012, 4,7%; e em 2013, 4,6%. Os demais anos entre esse intervalo de tempo e 2014 não apresentam dados.

Brasil. Há uma carência de análise da relação entre voto econômico e investimento social na América Latina.

Corrêa (2012) trabalhou o voto econômico na América Latina já nessa linha mais aberta da agenda de pesquisa. Incorporou o fator transferência de renda condicionada às suas análises. Intento dar um novo passo nesse sentido, e abranger temas de relevantes para a agenda política da América Latina. Ao nos atentarmos para o que os latino-americanos consideram os principais problemas na região, é possível gerar a hipótese de que avaliações de políticas públicas e do combate à corrupção, além da econômica, podem ter efeito significativo sobre a avaliação do trabalho do presidente e, por consequência, o voto.

Tabela 1 – Percepção dos Maiores Problemas do País - América Latina (2004-2014)

Crime	21,0
Desemprego	17,4
Economia, problemas com, crise	14,9
Pobreza	7,4
Corrupção	6,5

Nota: N = 145.841. Pergunta: "*Para empezar, en su opinión ¿cuál es el problema más grave que está enfrentando el país?"*
Fonte: A autora, 2004-2014 (LAPOP).

Conforme mostram os dados do *survey* Barômetro das Américas, com bases de dados referentes ao intervalo de tempo entre 2004 e 2014 para os países da América Latina[9], a criminalidade figura como principal problema de seus respectivos países na percepção de 21% dos entrevistados latino-americanos. Desemprego e problemas/crises econômicas são os principais problemas para um percentual também relevante dos entrevistados, dado que está em acordo com o que indica a literatura da área. A pobreza e a corrupção, entretanto, são temas de saliência para um acentuado percentual de indivíduos, considerando o tamanho da amostra.

Assim a tabela 1 indica que não é possível analisar o comportamento do eleitor na América Latina sem, ao menos, levar em conta a multidimensionalidade da avaliação retrospectiva, incorporando a avaliação do desempenho do presidente sobre grandes temas da região. Essa é uma das contribuições desta tese: propor a

[9] Argentina, Bolívia, Brasil, Chile, Colômbia, Costa Rica, Equador, El Salvador, Guatemala, Honduras, México, Nicarágua, Panamá, Paraguai, Peru, República Dominicana, Uruguai e Venezuela.

incorporação de novas variáveis na análise da avaliação retrospectiva. Indo além da literatura clássica, proponho investigar não somente o impacto da economia sobre a avaliação do trabalho do presidente, mas também o peso da avaliação da atuação do governo em políticas públicas e combate à corrupção sobre a percepção de desempenho do trabalho do presidente.

Outra contribuição deste trabalho é a análise da interação entre o contexto político-institucional e comportamento eleitoral. Pouco se tem feito isso na América Latina, embora Camargos (2006), Samuels (2004) e Corrêa (2012), por exemplo, tenham produzido pesquisas envolvendo a clareza de responsabilidade proporcionada pelo contexto político-institucional. Mas ainda se faz necessário analisar mais detalhadamente aspectos do presidencialismo e composição partidária de governos que permitem maior ou menor atribuição de responsabilidade ao presidente. Ressalto a discussão trazida por Anderson (2007) ao enfatizar que alguns aspectos estruturais são capazes de fortalecer ou enfraquecer o vínculo entre avaliação retrospectiva e o voto.

As variáveis sobre clareza de responsabilidade que serão analisadas nesse estudo também oferecem contributo por considerarem traços de contexto que varia no interior dos países em função dos ciclos eleitorais e arranjos políticos. Assim, não foco apenas em características estáticas dos desenhos institucionais de cada país, crítica apontada por Anderson (2000) a alguns trabalhos sobre o tema.

Ratto (2011) publicou estudo com resultados robustos sobre o efeito da clareza de responsabilidade sobre dezoito países na América Latina. Contudo, ela investiga período distinto deste trabalho (entre 1996 a 2004), levando em conta as reformas econômicas neoliberais dos anos noventa. Ademais, em termos metodológicos, essa tese também se diferenciará da pesquisa de Ratto. Por meio de análise de agrupamentos (*cluster*) tentarei verificar empiricamente se é possível caracterizar conjuntos de maior e menor clareza de responsabilidade, e testarei a interação entre eles e o voto no governo ou, como neste trabalho, a avaliação do trabalho do presidente. Assim, sigo a terceira onda de estudos sobre o tema, que envolve a inserção de variáveis institucionais e uso de dados de dois níveis distintos de análise

1.4 **O exercício de comparar**

A América Latina se mostra como um caso interessante a ser estudado pelo fato de os países trazerem contexto socioeconômico semelhante nas décadas que antecedem o período aqui analisado. De acordo com Perissinotto (2013), o esforço de comparar produz explicações mais amplas do que os estudos de caso. Por trazerem menos variáveis e mais casos, os estudos comparativos são capazes de oferecer explicações mais generalizáveis.

Como indica Sartori (1991 apud PERISSINOTTO, 2013), a técnica comparativa não é válida se compararmos coisas absolutamente iguais. Assim como não é válida a comparação de coisas completamente distintas. O empecilho para o primeiro caso é que não é possível comparar algo com ele mesmo; e no segundo caso é inviável o controle de todas as variáveis.

Dessa forma, o que permite a comparação que será realizada nesta tese não é a comparação entre países, já que o controle de variáveis seria impossível. Também não comparo sociedades, pela mesma razão. As análises que aqui se apresentarão se tratam de um comparativo entre “sociedades da mesma espécie”. Ou seja: sociedades que compartilham entre si características importantes. Isso é condição necessária para a comparação, de acordo com Sartori (1970 apud PERISSINOTTO, 2013).

O contexto apresentado na seção anterior mostra que os países analisados dividem um passado de instabilidade econômica, desigualdade social e redução da pobreza proveniente de investimento público social. Também compartilham de sistema presidencialista e instituições jovens. Acredito que essas condições permitem que o exercício comparativo se realize nessa tese.

2 **O VOTO ECONÔMICO NA AMÉRICA LATINA – MULTIDIMENSIONALIDADE DA AVALIAÇÃO RETROSPECTIVA**

2.1 **Introdução**

Este capítulo busca contribuir com os estudos de voto econômico de duas maneiras. Primeiramente, ajudando a preencher a lacuna identificada pela literatura internacional (LEWIS-BECK E STEGMAIER, 2008), que questiona se democracias que experimentaram recente passado autoritário contam com a presença do voto econômico. A segunda contribuição é a sugestão da inserção de novas variáveis independentes para explicar o comportamento eleitoral na América Latina.

Conforme apontado no capítulo anterior, a América Latina está entre as regiões mais desiguais do mundo. Entre o período aqui estudado (2004 a 2014), foi possível identificar claros avanços econômicos e sociais, provenientes do crescimento da economia e do investimento social. Entretanto, o crescimento da economia em nível nacional pode não ser percebido no dia a dia dos eleitores. Ou seja, em certos cenários de crescimento econômico, a situação pode não ser convertida em aumento do bem-estar dos cidadãos. Ou ainda, o presidente pode não ser percebido pelos eleitores como o responsável pela melhora na condição de vida. De todo modo, acredito que em um contexto tão desigual quanto o que envolve os latino-americanos, não somente a percepção de melhora da situação econômica nacional propiciaria recompensa ao mandatário. Pensando na multidimensionalidade do voto retrospectivo (RENNÓ, 2007), é possível argumentar que a avaliação da atuação do governo em políticas públicas e combate à corrupção também pode impactar a escolha eleitoral. Assim, o aumento na avaliação da economia, o aumento da avaliação da atuação do governo sobre políticas públicas e combate à corrupção devem aumentar as chances de sucesso do incumbente.

Baseado nesse argumento, o capítulo que aqui se desenvolve testa o impacto da avaliação retrospectiva da economia e da avaliação da atuação do governo em políticas públicas e combate à corrupção sobre o voto no presidente. Cabe destacar que neste trabalho, o voto do presidente será medido por meio da *proxy* “avaliação do

trabalho do presidente", uma vez que o questionário utilizado para mensurar variáveis que considero relevantes para este estudo não traz a variável "voto".

O capítulo será organizado em quatro seções, além dessa introdução e das considerações finais: primeiramente serão abordados os estudos sobre o voto econômico na América Latina, por meio de uma breve revisão de literatura, a fim de demonstrar principalmente três questões: as problemáticas associadas à ocorrência e particularidades do voto econômico na região; os resultados obtidos por esses estudos sobre a América Latina; e os caminhos metodológicos que operacionalizam os mecanismos existentes entre economia e voto em tais pesquisas. Posteriormente, apresentarei o argumento e as hipóteses de trabalho deste capítulo. Em terceiro, apresento a estratégia empírica para testar essas hipóteses, e, em quarto, os resultados da pesquisa. Para concluir, serão tecidas algumas considerações finais acerca dos achados e apontamentos para os próximos passos da pesquisa.

2.2 **Os Estudos na América Latina**

De maneira geral, estudos transnacionais sobre o voto econômico na América Latina ainda não têm sido muito explorados pelos pesquisadores da área. Os estudos de caso ainda ocupam um maior espaço nessa agenda de pesquisa. Lewis-Beck e Stegmaier (2008) apontam que países como Peru, México e Argentina detêm o maior número de casos de investigação e publicação na língua inglesa.

Para os autores internacionais que indicam uma lacuna nesse campo de pesquisa, a questão se baseia no fato de averiguar se, no contexto de uma democracia jovem, há espaço para a economia impactar o comportamento eleitoral, de forma que o eleitor responsabilize o mandatário pelo desempenho econômico, isto é, para que a *accountability* ocorra (LEWIS-BECK e STEGMAIER, 2008; REMMER, 1991; LEWIS-BECK e RATTO, 2013). Nesse sentido, a democracia jovem teria grande componente de instabilidade institucional, sistema partidário frágil e eleitores pouco preparados para punir ou recompensar seus mandatários por seu manejo sobre a economia (LEWIS-BECK e STEGMAIER, 2008). A pergunta ressaltada pelos pesquisadores trata de identificar se seria essa a maior demanda dos eleitores inseridos em tais contextos. Haveria o mesmo comportamento que aquele existente

nos países de economias prósperas, no sentido de o eleitor responsabilizar o governante por seu desempenho na economia? Ou seriam outras as prioridades e as competências? Conforme demonstro a seguir, algumas pesquisas transnacionais já responderam a essa pergunta.

2.2.1 Os estudos transnacionais

Os estudos transnacionais que tratam do tema de pesquisa sobre o voto econômico na América Latina foram eficientes em mapear uma tendência de comportamento latino-americano. Por meio de diferentes níveis de análise, mensuração, e variáveis dependentes e independentes, foram capazes de verificar que existe proximidade de comportamento eleitoral entre as democracias do norte e as da América Latina. Isso quer dizer que os eleitores latino-americanos premiam ou punem seus governantes de acordo com a situação da economia. Nessa seção, me dedico a abordar as diversas estratégias empíricas utilizadas para testar o mecanismo presente na relação entre economia e escolha eleitoral.

Conforme apresentado no capítulo anterior, em geral, o impacto da economia sobre o voto é testado – basicamente – de duas maneiras: por meio de dados agregados de macroeconomia e seu efeito sobre o voto ou por meio de dados individuais, onde é medido o impacto da percepção da situação econômica sobre a avaliação do governante ou intenção de voto.

Remmer (1991) e Echegaray (2005) mobilizaram os indicadores macroeconômicos usuais da literatura internacional: inflação, crescimento do PIB e desemprego. Remmer (1991) investigou a relação entre voto e economia em seu estudo, ressaltando que as pesquisas sobre o assunto em democracias mais recentes muitas vezes desconsideram o impacto das crises econômicas. Assim como aqueles que estudam as crises econômicas, tendem a deixar os resultados eleitorais em segundo plano. Para preencher essa lacuna, a autora busca responder às perguntas: qual o impacto da crise econômica na política de “democracias não desenvolvidas”? E, ainda, qual o efeito da economia sobre o voto em tais democracias? Para responder a essas perguntas usa dados relativos ao período 1982 a 1990 e, a partir de dados agregados, a autora analisa 21 eleições (N = 21).

Três hipóteses nortearam o trabalho de Remmer (1991): a) a crise econômica aumenta a volatilidade eleitoral; b) quanto mais antigas forem as instituições democráticas, menor será a resposta aos incentivos econômicos de crise; e c) crises econômicas minam o suporte de democracias estabilizadas e geram crescimento de políticas extremistas. O trabalho utiliza três variáveis dependentes: perdas do incumbente (onde considera o percentual de votos que o mandatário perdeu entre uma eleição e a eleição anterior); voto no incumbente (percentual de votos recebidos) e quantidade de votos recebidos (cálculo da dispersão dos votos dos concorrentes). Os resultados apresentados por Remmer (1991) demonstraram a relação entre voto e economia. O conjunto de variáveis impactou em 60% na variação da perda dos votos no incumbente, 74% na variação de voto no incumbente e 67% na variação dos votos totais. A inflação foi o fator econômico mais impactante.

Echegaray (2005) também se debruçou sobre o tema de crises econômicas e respostas eleitorais. Ao perceber que entre 1982 e 1989, mesmo com hiperflação, cerca de um terço dos presidentes foram reeleitos e, já entre 1990 e 1995, com a inflação controlada e crescimento econômico, mais da metade dos governantes perdeu seu mandato, o autor questiona qual o motivo da aparente não punição ou premiação aos líderes. Ou seja, por que nos anos onde ocorreram as crises mais severas sofridas pela América Latina não se percebe um padrão de troca de mandatários? Para essa investigação, Echegaray analisou 41 eleições (N = 41) entre 1982 a 1995 e percebeu que esse cenário resulta de uma combinação de fatores econômicos e políticos que explicam o comportamento dos eleitores latino-americanos.

Da mesma forma que Remmer (1991), Echegaray (2005) analisou o modelo clássico do voto econômico com dados agregados, testando o impacto da taxa de inflação, crescimento do PIB e taxa de desemprego sobre o voto no mandatário. Além da hipótese do “voto econômico”, o autor testou cinco outras hipóteses: (1) *affirmative voting*, onde foi testada a corrente sociológica de comportamento eleitoral, que postula que o voto está associado à classe social. (2) *Party Voting*, onde testou a força do partido do presidente. (3) *Democratic Performance Voting*, que partiu da premissa que os eleitores da região valorizam mais as liberdades individuais, dada sua experiência recente com o autoritarismo, testando variáveis de liberdades políticas e polarização

partidária. (4) *Political Referendum Voting*, onde testou a popularidade do presidente. E, por fim, o (5) *Candidate Voting*¸ onde foi testado o voto personalista[10].

Os achados da pesquisa de Echegaray (2005) indicam impacto da economia sobre o voto entre os eleitores latino-americanos. O indicador econômico referente à inflação foi o que mostrou maior potencial explicativo do voto no governante, como em Remmer (1991). Entretanto, outros fatores explicativos determinaram o resultado eleitoral. Tanto quanto a economia, a confiança no líder político também surtiu grande efeito sobre o voto no mandatário. O voto de referendo, onde são apenas endossadas as habilidades do presidente, também se mostrou explicativo. De modo que a variável popularidade do governante é considerada por Echegaray (2005) um importante preditor do voto no candidato da situação. Com isso, o autor conclui que a *accountability* ocorre na América Latina, mas não tem apenas os fatores econômicos como elementos da prestação de contas. Os eleitores valorizam a capacidade de liderança do presidente, ainda mais do que a economia.

Camargos (2006) aponta, entretanto, uma crítica ao modelo proposto por Echegaray (2005), pelo fato desse trabalho considerar a popularidade do presidente como uma variável independente. Camargos demonstra empiricamente que as variáveis econômicas e políticas, ao serem analisadas de forma bivariada estão altamente correlacionadas. Isso gera um problema de multicolinearidade ao serem inseridas em um mesmo modelo de regressão, o que altera e enviesa os resultados. Com isso, Camargos defende o uso dessa variável como uma variável interveniente entre desempenho econômico e o voto no governante. Nessa direção, outros estudos optam por utilizar essa variável como dependente (WEYLAND, 1998; 2000; LEWIS-BECK e STEGMAIER, 2008; ARCE e CARRIÓN, 2010). A adoção da variável dependente do estudo que será realizado nesta tese – avaliação do trabalho do presidente – também encontra suporte na opção metodológica desses autores, que perceberam o endossamento do líder como uma *proxy* do voto no mandatário.

Ainda no que se refere aos indicadores macroeconômicos, o estudo de Singer (2013) se mostrou bastante relevante, por identificar que as variáveis referentes à

[10] Para captar o peso do personalismo na campanha, Echegaray (2005) construiu índices de visibilidade do candidato e vantagem do incumbente. Essa medida capta a diferença líquida entre o incumbente e seu principal oponente, visando perceber se o candidato dotado de mais qualidades pessoais tem maiores chances de sucesso eleitoral.

inflação, crescimento do PIB e desemprego podem ter impactos diferentes a depender da demanda eleitoral no período estudado. O autor iniciou seu estudo com o intuito de identificar qual dos três indicadores produziria mais impacto sobre o saldo de votos do partido governante na América Latina entre os anos de 1982 e 2010.

Singer se apoia na noção de que os eleitores se preocupam com assuntos que têm apresentado instabilidade recente. Como sugere Weyland (1998) em seu estudo de caso sobre o Peru, quando sanada uma demanda, o eleitor logo passa a demandar algo novo, colocando outro problema como sua preocupação central dentro dos fatores econômicos. Ao analisar o contexto econômico latino-americano nas últimas décadas, e perceber o controle da hiperinflação das décadas de 1980 e 1990, Singer afirma que os pleitos apresentaram uma reconfiguração. Assim a centralidade de certos indicadores econômicos variou. Ao não se preocuparem mais com a inflação – como foi encontrado em Remmer (1991) e Echagaray (2005) – outros aspectos dentro da economia passaram a entrar na agenda do eleitorado da região.

Com base nisso, o objetivo de Singer (2013) é investigar essa noção e verificar para qual demanda os eleitores passaram a atentar. Uma das hipóteses é que essa preocupação, após o controle inflacionário, dirigiu-se para matérias não econômicas. Por exemplo, o crescimento da taxa de criminalidade na América Latina, ou a alta taxa de pobreza. Contudo, o desempenho da economia ainda ocuparia certa saliência dentro da esfera de preocupações do eleitor latino-americano. Isso porque, apesar da inflação controlada, a fragilidade da economia em alguns contextos, bem como o medo pelo passado recente de instabilidade econômica ainda poderiam estar no imaginário dos eleitores. Então, matérias não econômicas preocupariam, sem que, entretanto, se perdesse o efeito da economia. Outra hipótese é que os eleitores continuam muito preocupados com a economia, mas não mais com a alta dos preços. Em vez disso, a preocupação seria o crescimento da riqueza do país e o aumento das oportunidades econômicas.

Singer (2013) analisou determinantes eleitorais dos resultados de 79 eleições com dados do *survey* Latinobarômetro usados de maneira agregada. Os resultados encontrados demonstram que as preocupações se alteraram nos últimos 30 anos. Os eleitores, portanto, tendem a não colocar a alta dos preços ou os seus salários como tópicos centrais, como faziam ao final da década de 1990. Além disso, o crescimento econômico é o aspecto que mais fortemente impacta o apoio ao partido governante

entre 2000 e 2010. A economia segue desempenhando papel principal, contudo, as demandas da esfera econômica mudam de acordo com o contexto.

Usando indicadores de nível individual, Lewis-Beck e Ratto (2013) também investigaram a existência ou não do impacto da situação econômica sobre o voto dos latino-americanos. Os autores propõem um modelo geral que sempre leve em conta a avaliação da economia retrospectiva sociotrópica. Para tanto, usaram dados do Latinobarômetro (N = 7.000), que mensura essa questão e, por meio de dados individuais, analisam doze países da região com dados de 1996 a 2004.

Os principais resultados demonstram que a ideologia e a distância em meses da eleição anterior impactam significativamente o voto no mandatário. A avaliação da economia se mostrou altamente significativa. Os autores chegaram a conclusões alinhadas aos modelos de dados agregados de Remmer (1991), Echegaray (2005) e Singer (2013): que há efeito da economia sobre o voto na América Latina (o "voto econômico" ocorre) e de modo ainda mais forte e consistente do que muitos poderiam supor.

Como já foi mencionado, esta tese busca tratar o tema voto econômico em um sentido mais amplo, dentro da lógica de avaliação retrospectiva, implicando não somente a economia, mas outros fatores que podem embasar a avaliação retrospectiva que pauta a tomada de decisão do eleitor. Por essa razão, acredito que valha a pena inserir nessa seção de estudos transnacionais sobre o voto econômico na América Latina também os trabalhos que, à luz da teoria do voto econômico, buscaram mobilizar outras variáveis explicativas do comportamento eleitoral associadas ao contexto em que estão inseridos os cidadãos latino-americanos.

Corrêa (2012) e Veiga (2013) buscaram olhar para a redução da pobreza na região e como isso foi incorporado ao voto dos eleitores. Corrêa (2012) operacionalizou a questão ao olhar para os programas de transferência de renda condicionada dos países latino-americanos. O objetivo do estudo foi investigar se os governantes que investem em programas de transferência de renda têm melhor desempenho eleitoral. Para isso analisou 84 eleições latino-americanas entre os anos de 1990 e 2010, com dados agregados.

O raciocínio que baseia o problema teórico do trabalho de Corrêa está ancorado na noção de que eleitores das classes mais baixas que recebem benefícios do governo deverão recompensá-lo nas eleições seguintes, conforme foi tratado em algumas pesquisas da área (ZUCCO 2008, DÍAZ-CAYEROS E MAGALONI, 2009,

NUPIA 2011, QUEIROLO 2010 apud CORRÊA, 2012). Corrêa, porém, contraria essa hipótese, e busca demonstrar que tais programas não geram maior apoio aos presidentes e tampouco os alivia de suas perdas.

A despeito de alguns trabalhos a respeito do programa Bolsa Família – o programa de transferência de renda condicionada brasileiro de maior alcance do mundo – apontarem uma associação entre o programa e a vitória do presidente em 2006 (NICOLAU e PEIXOTO 2007, HUNTER e POWER 2007, ZUCCO 2008, SOARES e TERRON 2008, CÂNEDO-PINHEIRO 2009, LICIO et al. 2009, MARQUES, 2005) e associação semelhante também ser encontrada nas eleições mexicanas, em 2006 (SERDÁN, 2006 apud CORRÊA, 2009) e nas uruguaias em 2004 e 2009 (MANACORDA et al., 2011; QUEIROLO, 2010 apud CORRÊA, 2012), Corrêa acredita que esses casos se diluem ao atentarmos para um estudo transnacional, em série temporal, com várias eleições ao longo de 20 anos.

As variáveis independentes desse estudo levam em conta as variáveis usualmente utilizadas em análises de voto econômico em nível agregado (taxa de inflação, crescimento do PIB e taxa de desemprego), uma variável binária sobre presença ou ausência de programas de transferência de renda condicionada, percentual de voto do presidente nas eleições anteriores e também uma variável binária identificando se se tratava ou não de candidato presidente em exercício. A variável dependente foi saldo de votos do presidente. Corrêa (2012) confirma a sua hipótese, ao demonstrar que a economia é um preditor mais forte do que outros fatores que impactam os resultados eleitorais, corroborando para a noção clássica do voto econômico.

Já Veiga (2013), buscou olhar para a questão da redução da pobreza por meio da variável independente “investimento social”. A autora lançou mão de dados econômicos subjetivos (nível individual) e objetivos (nível agregado). Sua análise engloba 58 eleições latino-americanas entre o período de 1995 a 2010 para Executivo e Legislativo. Aqui focarei sobre a análise e resultados para eleições do Executivo, tema de interesse desta tese.

Veiga (2013) realizou modelo de regressão hierárquica em dois passos. No primeiro, entraram no modelo as variáveis exógenas, que consideravam crescimento do PIB, taxa de inflação e investimento social. O segundo considerou variáveis endógenas: avaliações sociotrópica retrospectiva e prospectiva da economia. Ambos

os conjuntos de variáveis – exógenas e endógenas – do modelo se mostraram significativos ao explicar a variável dependente, voto no incumbente.

Os achados de Veiga (2013) mostraram que as variáveis de macroeconomia, quando sozinhas no modelo, não impactaram o voto no mandatário. O investimento social, todavia, mostrou ser significativo ao impactar a variável dependente. As percepções subjetivas da economia também impactaram de forma significativa o voto no mandatário. Os dados revelaram, ainda, que as variáveis macroeconômicas têm efeito sobre a avaliação positiva da economia (considerada interveniente), que viria, por sua vez, aumentar as chances de eleição do mandatário.

Pérez-Liñan (2007) se ancorou na literatura do voto econômico, mas procurou se debruçar sobre os contextos de *impeachments.* O autor analisou os três principais tópicos apontados pela literatura como fatores que interagem no momento da perda de popularidade do presidente: reformas neoliberais (presentes em grande parte dos países latino-americanos na década de noventa, como apontado no capítulo anterior), desempenho macroeconômico e escândalos de corrupção. O estudo analisa seis perdas significativas de popularidade e possíveis explicações para essa queda em cinco países latino-americanos entre 1989 e 2002: Venezuela, Equador, Brasil, Colômbia e Paraguai. O autor usou dados agregados onde a variável dependente era o percentual de aprovação do presidente por mês, variável que teve como fonte pesquisas de opinião. As variáveis independentes traziam dados referentes à macroeconomia, políticas de ajuste econômico e envolvimento do presidente em escândalos[11], de forma direta e indireta (por meio de pessoas próximas, como ministros, assessores ou familiares).

Os resultados do modelo de efeitos fixos de Pérez-Liñan (2007) apontaram para o alto impacto negativo das políticas de ajuste neoliberal e taxa desemprego sobre a popularidade do presidente, conforme esperado pela teoria do voto econômico. Além disso, também se verificou o impacto negativo do envolvimento do presidente em escândalos de corrupção, de forma que o envolvimento indireto do presidente diminui em seis a oito pontos a popularidade do presidente a cada mês. E

[11] O autor construiu essa variável com base na cobertura midiática dos escândalos políticos e a proporção de tempo de exposição dos escândalos em relação ao número de meses que os presidentes se mantiveram no cargo.

o envolvimento direto do nome do presidente em escândalo de corrupção acarreta em uma perda de dez pontos percentuais[12].

Resultados semelhantes também foram encontrados no estudo de caso Weyland (2002) sobre o impacto dos escândalos de corrupção – somados ao aspecto econômico – sobre a perda de popularidade do presidente Fujimori, no Peru.

Já Campello e Zucco (2015) desafiam a agenda do voto econômico na América Latina ao encontrarem novos resultados quando inseriram variáveis de contexto internacional. Os autores identificam em seus modelos empíricos baseados em dados agregados que a variação de preço das *commodities* é um impactante fator que permite prever o resultado eleitoral, a despeito do fator referente à economia doméstica.

Como foi demonstrado, as pesquisas sobre o tema trazem diferentes variáveis dependentes e independentes, e distintos níveis de análise, o quadro 2 sumariza a maior parte das especificações presentes nos estudos publicados sobre o voto econômico na América Latina.

[12] Buscando robustez para esse achado, o autor identificou a possibilidade da presença de endogeneidade em seu modelo, uma vez que a baixa popularidade do presidente pode encorajar a mídia a investigar e denunciar envolvimentos com corrupção. Então realizou uma análise de mínimos quadrados em dois passos, primeiro utilizando a variável de escândalos de corrupção como variável dependente e, em segundo estágio, considerou novamente a aprovação do presidente como variável dependente inserindo uma variável instrumental endógena que pudesse captar o peso da interação. Os resultados dessa segunda análise apontaram que os escândalos de fato são impactados pela aprovação do presidente. Mas que, ao controlar pela variável endógena, as mesmas tendências do primeiro modelo se revelaram e com ainda mais força das variáveis relacionadas ao envolvimento indireto ou direto do mandatário em escândalos de corrupção. O impacto indireto se mostrou capaz de diminuir doze pontos da aprovação do presidente. E o impacto direto tem potencial de diminui vinte pontos da aprovação.

Quadro 1 – Mensuração “Voto econômico” na América Latina

AUTOR	NÍVEL DE ANÁLISE	PERÍODO	VARIÁVEL DEPENDENTE	VARIÁVEIS INDEPENDENTES
Remmer (1991)	Agregado	1982-1990	Saldo de votos do mandatário/voto/% de votos	Inflação, PIB, taxa de inflação, crescimento do PIB
Echegaray (2005)	Agregado	1982-1995	Voto no mandatário	Taxa de inflação, taxa do PIB, desemprego
Singer (2013)	Agregado	1982-2010	Saldo de votos do mandatário	Inflação, PIB, desemprego, Número efetivo de partidos (eleição anterior)
Lewis-Beck e Ratto (2013)	Individual	1996-2004	Intenção de voto	Avaliação retrospectiva e prospectiva da economia, ideologia, variáveis de ordem sociodemográfica
Corrêa (2012)	Agregado	1990-2010	Saldo de votos do mandatário	Taxa de inflação, crescimento do PIB, taxa desemprego, transferência de renda, % de votos no pleito anterior, candidato à reeleição
Veiga (2013)	Agregado	1995-2010	Voto no mandatário	Taxa de inflação, PIB, investimento social, avaliação retrospectiva e prospectiva da economia
Perez-Linãn (2007)	Agregado	1989-2002	Perda de popularidade	Inflação, PIB, desemprego, políticas de ajuste econômico (*dummy)*, envolvimento em escândalos
Campello e Zucco (2015)	Agregado		Voto no mandatário	Inflação, PIB, desemprego, dependência de *commodities (dummy)*

Fonte: A autora, 2018.

As variáveis analisadas nos estudos citados sobre o voto econômico na América Latina pautam algumas das escolhas feitas para a seleção de variáveis a serem testadas neste capítulo. Buscando preencher algumas lacunas e propor a inserção de outras variáveis aos estudos voto econômico na região, o argumento deste capítulo visa analisar o que Rennó (2007) chamou de multidimensionalidade do voto retrospectivo.

2.3 **Argumento**

O argumento deste capítulo traz a noção de que a racionalidade do eleitor latino-americano encontraria sentido não somente em resposta à situação econômica, como também à responsividade do presidente em termos de políticas públicas e combate à corrupção. Isso porque os presidentes responsáveis pelo crescimento econômico no período aqui estudado (2004 – 2014) podem não ter tido o mesmo sucesso em converter a melhora da economia nacional em bem-estar social para a população. Ou, ainda, a despeito da conversão em aumento do bem-estar social, os presidentes podem não ser identificados como responsáveis pela melhora de vida. Os cidadãos podem identificar que a melhora foi fruto do esforço individual, por exemplo.

Conforme foi apontado no capítulo anterior, a maior parte da população da América Latina considera a criminalidade como o principal problema do seu país (21%). Além de questões de matéria econômica, como desemprego (principal problema para 17,4% da população) e crises (14,9%), a pobreza (7,4%) e a corrupção (6,5%) também estão entre os cinco principais problemas. Compreendendo isso, é possível supor que a percepção positiva da situação econômica nacional não seja suficiente para que as pessoas percebam a melhora em aspectos relevantes do seu cotidiano. O conjunto dos principais problemas considerados pelos latino-americanos oferece uma pista para questionar em que medida a avaliação retrospectiva de outros tópicos, além do econômico, tem impacto sobre as preferências eleitorais.

A percepção da opinião pública de que o presidente está dedicado a atuar sobre temas centrais para a sua vida tem condições de gerar no eleitorado sentimento de que suas necessidades estão sendo contempladas pelo governo. Mais ainda em um cenário de guinada à esquerda como foi verificado em diversos países latino-americanos, que culminou em aumento substantivo do investimento público social (passou da média de $481,00 por habitante em 2004, para a $729,00 por habitante em 2014, dados da CEPAL). Esse cenário favorece as hipóteses aqui desenvolvidas, uma vez que se espera que o aumento de políticas públicas coloque esses *issues* em saliência na memória do eleitor, de modo que para ele seja relevante a forma como o governo atuou sobre determinadas políticas.

A expectativa é que aqueles cidadãos que experimentaram a eficiência no uso dos recursos públicos, por meio do aumento da sensação de segurança (relacionada à diminuição de criminalidade), por meio da percepção de entrada no mercado de trabalho, por meio da redução da pobreza e do aumento de mecanismos contra a corrupção, tenham maiores probabilidades de premiar o presidente. E quando eles não identificam a eficiência no uso de recursos públicos, também se espera que tenham condições de punir o presidente por tal desempenho. Também interessa verificar neste trabalho como essas variáveis se comportam empiricamente junto com a variável clássica do voto retrospectivo: avaliação da economia.

Neste capítulo, tentarei captar a relação entre avaliação do esforço do governo sobre as principais preocupações da opinião pública latino-americana com a avaliação do trabalho do presidente. Ou seja, como a primeira impacta a segunda. A avaliação do trabalho do presidente (variável dependente), aqui, é compreendida como uma *proxy* do voto. Como mencionado no capítulo anterior, isso se deve ao fato de as

variáveis independentes de interesse para este estudo estarem contempladas em um questionário que não traz a variável "voto"[13]. Assim, utilizo o recurso também utilizado por outros pesquisadores do tema (CAMARGOS,1999; WEYLAND, 1998, 2000; ARCE e CARRIÓN, 2010; LEWIS-BECK e STEGMAIER, 2008[14]), ao mensurar o voto pela *proxy* de avaliação do trabalho do presidente. Considerando não ter perdas substantivas com esse tipo de mensuração, somando à relevância do teste das variáveis que busco adicionar ao argumento do voto retrospectivo, optei operacionalizar a variável dependente dessa maneira. Lewis-Beck e Stegmaier (2008) chegam mesmo a considerar a avaliação do presidente como uma das variáveis dependentes típicas do voto econômico.

Sendo assim, argumento que os mecanismos presentes na relação entre avaliação de políticas públicas e combate à corrupção, bem como de avaliação da economia (variáveis independentes) e a avaliação do trabalho do presidente (variável dependente), seguem o mesmo caminho já apontado na teoria do voto econômico. Isto é: o aumento da avaliação da situação econômica deverá aumentar as chances de avaliação positiva do trabalho do presidente. E vice-versa. Da mesma forma, o aumento da avaliação da atuação do governo sobre políticas públicas e combate à corrupção deverá aumentar as chances de avaliação positiva do trabalho do presidente. O contrário também é verdadeiro: uma baixa avaliação da atuação do governo sobre políticas públicas e combate à corrupção deverá diminuir as chances de avaliação positiva do trabalho do presidente.

Posto isso, a seguir, apresento as hipóteses que serão testadas nesse capítulo.

2.4 **Hipóteses de trabalho**

[13] O questionário traz a variável intenção de voto. Contudo, essa medida tende a ser problemática, uma vez que os resultados dessa medida usualmente se distanciam dos resultados apresentados pelas urnas eleitorais, com uma margem bastante distante entre os resultados do *survey* e os resultados reais.

[14] Esses autores utilizaram o recurso de adaptar a variável "voto". Para tanto, utilizaram como *proxy* a variável "avaliação do líder".

Com a intenção de contribuir para a literatura do comportamento eleitoral, as hipóteses de trabalho deste capítulo buscarão, além de confirmar o voto econômico na América Latina para o período analisado (2004 – 2014), verificar em que medida a avaliação da atuação do governo em políticas públicas e combate à corrupção também embasam a racionalidade do eleitor, de forma que os mandatários sejam recompensados (por meio da avaliação positiva do trabalho do presidente) pelo bom desempenho sobre políticas públicas e combate à corrupção, e punidos em razão do mau desempenho sobre elas.

Conjunto de Hipóteses H1. Quanto melhor a avaliação da situação econômica, da atuação do governo em políticas públicas e do esforço no combate à corrupção, maior a chance de avaliação positiva do trabalho do presidente:

Para demonstrar essa hipótese, o sinal dos coeficientes obtidos na regressão entre variável dependente e as variáveis independentes em foco tem de ser positivo. Espera-se que os resultados apontem para a mesma direção no que diz respeito à relação avaliação do trabalho do presidente, avaliação da situação econômica do país e avaliação da atuação do governo em políticas públicas e combate à corrupção. Com isso será possível avaliar que fatores, se econômicos ou sociais, terão maior influência sobre a avaliação do trabalho do presidente e, por consequência, sobre a avaliação do presidente e, possivelmente sobre o comportamento eleitoral. Assim, a hipótese H1 se divide em três hipóteses específicas:

H1 a. A avaliação positiva da economia deve aumentar a probabilidade de avaliação positiva do trabalho do presidente, sinalizando o voto retrospectivo. Já no caso de avaliação pior da economia, espera-se a tendência à avaliação negativa do trabalho do presidente, por meio da diminuição da probabilidade de avaliação positiva.

H1 b. A avaliação positiva da atuação do governo sobre políticas públicas deve aumentar a probabilidade de avaliação positiva do trabalho do presidente. Já a insatisfação com a atuação do governo nos tópicos sociais deve tender a diminuir as chances de avaliação positiva do trabalho do presidente.

H1 c. A avaliação positiva do desempenho do governo no combate à corrupção deverá levar à maior probabilidade de avaliação positiva do trabalho do presidente. Em caso de avaliação negativa da atuação do governo contra a corrupção, espera-se a menor tendência à avaliação positiva do trabalho do presidente.

2.5 **Estratégia Empírica**

Para testar as hipóteses acima descritas, lançarei mão de metodologia quantitativa, com dados provenientes do *survey* Barômetro das Américas. Ele é o mais adequado para os testes das hipóteses, já que, além de trazer questões a respeito da avaliação do trabalho do presidente (variável dependente) e avaliação retrospectiva sociotrópica da economia (variável independente), também traz questões a respeito da avaliação da atuação do governo sobre políticas púbicas e combate à corrupção. Além das variáveis de controle. Essa análise, portanto, compreende dados de nível individual, seguindo os avanços metodológicos adotados pelas pesquisas desse campo.

O período analisado nesse capítulo envolve todos os anos em que os *surveys* foram aplicados nos países da América Latina. O questionário é aplicado a cada dois anos em todos os países latino-americanos. Teve seu início em 2004, embora nessa data ainda não incorporasse todos os países à análise. Isso permite que a investigação englobe os anos de 2004, 2006, 2008, 2010, 2012 e 2014[15]. Todos os bancos de dados disponibilizados pela Universidade de Vanderbilt foram compilados, formando uma base de dados única de N = 115.638 casos referentes a dezessete países latino-americanos. Os seguintes países estão presentes na análise: Argentina, Bolívia, Brasil, Colômbia, Costa Rica, Chile, Equador, El Salvador, Guatemala, Honduras, México, Nicarágua, Panamá, Paraguai, Peru, Uruguai e Venezuela.

A adaptação do banco de dados para a pesquisa aqui desenvolvida exigiu que algumas escolhas metodológicas fossem feitas para que o modelo empírico se

[15] Os países e anos analisados podem ser conferidos nos apêndices deste trabalho.

aplicasse ao que postula a teoria. Dessa forma, alguns casos foram excluídos das análises.

A exclusão de alguns casos de país/ano se deu porque tinham ocorrido trocas de governo muito próximas à aplicação do *survey*. Com isso, não seria possível identificar se a percepção dos eleitores dizia respeito ao presidente que recém assumiu o cargo ou se ao anterior. Como uma das fundamentais variáveis independentes trata da avaliação retrospectiva da economia (referente aos últimos doze meses), corria-se o risco de inserirmos na análise o impacto da avaliação econômica de um governo que não corresponde ao presidente avaliado na variável dependente. Buscando evitar esse risco, foram excluídos os casos onde o *survey* foi aplicado no ano da troca do governo. Esse foi o caso dos seguintes países/anos: Chile (2006 e 2014); Costa Rica (2006 e 2014); Guatemala (2004, 2008 e 2012); Honduras (2006 e 2010); e Panamá (2004 e 2014).

Ainda com referência a essa questão, existiram casos em que houve troca de governo, contudo, tratou-se de reeleição ou do partido ou do mandatário. Esses casos foram mantidos na análise. Os países onde o partido foi reconduzido ao cargo, a despeito da mudança de presidente nesse ano, foram mantidos na análise porque, conforme a literatura aponta, aqueles eleitores satisfeitos com a situação econômica votarão pelo mesmo partido ou candidato à reeleição, caso contrário, votarão pelo partido ou candidato da oposição. Esse foi o caso das seguintes ondas de *survey*: Argentina (2008); Brasil (2010); Costa Rica (2010); Equador (2006); Uruguai (2010). E os países que reelegeram o próprio governante foram: Brasil (2006 e 2014); Colômbia (2006 e 2014); Equador (2010) e Venezuela (2008).

2.5.1 Variáveis

2.5.1.1 Variável dependente

Conforme tratado no capítulo anterior, convencionou-se selecionar como variável dependente para o estudo do voto econômico uma entre estas duas possibilidades: a) voto no incumbente ou b) avaliação do presidente (LEWIS-BECK e STEGMAIER, 2008). A maioria das pesquisas sobre o voto econômico nos países dotados de democracias transicionais se utiliza da variável voto no mandatário como variável dependente, tanto nas análises de dados agregados quanto nas análises de dados individuais, afirmam Lewis-Beck e Stegmaier (2008). Para este trabalho, a variável avaliação do trabalho do presidente foi escolhida como variável dependente. A variável idealmente utilizada para captar o que se deseja nesta tese – os determinantes do voto – seria o voto. Entretanto há uma restrição em termos de dados disponíveis: o *survey* Latinobarometro traz a questão do voto, mas não abrange avaliação do desempenho do presidente sobre políticas públicas e combate à corrupção. Isso impossibilitaria um dos objetivos do capítulo, que é a inserção dessas novas variáveis para o estudo de comportamento eleitoral. Inviabilizaria os testes do argumento deste capítulo, uma vez que considero essas variáveis referentes ao desempenho do governo sobre políticas públicas e combate à corrupção como variáveis bastante ricas para identificar os micro fundamentos do voto retrospectivo. O *survey* Comparative Study Electoral Survey (CSES) capta o voto no momento pós-eleitoral, mas oferece a desvantagem de trabalhar com poucos países (apenas cinco dentro do contexto latino-americano, que é o que, particularmente, interessa para este trabalho), o que não permitiria fazer uma análise de toda a região. Sendo assim, será utilizada a variável “avaliação do trabalho do presidente” como variável dependente, mensurada através do *survey* Barômetro das Américas, que inclui um número muito maior de países.

A variável dependente, avaliação do trabalho do presidente tem base na seguinte pergunta do *survey: “Falando em geral sobre o governo atual, você diria que*

o trabalho que está realizando [nome do presidente atual]?[16]". As possibilidades de respostas são codificadas em cinco categorias: "muito bom"; "bom"; "razoável"; "ruim" e "muito ruim", além das categorias "não sabe" e "não respondeu". Essas duas últimas foram excluídas das análises[17].

2.5.1.2 Variáveis independentes

Como variáveis independentes para essa etapa da pesquisa, foram selecionadas variáveis de nível individual, que dizem respeito à a) avaliação retrospectiva sociotrópica da economia e b) avaliação da atuação governo sobre políticas públicas e combate à corrupção, além de c) variáveis de controle.

Com relação à avaliação do presidente sobre políticas públicas e combate à corrupção, quatro questões forem selecionadas para testar as hipóteses H1b e H1c: avaliação da atuação do governo no combate à pobreza, avaliação da atuação do governo no combate ao desemprego, avaliação da atuação do governo na melhora da segurança dos cidadãos e avaliação da atuação do governo no combate à corrupção. As variáveis de controle são ideologia, sexo e escolaridade. O quadro abaixo expõe as variáveis utilizadas e tipos de mensuração.

---

[16] Pergunta original do questionário em espanhol: *"Hablando en general acerca del gobierno actual, ¿diría usted que el trabajo que está realizando [nome do presidente atual]?". (muy bueno; bueno;, ni bueno, ni malo (regular); malo; muy malo).*

[17] Para realizar a regressão logística ordinal, a ordem das categorias foi alterada, de forma que os valores fossem ascendentes. Assim, as categorias ficaram "muito ruim", "ruim", "razoável", "bom", "muito bom".

Quadro 2 – Variáveis Independentes

	Variáveis	Mensuração
Desempenho Econômico	Avaliação Retrospectiva Sociotrópica da Economia	Categórica: Melhor/igual/pior
Políticas Públicas	Avaliação - Combate ao desemprego	Escala de 7 pontos
	Avaliação - Combate à pobreza	Escala de 7 pontos
	Avaliação – Melhora da segurança dos cidadãos	Escala de 7 pontos
Políticas	Avaliação – Combate à corrupção	Escala de 7 pontos
Controle	Ideologia	Escala de 1 a 10
	Sexo	Homem/mulher
	Educação	Anos de escolaridade

Fonte: A autora, 2015.

As variáveis independentes descritas no quadro 2 tiveram como base as seguintes perguntas realizadas no questionário: para a variável avaliação retrospectiva sociotrópica da economia, a pergunta utilizada para mensuração foi "você considera que a situação econômica do país é melhor, igual ou pior do que há doze meses?". As respostas possíveis eram "melhor", "igual" ou "pior" [18], além de não sabe ou não respondeu, categorias excluídas das análises[19].

Para mensurar a variável de avaliação da atuação do governo no combate ao desemprego, a pergunta utilizada foi: "Até que ponto diria que o governo atual combate o desemprego?"[20]. A escala de sete pontos varia de 1 a 7, onde 1 é para entrevistados que consideram "nada" e 7 é para entrevistados que consideram "muito". A mesma escala de resposta se repete para as demais variáveis de avaliação de atuação do governo sobre políticas públicas e combate à corrupção.

A variável de avaliação da atuação do governo no combate à pobreza teve origem na seguinte pergunta: "Até que ponto diria que o governo atual combate a pobreza?". A avaliação da atuação do governo na melhora na segurança dos cidadãos foi perguntada desta maneira: "Até que ponto diria que o governo atual melhora a segurança cidadã?" [21]. E a avaliação da atuação do governo no combate à corrupção

[18] Assim como a variável dependente, essa variável também teve suas categorias reordenadas de forma ascendente. Assim, as respostas ficaram na seguinte ordem: "pior", "igual", "melhor".
[19] Pergunta original do questionário em espanhol: *"¿Considera usted que la situación económica actual del país es mejor, igual o peor que hace doce meses?" (mejor; peor; igual)*.
[20] Pergunta original do questionário em espanhol: *"¿Hasta qué punto diría que el gobierno actual combate la pobreza?"*
[21] Essa pergunta é pode ser passível de gerar divergências de compreensão. Por essa razão, entrei em contato com a Universidade de Vanderbilt, responsável central pela elaboração do *survey*

é proveniente da seguinte questão: “Até que ponto diria que o governo atual combate a corrupção no governo?” [22].

A mensuração da ideologia, variável de controle, foi feita a partir desta pergunta: “Mudando de assunto, nesse cartão temos uma escala de 1 a 10, que vai da esquerda à direita, onde 1 significa esquerda e 10 significa direita. Hoje em dia, quando se fala em tendências políticas, muita gente fala daqueles que simpatizam mais com a esquerda ou com a direita. Segundo o sentido que os termos “esquerda” e “direita” tem para você, quando pensa sobre seu ponto de vista político, onde você se encontraria nesta escala? Diga-me o número” [23].

É sabido que essa forma de mensurar ideologia pode gerar algumas controvérsias e que, algumas vezes, tem sua capacidade de mensuração questionada, uma vez que nem todas as pessoas têm uma definição clara do que significa direita ou esquerda no espectro político, e tendem a se colocar no centro, a fim de buscar não se comprometer por meio de sua resposta possivelmente imprecisa. Contudo, essa é a única mensuração possível nesse *survey*, de forma que me pareceu mais relevante a inserção dessa variável no modelo do que a exclusão dela, que poderia levar a problemas de variável omitida, caso ela venha a ter um impacto relevante nas correlações que serão testadas. Além disso, por se tratar de uma variável de controle, que não se espera ter grande potencial explicativo nesse modelo, é possível argumentar que a forma de mensuração não trará grandes prejuízos para as análises.

A variável de controle “educação” foi mensurada a partir desta questão: “Qual foi o último ano de educação que você completou ou foi aprovado?” [24]. Para fins

---

Barômetro das Américas – em conjunto com outras universidades americanas – para confirmar o significado preciso dessa questão. A pessoa responsável informou não ter um documento que explique essa questão em particular. Contudo, informou que em todos os pré-testes dos *surveys* essa questão foi associada à criminalidade, insegurança, medo e tráfico de drogas.

[22] As perguntas originais do questionário em espanhol foram, respectivamente: *“¿Hasta qué punto diría que el gobierno actual combate la pobreza?*”; *“¿Hasta qué punto diría que el gobierno actual mejora la seguridad ciudadana?*”; *“¿Hasta qué punto diría que el gobierno actual combate la corrupción en el gobierno*?”

[23] Pergunta original do questionário em espanhol: “*Cambiando de tema, en esta tarjeta tenemos una escala del 1 a 10 que va de izquierda a derecha, en la que el 1 significa izquierda y el 10 significa derecha. Hoy en día cuando se habla de tendencias políticas, mucha gente habla de aquellos que simpatizan más con la izquierda o con la derecha. Según el sentido que tengan para usted los términos "izquierda" y "derecha" cuando piensa sobre su punto de vista político, ¿dónde se encontraría usted en esta escala? Dígame el número*”.

[24] Pergunta original do questionário em espanhol: “*¿Cuál fue el último año de educación que usted completó o aprobó?”*

analíticos, essa variável foi transformada em anos de escolaridade. Isso porque nas diversas ondas de questionários aplicados ela trazia respostas distintas. Então, para uniformizar a medida, a variável foi recodificada de 0 a 18 (ou mais) anos de escolaridade.

Por fim, a variável de controle "sexo" foi mensurada através da anotação da pessoa que entrevistava que, sem perguntar, deveria assinalar se o gênero se tratava de masculino ou feminino[25].

Em se tratando da avaliação da economia, cumpre mencionar que muitos dos questionários aplicados não apresentam regularidade da presença de variáveis importantes para a mensuração do voto econômico. Assim, perguntas referentes à avaliação prospectiva da economia, bem como perguntas a respeito da avaliação individual da economia (*pocketvote*) não foram aplicadas em todos os anos dos *surveys* utilizados. Isso é um problema, uma vez que inviabiliza a inclusão dessa variável no modelo que aqui será apresentado, por causa da ausência da mensuração desse tópico em diversos países e anos aqui analisados. Entretanto, isso não se configura como uma grande perda para esse estudo, uma vez que a literatura tem indicado forte presença do impacto da avaliação retrospectiva sociotrópica da economia, em detrimento das outras, de forma que muitas pesquisas também não inserem as demais medidas de avaliação da economia (KINDER e KIEWET, 1981). Isso também ocorre a fim de evitar problemas de multicolinearidade nos modelos. Assim, o modelo que será apresentado incluiu:

AVALIAÇÃO DO TRABALHO DO PRESIDENTE = AVALIAÇÃO DA ECONOMIA + AVALIAÇÃO DA ATUAÇÃO DO GOVERNO SOBRE POLÍTICAS PÚBLICAS + AVALIAÇÃO DA ATUAÇÃO DO GOVERNO NO COMBATE À CORRUPÇÃO + IDEOLOGIA + SEXO + ESCOLARIDADE

A seguir apresento as estatísticas descritivas das variáveis utilizadas no modelo de regressão, apresentado abaixo.

---

[25] Questão original do questionário em espanhol: "*[Anotar, no preguntar] Género : (1) Hombre (2) Mujer*".

2.5.2 Análises Descritivas das Variáveis

A distribuição da variável dependente avaliação do trabalho do presidente para todos os anos e países se dá conforme demonstrado na tabela abaixo. Os valores de "não se aplica" reúne as respostas dos que não souberam ou não responderam e foram retirados das análises. A avaliação negativa dos presidentes é pequena, sendo que o menor percentual se refere aos que consideram o trabalho do presidente como muito ruim. A maioria avalia o trabalho do presidente como regular (43,7%), mas um percentual significativo de respondentes percebe o trabalho do presidente como bom e muito bom, um total de 38,7%.

Tabela 2 – Variável Dependente

Avaliação do trabalho do presidente				
Muito ruim	Ruim	Regular	Bom	Muito bom
6540 (5,7%)	13638 (12%)	49554 (43,7%)	35277 (31,5%)	8236 (7,27%)

Nota: N = 113.245.
Fonte: A autora, 2004-2014 (LAPOP).

A variável independente avaliação retrospectiva sociotrópica da economia se distribui segundo demonstração da tabela 3. A maior parte dos entrevistados considera que a economia continua igual (42,1%). Mas um percentual alto avalia que a economia piorou nos últimos doze meses (39,9%).

Tabela 3 – Variável Independente

Avaliação Retrospectiva Sociotrópica da Economia		
Pior	Igual	Melhor
42329 (39,9%)	44710 (42,1%)	18939 (17,8%)

Nota: N = 105978.
Fonte: A autora (a partir dos dados do Barômetro das Américas) 2004-2014 (LAPOP).

A variável independente avaliação da atuação do governo no combate à pobreza, assim como as demais variáveis de avaliação da atuação do governo sobre políticas públicas e combate à corrupção, apresentam escalas de sete pontos e foram incorporadas aos modelos de regressão como variáveis numéricas. Elas também foram testadas como de naturezas categóricas. Os resultados indicaram os mesmos

padrões de significância estatística e direção da relação. O indicador de ajuste dos distintos modelos de regressão (*Akaike Information Criterion* – AIC) mostrou números bastante próximos e, a fim de facilitar a interpretação dos resultados, foram selecionados os modelos que traziam essas variáveis sob forma numérica para serem apresentados no corpo desta tese. Os modelos com as mesmas variáveis em formato categórico podem ser verificados nos apêndices do trabalho. As estatísticas descritivas dessas variáveis estão expostas na tabela 4, abaixo.

As variáveis variam entre 1 e 7, sendo que1 significa que o entrevistado avalia que o governo não atuou nada sobre a política em questão e 7 significa que a avaliação é de que o governo fez muito. Todas as respostas sobre os temas analisados ficam próximas da média 3. A mediana 4 demonstra que metade da amostra escolhe até o ponto quatro da escala avaliativa. Exceção está no combate ao desemprego, com mediana no ponto 3 da escala, mostrando uma avaliação um tanto menor do que as demais políticas. Isso também é percebido pela média, que é ligeiramente menor do que a média dos demais temas (3,29). Os valores de desvio padrão mostram que as avaliações tendem a não estar nos extremos 1 e 7.

Tabela 4 – Variável Independente

	Avaliação Políticas Públicas e Combate à Corrupção					
	Mín	Máx	Média	Mediana	Desvio Padrão	NA's
Avaliação - Combate à Pobreza	1	7	3.67	4	1.87	15672
Avaliação - Políticas de Segurança	1	7	3.64	4	1.83	18948
Avaliação - Combate ao Desemprego	1	7	3.29	3	1.84	48887
Avaliação - Combate à Corrupção	1	7	3.55	4	1.9	3741

Nota: N = 115.638.
Fonte: A autora (a partir dos dados do Barômetro das Américas) 2004-2014 (LAPOP).

As variáveis de controle tratadas abaixo se distribuem como demonstrado nas tabelas 8, 9 e 10. A ideologia varia de 1 a 10, onde o ponto 1 significa mais à esquerda do espectro ideológico e o ponto 10 significa mais à direita. É possível perceber que a distribuição se dá de forma normal, com tendência ao centro do espectro na amostra (média 5), com pequena variação à direita da escala (mediana 5,6). A amostra traz um percentual um pouco maior de mulheres do que de homens (51,2% e 48,8%, respectivamente). A escolaridade varia de 2 anos a 18 anos ou mais. A média de anos

de escolaridade é 13, o que para os padrões brasileiros significa ensino médio completo.

Tabela 5 – Variável de Controle

Ideologia					
Mínimo	Máximo	Média	Mediana	Desvio Padrão	NA's
1	10	5	5.6	2.53	24115

Nota: N = 115.638.
Fonte: A autora (a partir dos dados do Barômetro das Américas, 2004-2014 (LAPOP).

Tabela 06 – Variável de Controle

Sexo		
Mulheres	Homens	NA's
59247 (51.2%)	56390 (48.8%)	1

Nota: N = 115.638.
Fonte: A autora (a partir dos dados do Barômetro das Américas) 2004-2014 (LAPOP).

Tabela 07 – Variável de Controle

Educação			
Mínimo	Média	Mediana	Máximo
2	13	12.7	18+

Nota: N = 115.638.
Fonte: A autora (a partir dos dados do Barômetro das Américas) 2004-2014 (LAPOP).

Uma vez que a distribuição e estatísticas descritivas das variáveis foram expostas, a seção a seguir descreverá e apresentará os modelos de regressão utilizados para testar empiricamente as hipóteses desse capítulo.

2.5.3 O Modelo

O caminho metodológico mais indicado para variável dependente categórica ordinal é um modelo estatístico com técnica de modelagem linear generalizada *logit* ordenado. De acordo com Agresti (2010), esses modelos refletem a característica ordinal das respostas (nesse caso “muito ruim”, “ruim”, “regular”, “bom” e “muito bom”), de forma a aumentar o poder de inferência e parcimônia do modelo.

O modelo estatístico adotado usa função de ligação *logit.* Corbi e Menezes-Filho (2006) apontam que os modelos *logit* – assim como os *probit* – se assemelham aos modelos multinomiais, com a diferença de que os modelos ordenados estabelecem ordenamento das respostas, de forma não linear, mas de forma a ranquear possíveis resultados. Agresti (2010) explica que se os modelos multinomiais realizam análises binárias – par a par – para cada par de categorias de resposta; o modelo ordenado, por sua vez, usa logs de probabilidades de respostas cumulativo. Isto é: a probabilidade de uma categoria em relação a todas às demais.

Três componentes caracterizam os modelos lineares generalizados: a distribuição do vetor de observações, um conjunto de variáveis independentes e uma função de ligação. Pascom (2002) explica que as variáveis independentes formam a estrutura linear do modelo, onde as *p* covariáveis (x1, x2, x3,...,xn) formam um preditor linear. Os parâmetros estimados dizem respeito a esse preditor. A função de ligação é o que liga a componente sistemática (covariância relacionada aos parâmetros) e a componente estocástica ou aleatória (diz respeito ao processo que gerou Y, variável dependente). Tal função de ligação estabelece a relação entre a expectativa de cada observação e o preditor linear. Assim, a função é: g(x) tal que g(x): $\boldsymbol{S} \rightarrow \Re$, onde $\boldsymbol{S}$ é o espaço amostral possível para a esperança matemática de Y. A função de ligação deste modelo foi a *logit,* apresentada abaixo:

$$\textit{logit}: \eta = \mathrm{g}(\mu_{\mathrm{i}}) = \log\left[\frac{\mu_i}{1-\mu_i}\right]$$

2.6 **Resultados**

Os resultados da estimação dos modelos são apresentados na tabela 8. É sabido que os efeitos marginais podem ser bastante diferentes dos coeficientes estimados. Com isso, o objetivo dessa tabela é mostrar o sinal das variáveis, o grau de significância e as razões de chances de cada coeficiente entre parêntesis.

Para a interpretação dos resultados abaixo é importante saber que, assim como em modelos logísticos binários, os modelos ordenados usam uma categoria de referência para estimar os resultados das variáveis categóricas. As categorias de

referência utilizadas para essas variáveis foram sempre a primeira categoria. Para o caso da variável dependente, isso quer dizer que a referência é “muito ruim”. Quanto aos sinais dos coeficientes, é possível associá-los à probabilidade estimada. Ou seja, coeficientes positivos indicam crescimento na probabilidade da última categoria e decréscimo na probabilidade da primeira categoria (GREENE e HENSHER, 2010).

O modelo 1 é o modelo clássico do voto econômico para dados de nível individual. Leva em conta as variáveis “avaliação retrospectiva sociotrópica da economia” e as variáveis de controle “ideologia”, “sexo”, “escolaridade”. Os modelos seguintes contaram com a inserção de uma variável por vez.

Tabela 8 – Coeficientes Estimados dos modelos logit ordinal

	Modelo 1	Modelo 2	Modelo 3	Modelo 4	Modelo5
Av Econômica (igual)	0.829***(2.29)	0.647***(1.91)	**0.658***(1.93)**	0.649***(1.91)	0.66***(1.93)
Av Econômica (melhor)	1.777***(5.91)	1.315***(3.72)	**1.306***(3.69)**	1.287***(3.62)	1.296***(3.65)
Combate à Pobreza		0.543***(1.72)	**0.384***(1.46)**	0.318***(1.37)	0.271***(1.31)
Segurança			**0.298***(1.34)**	0.207***(1.23)	0.165***(1.18)
Combate à Corrupção				0.192***(1.21)	0.151***(1.17)
Combate ao Desemprego					0.159***(1.16)
Ideologia	0.0021(1)	0.002(1.00)	**-0.004(0.99)**	-0.004(0.99)	0.002(1.00)
Sexo (homem)	-0.068***(0.93)	-0.053***(0.94)	**-.053***(0.94)**	-0.054***(0.94)	-0.065***(0.93)
Educação	0.007***(1)	0.002**(1.00)	**0.00005(1.00)**	-0.0005(0.99)	-0.0002(0.99)
N	82934	70730	**63764**	63048	49622

Nota: Variável dependente: Avaliação do trabalho do presidente (muito ruim, ruim, regular, bom, muito bom)
Fonte: A autora, 2017.

Conforme vemos, no modelo clássico (modelo 1) existe impacto positivo e estatisticamente significativo da avaliação da economia sobre a avaliação do trabalho do presidente. De modo que aqueles que avaliam que a economia foi melhor no último ano possuem 5.9 mais chances de avaliar positivamente o governo do que aqueles que consideram que a economia foi pior nos últimos doze meses. A ideologia não produz impacto sobre a avaliação. E os homens têm menor probabilidade de avaliar positivamente o governo em comparação com mulheres (chamo atenção, contudo, para o baixo valor das razões de chance). A educação também apresenta significância estatística, de forma que o aumento em anos de escolaridade tende aumentar a probabilidade de avaliação positiva do trabalho do presidente. Com esse resultado há a contribuição para a agenda de pesquisa do voto econômico que investiga

democracias fora da Europa Ocidental e Estados Unidos, que confirmam o comportamento orientado pela racionalidade. Com isso tem-se a confirmação da hipótese de pesquisa H1a.

A inserção das demais variáveis independentes, que dizem respeito à avaliação da atuação do governo sobre políticas públicas e combate à corrupção também se mostrou válida, uma vez que todas as variáveis apresentaram significância estatística.

Dentre as avaliações da atuação do governo sobre políticas públicas e combate à corrupção, a que demonstra maior impacto sobre a variável dependente é a avaliação da atuação do governo no combate à pobreza. Em seguida está o impacto da avaliação da atuação do governo na melhora da segurança dos cidadãos, seguida do combate à corrupção e, com menor impacto, está o combate ao desemprego, conforme é possível perceber no modelo 5, que contém todas as variáveis. O impacto significativo dessas variáveis permite que se confirmem as demais hipóteses desse capítulo. Ou seja, ao olharmos para a multidimensionalidade do voto retrospectivo na América Latina, existe forte impacto de outras avaliações retrospectivas, além da econômica. A intensidade desse impacto poderá ser melhor verificada a seguir, com a exposição das probabilidades preditas.

Uma vez que todos os modelos confirmaram as hipóteses aqui testadas, cumpre selecionar um deles como o modelo que melhor se ajusta aos dados. O critério de seleção de modelo utilizado foi o *Akaike information criterion* (AIC), que permite comparar modelos (LONG, 1997). É uma medida que não significa nada para somente um modelo, mas, sim, trata da qualidade em relação a outros modelos. Quanto menor o valor do AIC significa que melhor o modelo se ajustou aos dados.

Para o caso dos modelos utilizados nesse capítulo existem duas questões que podem ser amenizadas pelo AIC: 1) os modelos possuem diferenças de N. Como algumas perguntas não foram aplicadas em certos anos de *survey*, a diferença entre o tamanho das amostras de cada modelo impacta o AIC, que varia de acordo com o tamanho do N. 2) Algumas variáveis independentes sobre avaliação da atuação do governo sobre políticas públicas e combate à corrupção apresentam correlação entre si (*Spearman*). Embora se saiba que a multicolinearidade não vem a ser um problema tão grande em modelos logísticos quanto é em modelos de regressão linear, o AIC auxilia na seleção do modelo mais bem ajustado também nesse sentido.

Para sanar a primeira questão, os modelos foram rodados com o mesmo número de casos, para que, com isso, fosse obtido o resultado apenas do impacto

das colunas (das variáveis), e não das linhas da base de dados (número de casos). Para a segunda questão, a medida adotada foi rodar vários modelos, testando as variáveis de avaliação de atuação do governo sobre políticas públicas e combate à corrupção par a par em cada um dos modelos. Depois de realizado isso, o modelo que apresentou o menor AIC, portanto o modelo que melhor se ajusta aos dados, foi o modelo 3, que está em negrito.

O modelo 3 traz o impacto das variáveis retrospectiva sociotrópica da economia, da avaliação da atuação do governo no combate à pobreza e da avaliação da atuação do governo na melhora da segurança dos cidadãos, além das variáveis de controle. Importante ressaltar que esse modelo traz a variável que representa o combate ao principal problema reconhecido pela população latino-americana: a criminalidade. Ele não inclui as variáveis de avaliação atuação do governo no combate ao desemprego e à corrupção, que foram variáveis que também apresentaram significância estatística no sentido esperado, mas que se ajustaram menos aos dados (conforme mostraram os valores de AIC) do que as variáveis do modelo 3.

Uma vez selecionado o modelo dou continuidade às análises. Como os modelos ordenados são modelos não lineares de resultados probabilísticos, nenhum resultado é, sozinho, suficiente para descrever a relação entre a variável e as variáveis independentes (LONG, 1997). Por isso, apresento abaixo as probabilidades preditas. Com elas é possível compreender a influência das variáveis independentes na avaliação do trabalho do presidente, onde percebemos os efeitos marginais. Trata-se de efeitos que a mudança de uma unidade das variáveis independentes causa na probabilidade estimada para as categorias de avaliação do trabalho do presidente, apresentada na primeira coluna da tabela.

Tabela 9 – Probabilidades Estimadas a partir do modelo logit ordinal

Probabilidades Preditas - Avaliação Retrospectiva Economia			
	Pior	Igual	Melhor
Muito ruim	4%	2%	1%
Ruim	13%	7%	4%
Regular	56%	50%	39%
Bom	22%	34%	46%
Muito bom	2%	4%	8%

Fonte: A autora, 2017.

Para os entrevistados que consideram que a economia está melhor do que há doze meses a probabilidade de um indivíduo escolhido ao acaso avaliar o governo como bom ou muito bom é de 54%. Esse valor cai para 5% para indivíduos que avaliam o governo como ruim ou muito ruim. Esse resultado não apenas confirma o impacto de variáveis econômicas na aprovação do presidente, como aponta em que medida probabilística essa relação entre avaliação de economia e avaliação do trabalho do presidente se dá.

Tabela 10 – Probabilidades Estimadas a partir do modelo logit ordinal

Probabilidades Preditas - Av Combate à Pobreza					
	1	2	4	6	7
Muito Ruim	7%	5%	2%	1%	0%
Ruim	19%	14%	7%	3%	2%
Regular	56%	57%	50%	37%	29%
Bom	15%	20%	33%	47%	52%
Muito bom	1%	2%	4%	9%	13%

Fonte: A autora, 2017.

Para os entrevistados que avaliaram a atuação do governo no combate à pobreza com valor máximo (7), a probabilidade de um indivíduo escolhido ao acaso avaliar o governo como bom ou muito bom é de 65%. Essa probabilidade muda para 2% para aqueles que avaliam o governo como ruim ou muito ruim. É possível perceber que o impacto dos efeitos marginais de uma alta avaliação da atuação do governo no combate à pobreza (por meio dos pontos 6 ou 7 da escala) chega a ser maior do que o impacto da avaliação positiva da economia. Esse resultado corrobora o argumento da inserção de variáveis não econômicas para a investigação dos micro fundamentos do voto retrospectivo.

Tabela 11 – Probabilidades Estimadas a partir do modelo logit ordinal

Probabilidades Preditas - Av Segurança					
	1	2	4	6	7
muito ruim	6%	4%	2%	1%	0%
Ruim	16%	12%	7%	4%	3%
Regular	56%	57%	50%	40%	34%
Bom	18%	22%	33%	44%	49%
Muito bom	1%	2%	4%	8%	10%

Fonte: A autora, 2017.

Para as pessoas que avaliaram como “7” a atuação do governo na melhora da segurança dos cidadãos, a probabilidade de avaliar o trabalho do presidente como bom ou muito bom é de 59%. Essas pessoas, contudo, têm 3% de probabilidade se avaliarem o governo como ruim ou muito ruim. As altas avaliações nesse tópico também se equiparam, quase superando (no caso da nota 7) o impacto da avaliação positiva da economia sobre a variável dependente. Interessante notar, contudo que, apesar de a criminalidade ser a maior queixa da população latino-americana, o impacto da avaliação da atuação do governo no combate à pobreza tem um impacto ligeiramente maior sobre a avaliação do trabalho do presidente.

2.7 **Considerações Finais**

Este capítulo buscou sugerir a inserção de variáveis de matéria não econômica para os estudos sobre voto econômico na América Latina. A sugestão dessas variáveis se baseou no contexto latino-americano, com recente redução da desigualdade social por meio, principalmente, do aumento de investimentos sociais no período estudado (2004 – 2014).

Os resultados mostraram que o impacto da avaliação econômica segue sendo significativo, corroborando para os achados sobre o voto econômico. Além disso, também foi possível identificar que a inserção de variáveis sobre a avaliação que os eleitores da região fazem sobre a atuação do governo sobre políticas públicas e combate à corrupção é procedente para a análise dos micro fundamentos do voto retrospectivo. As variáveis presentes no modelo que mais se ajustou aos dados e impactaram a avaliação do trabalho do presidente (aqui tratada como variável

dependente) foram: avaliação retrospectiva sociotrópica da economia (variável clássica dos estudos de voto econômico), avaliação da atuação do governo no combate à pobreza e avaliação da atuação do governo na melhora da segura dos cidadãos.

3 **VOTO ECONÔMICO E CLAREZA DE RESPONSABILIDADE NA AMÉRICA LATINA**

3.1 **Introdução**

Este capítulo busca investigar o papel interveniente da clareza de responsabilidade no voto econômico em países latino-americanos. A clareza de responsabilidade é entendida como o contexto político-institucional que permite ao eleitor identificar quem é o responsável político pelo desempenho da economia. Cenários que envolvem maior número de atores políticos responsáveis pela elaboração e implementação de políticas públicas podem diminuir a transparência do ambiente político e, assim, nublar a clareza da responsabilidade política do presidente. Isso pode se dar, entre outros fatores – como veremos adiante – por meio de coalizões de governo ou minoria parlamentar, que são situações onde o partido governante divide a responsabilidade dos resultados de sua *performance* (POWELL e WHITTEN, 1993; ANDERSON, 2000; RATTO, 2011).

A clareza de responsabilidade é maior quando existem menos atores políticos envolvidos no manejo de políticas. Quando o oposto acontece, e mais atores entram em cena, é possível que os eleitores tenham mais dificuldades de responsabilizar o mandatário pelo desempenho da economia. Uma vez que o mecanismo do voto econômico inclui a atribuição de responsabilidade política para que o eleitor possa punir ou premiar o mandatário, é relevante saber se existem traços político-institucionais que permitem que o eleitor tenha maior clareza de responsabilidade.

Essa investigação é importante para as pesquisas do voto econômico porque algumas análises transnacionais sobre o tema não apresentam regularidade do impacto da situação econômica sobre o voto ou avaliação do governante (PALDAM, 1991; GÉLINEAU, 2013). Gélineau (2013) analisou dados individuais de democracias na América Latina, África Subsaariana, Sul e Leste da Ásia e países árabes (entre 1995 e 2009). Apesar de encontrar o impacto da economia sobre a aprovação do presidente em todo o período, o autor chama atenção para a variação da intensidade de tal impacto ao longo dos anos e para a necessidade de aprofundar as investigações para melhor compreensão desse fenômeno.

A chave para o entendimento dessa variação pode estar na diferença do contexto político-institucional que pode diminuir a clareza de responsabilidade entre os países ao longo do tempo (PALDAM, 1991; POWELL e WHITTEN, 1993; CHEIBUB e PRZEWORSKY, 1997). Identificar um contexto institucional no qual exista clareza de responsabilidade nos países da América Latina e seu efeito sobre a avaliação da situação da economia e de políticas públicas no apoio ao presidente é o principal objetivo desse capítulo.

Conforme demonstrado no primeiro capítulo, trata-se de uma investigação pertinente e usual quando se aborda o voto econômico em democracias mais antigas. No entanto, essas pesquisas foram desenvolvidas majoritariamente tratando de democracias parlamentaristas. Por isso é necessário que se investigue como o contexto político-institucional e comportamento eleitoral interagem em diversos cenários de presidencialismo.

Assim, o capítulo procura contribuir com essa na América Latina de duas maneiras, ambas na esfera empírica: primeiramente incorporando às análises variáveis que mensuram a clareza de responsabilidade com foco no contexto político de composição de governo e base parlamentar, indo além dos traços institucionais estáticos entre as nações. Essa opção é alinhada à crítica feita por Anderson (2000), que afirma que a maior parte dos estudos sobre o tema falha ao se ater a aspectos institucionais dos sistemas políticos, tratando o contexto político como algo que varia de forma previsível entre as nações. Essa forma de tratar a clareza de responsabilidade por meio de variáveis estáticas ignora que o contexto político pode formar um cenário que aumenta ou diminui a transparência de um ambiente político e que isso varia dentro dos países. Em segundo lugar, busco contribuir para os estudos de clareza de responsabilidade na América Latina fornecendo resultados de dados individuais, ainda pouco explorados no campo analítico. É por meio desses que será possível identificar qual o impacto da estrutura político-institucional sobre o comportamento individual.

Conforme será demonstrado na seção seguinte, não há um consenso na bibliografia sobre uma forma específica de mensurar a clareza de responsabilidade. A estratégia empírica adotada para tal mensuração neste capítulo buscou se orientar pelas variáveis que os estudos já mobilizaram, bem como pelas lacunas identificadas na seleção das variáveis já utilizadas pela literatura.

O conceito de clareza de responsabilidade será operacionalizado neste capítulo a partir de variáveis relacionadas à formação de governo, base de apoio partidário e traço institucional. Levarei em conta as variáveis “número de partidos na coalizão”, “número de coalizões ao ano”, “percentual de cadeiras do partido do presidente na Câmara dos deputados”, “tipo de gabinete (se unipartidário ou multipartidário)” e se a “reeleição” é ou não permitida pela constituição.

Considerando tais variáveis, a seguinte situação deve levar a maior clareza de responsabilidade, por incluir menor número de atores políticos: um baixo número de partidos na coalizão (ou um governo unipartidário), uma única coalizão no ano, um alto percentual de cadeiras do partido do presidente na Câmara, gabinetes unipartidários e a possibilidade de reeleição. Do contrário, quando mais atores políticos estiverem envolvidos na produção e implementação de políticas, a transparência deve diminuir, levando a um cenário de menor clareza de responsabilidade (POWELL e WHITTEN, 1993; v).

Cenários de distintos níveis clareza de responsabilidade (maior ou menor) serão testados em interação com variáveis do modelo que mais se ajustou aos dados no capítulo anterior: a variável dependente é a avaliação do trabalho do presidente. As variáveis independentes são: avaliação retrospectiva sociotrópica da economia, avaliação da atuação do governo no combate à pobreza e avaliação da atuação do governo na melhora da segurança dos cidadãos; e as variáveis de controle são: ideologia, sexo e escolaridade. É possível esperar como resultados o que já foi colocado pela literatura acerca do tema de clareza de responsabilidade: cenários de maior clareza de responsabilidade devem permitir maior vínculo entre avaliação da economia e a variável dependente. O mesmo deve ser esperado das demais variáveis independentes. Na direção oposta, espera-se que em cenários de menor clareza de responsabilidade o vínculo entre avaliação da economia (bem como das demais variáveis independentes) e avaliação do trabalho do presidente seja enfraquecido.

O capítulo se estrutura da seguinte maneira: a próxima seção trará os principais achados sobre clareza de responsabilidade na América Latina, com foco, sobretudo, nas formas de operacionalização do conceito de clareza de responsabilidade política. Em seguida, será apresentado o argumento e as hipóteses de trabalho do capítulo. Depois, abordarei a estratégia empírica para os testes de hipóteses e, por fim, serão expostos e discutidos os achados da pesquisa, seguido de algumas considerações finais.

3.2 **Os estudos transnacionais sobre clareza de responsabilidade na América Latina**

Os estudos transnacionais que abordaram o voto econômico incluíram variáveis político-institucionais a fim de medir o impacto da clareza de responsabilidade sobre o comportamento eleitoral. Como foi exposto no capítulo 1, o conceito de clareza de responsabilidade foi proposto por Paldam (1991) quando ele chegou à conclusão que o impacto da economia sobre o voto não era identificado de maneira consistente ao longo do tempo em estudos que envolviam diversas nações. O autor sugeriu, então, que tal inconsistência poderia ser resultado das diferenças institucionais e de contexto político entre um país e outro. Powell e Whitten (1993) testaram empiricamente esse argumento e confirmaram essa hipótese. Desde então as pesquisas dessa área trabalham com a ideia de que existem características estruturais que funcionam como barreiras para que o eleitor responsabilize o mandatário por seus feitos.

Vimos que o mecanismo do voto econômico trata da capacidade de o eleitor identificar melhora na situação da economia, responsabilizar o governante, e premiá-lo com aprovação ou voto. Do contrário, o eleitor deverá puni-lo com desaprovação ou voto em partido de oposição. Os estudos sobre clareza de responsabilidade auxiliam a entender que há variáveis que intervêm nesse processo de atribuição de responsabilidade: há cenários que favorecem a transparência e outros mais nebulosos. Os mais transparentes tendem a aumentar a probabilidade do efeito da economia sobre a aprovação do mandatário ou o voto nele. Os estudos mobilizados nessa seção ajudam a compreender que cenários são esses, bem como dão suporte às escolhas das variáveis que serão testadas ao longo do capítulo.

A literatura sobre clareza de responsabilidade é extensa e fazer uma revisão exaustiva não é o objetivo desta seção. Contudo, a forma de operacionalizar o conceito de clareza de responsabilidade ainda está em aberta, de modo que diferentes variáveis foram utilizadas e algumas delas são passíveis de críticas.

A principal crítica está no uso excessivo de traços estáticos das instituições dos países analisados, em detrimento de variáveis que mensuram mudanças do contexto que podem ocorrer dentro dos países em função tanto dos ciclos eleitorais, quanto dos arranjos políticos realizados para que se governe. De acordo com Anderson

(2000) o foco em aspectos institucionais que não variam no interior dos países ao longo dos anos não considera que a formação de governos também contribui para maior ou menor transparência de quem é o responsável político pelo desempenho da economia e que ela muda com o passar dos anos. Alguns trabalhos levam isso em conta. Outros, contudo, acabam se focando mais em tópicos institucionais estáticos.

Samuels (2004), Ratto (2011), Corrêa (2012) e Schwindt-Bayer e Tavits (2016) usaram a variável binária *coalizão* em seus modelos, identificando se o governo em análise era ou não um governo de coalizão. Como apontado por Powell e Whitten (1993), governos que não são unitários tendem a diminuir a clareza de responsabilidade por envolverem mais atores políticos na produção de políticas públicas. Isso permite que se isole o mandatário das perdas provenientes de maus resultados, pois esses podem ser atribuídos a outros partidos da coalizão, diluindo a responsabilidade política do mandatário.

A variável coalizão foi testada de duas formas distintas pelos estudos: 1) amostras de dados individuais foram separadas entre casos de governos unipartidários de países governados por coalizões (RATTO, 2011; CORRÊA, 2012); e 2) a variável coalizão foi inserida em modelo aditivo (SAMUELS, 2004). De acordo com Whitten (2018) o recurso de uso da variável apenas em modelo aditivo gera resultados equivocados, pois os dois fatores (economia e clareza) agem de forma interativa. A interação testa a condicionalidade presente na relação entre duas variáveis independentes. Portanto, capta a noção de que em cenários de maior ou menor clareza de responsabilidade, a relação entre situação da economia e a variável dependente se dá de modo mais ou menos intenso a depender da clareza.

Apenas Corrêa (2012) encontrou resultado estatisticamente significativo para a variável coalizão, identificando que a economia afetou o voto somente nos casos onde havia clareza de responsabilidade – mensurada pela condição de ser um governo unipartidário.

Corrêa (2012) também usou a variável binária que indicava se o governo analisado era ou não minoritário. Tal medida que trata da base de apoio parlamentar do presidente também foi usada também por Camargos (2006), Hellwig e Samuels (2007) e Ratto (2011). A literatura indica que governos minoritários dificultam a atribuição de responsabilidade política ao presidente, porque, a despeito do trabalho que o chefe do Executivo está desempenhando, a oposição parlamentar tem poder para interferir no curso das ações do mandatário. Essa condição permite que o

presidente culpe a oposição por efeitos diferentes dos esperados ou prometidos pelo seu governo, diminuindo a clareza de responsabilidade (POWELL e WHITTEN, 1993; RATTO, 2011).

O status minoritário do governo foi mensurado por Camargos (2006) em um índice composto por essa variável e pela variável força do partido na coalizão[26]. Com base no resultado desse índice, a amostra foi divida em duas, onde situações de governo minoritário e pouca força do partido na coalizão foram considerados cenários de baixa clareza de responsabilidade. Hellwig e Samuels (2007), Ratto (2011) e Corrêa (2012) usaram a variável também de forma binária para dividir as amostras, medindo apenas se se tratava de maioria ou minoria na base de apoio parlamentar e rodando modelos de regressão distintos para os dois casos. Com exceção de Ratto (2011), todos os trabalhos encontraram efeito da clareza de responsabilidade sobre o voto econômico, de forma que as variáveis econômicas em relação ao voto apresentaram significância estatística ou coeficiente maior nos modelos de maior clareza de responsabilidade, ou seja, em situações onde o governo era majoritário.

É válido ressaltar que, em se tratando da variável status minoritário do governo, apenas o modelo de Ratto (2011) fez uso de dados individuais, o que pode justificar a diferença nos resultados encontrados. Ademais, é possível aventar que a medida de status minoritário do governo como uma variável binária é bastante rígida. Isso porque casos onde o partido do presidente não conquistou sequer uma cadeira no Legislativo são associados a casos onde o partido da situação possui até 50% dos assentos. É evidente que a possibilidade de ação de um partido nesses dois contextos distintos são também distintas. Assim, tal medida parece ter alguma debilidade. Uma possível solução para isso seria o uso do percentual de cadeiras conquistadas pelo partido do presidente, variável de natureza numérica contínua e não categórica, que traz maiores informações. Essa foi uma das estratégias empíricas utilizadas neste capítulo, conforme será detalhado adiante.

Outra característica política-institucional que está associada a maior clareza de responsabilidade é a permissão constitucional de reeleição. Lewis-Beck e Nadeau

---

[26] Essa variável foi medida por meio da divisão do percentual de cadeiras do partido do presidente na Câmara dos Deputados, pelo número de cadeiras comandadas por partidos da coalizão do presidente. O alto peso do partido do partido na coalizão leva o presidente a ter maior autonomia sobre políticas públicas, o que deve aumentar a clareza de responsabilidade (CAMARGOS, 2006).

(2001) verificaram em estudos de democracias do norte que o impacto da avaliação retrospectiva da economia é maior quando os candidatos estão concorrendo à reeleição. Essa possiblidade tende a dar maiores condições de os eleitores punirem ou recompensarem seus presidentes. Nos estudos sobre a América Latina, Samuels (2004), Hellwig e Samuels (2007) e Ratto (2011) fizeram uso dessa variável para mensurar a clareza de responsabilidade. Os trabalhos de Samuels (2004) e Hellwig e Samuels (2007) inseriram a variável reeleição em modelo aditivo. Já Ratto (2011) usou o recurso de amostras divididas e também análise multinível com dados agregados e individuais. Apenas Ratto (2011) encontrou efeito para a medida nos dois tipos de análise.

Tal como a reeleição, outra variável estática operacionalizada para mensurar a clareza de responsabilidade política identifica nas regras eleitorais se as eleições para o Executivo e o Legislativo ocorrem simultaneamente. Eleições que ocorrem em momentos simultâneos tendem a aumentar a clareza de responsabilidade política. Samuels (2004) argumenta que durante as campanhas os poderes Executivo e Legislativo fazem esforços coletivos em prol da imagem do partido como um todo. Isso sinaliza maior unidade política e facilita a atribuição de responsabilidade. Além disso, é difundida a ideia de corresponsabilidade entre os dois poderes acerca da situação nacional, permitindo que o eleitor puna ou premie o partido governante nas duas esferas de poder. Já em caso de eleições não simultâneas, há maior tendência ao formato da eleição fazer com que os eleitores se voltem para as qualidades pessoais dos candidatos, de forma desarticulada do Legislativo, deixando a economia de lado, reduzindo a clareza de responsabilidade (SHUGART e CAREY, 1992).

Samuels (2004) e Hellwig e Samuels (2007) usaram a variável “eleições simultâneas” para investigar se existe algum sistema político mais propenso para a ocorrência da *accountability* nas eleições. A definição de *accountability* utilizada por Samuels (2004) se baseia na capacidade eleitoral de punir ou recompensar os incumbentes por suas ações (MANIN et al., 1999 apud SAMUELS, 2004*)*. A ideia presente nos dois estudos é verificar se a separação dos poderes Executivo e Legislativo inibe a *accountability* por meio da diminuição da clareza de responsabilidade atribuída aos governantes.

Há um debate teórico onde alguns pesquisadores afirmam que o presidencialismo e sua característica separação entre os poderes diminuem a *accountability* (LINZ, 1990, 1994). Outros autores, no entanto, apontam vantagens no

sistema presidencialista e na separação de poderes, que permitem que eleitor responsabilize presidente e legisladores por questões diferentes (PEARSON e TABELLINI, 2003; SAMUELS e SHUGART, 2003; SHUGART e CAREY, 1992). A verificação empírica do impacto da clareza de responsabilidade oferece algumas respostas para essa questão. Samuels (2004) e Hellwig e Samuels (2007) testaram os modelos estatísticos em amostras de casos onde as eleições eram simultâneas e em casos onde elas não eram simultâneas. Os dois trabalhos encontraram impacto dessa variável, identificando que a economia impacta mais fortemente o voto no partido governante apenas em situações de maior clareza de responsabilidade, medida também pelo aspecto institucional que diz respeito à simultaneidade das eleições.

Samuels (2004) ainda olhou para outro quesito das regras eleitorais, além da simultaneidade das eleições: o localismo. De acordo com o autor, quando as regras eleitorais favorecem eleições do Legislativo focadas em viés local, isso diminui o impacto da economia nacional no comportamento eleitoral. As regras eleitorais que favorecem o localismo, no entanto, não se mostraram estatisticamente significativas para explicar o saldo de votos do mandatário em relação à eleição anterior (variável dependente).

Como é possível perceber, existem algumas variáveis mais recorrentes nos estudos sobre clareza de responsabilidade na América Latina, como a coalizão, o status minoritário do governo e a possibilidade ou não de reeleição. Outros trabalhos também inseriram em suas análises fatores menos consensuais, buscando testar que outros aspectos poderiam estar atrelados à transparência política frente ao eleitor.

Ratto (2011), por exemplo, também mensurou o número efetivo de partidos (NEP) e o bicameralismo monocolor. O número efetivo de partidos define o grau de fragmentação do sistema partidário, ponderando a força relativa de cada partido. Para Ratto (2011), este número indica o número de atores envolvidos na produção de políticas públicas. Por essa razão, espera-se que um alto número de partidos efetivos diminua a clareza de responsabilidade. Já o bicameralismo monocolor identifica se as Câmaras baixa e alta são controladas pelo mesmo partido do presidente. Se for esse o caso, deve ser mais clara a responsabilidade política do governante. As análises de Ratto (2011) que envolveram amostras divididas segundo os critérios de baixa e alta clareza e também análises multinível, apontaram impacto significativo apenas do

NEP. A avaliação da economia perdeu significância estatística nos lugares onde o número de partidos é muito alto.

Outra maneira utilizada nos estudos sobre a América Latina para operacionalizar a clareza de responsabilidade está presente em Carlin et. al (2014) e se baseia no indicador de estrutura institucional e partidária de Henisz (2010 apud Carlin et al., 2014). Tal medida identifica a divisão ou unificação da autoridade política e capta as constrições dos "veto *players*" (TSEBELIS, 2002 apud CARLIN et al., 2014) na elaboração de políticas. Ela leva em conta tanto o número de *checks and balances* formais (realizados por meio do Executivo, Câmara dos Deputados, Senado, maior número de partidos, coalizões etc.), quanto a distribuição de poder partidário dentro das instituições. Governos com maior número de "veto *players*" tendem a apresentar menor clareza de responsabilidade, uma vez que muitos atores políticos estão envolvidos na elaboração de políticas públicas.

O trabalho de Carlin et al. (2014) é particularmente interessante para esta tese, porque também analisa outras dimensões da avaliação retrospectiva, para além da economia, e seu impacto na aprovação do presidente latino-americano. No estudo os autores buscam entender como a clareza de responsabilidade interfere na relação entre segurança nacional e aprovação do presidente. A hipótese dos autores é a de que, mesmo apresentando maus resultados sobre segurança nacional, governos unificados apresentam maior probabilidade dos governantes serem recompensados. E governos divididos apresentam maior probabilidade de punição aos governantes. A relação se daria de forma oposta do que se espera da clareza de responsabilidade quando se trata de economia. A baixa clareza que tende a diminuir a conexão entre economia e aprovação do presidente, tenderia a fortalecer a ligação entre segurança nacional e a aprovação do presidente.

Tal expectativa se justifica, segundo Carlin et al. (2014) porque quando se trata da questão econômica, os eleitores identificam a responsabilidade política dividida pelo Executivo e Legislativo (DUCH e STEVENSON, 2008 apud CARLIN et al., 2014). Já o aspecto da segurança nacional é identificado pelo eleitorado como responsabilidade única do Executivo (IYENGAR, 1989; NICKELSBURG e NORPOTH, 2000; PETROCIK, 1996 apud CARLIN et al., 2014).

A percepção de segurança nacional como controle único do presidente se pauta na centralização do controle de fatores de política externa no Executivo. E também no fato de o presidente ser o comandante das Forças Armadas. Assim, Carlin

et al. (2014) argumentam que o governante pode controlar de maneira mais intensa a forma como as situações que envolvem segurança nacional serão narradas. Isso possibilita que, em casos de governo unificado (maior clareza de responsabilidade), o presidente utilize a influência econômica, política e midiática para controlar a narrativa e se proteger dos ataques. O presidente, portanto, evita a culpa por meio do controle de narrativa. Em direção contrária, os governos divididos (menor clareza de responsabilidade) têm de enfrentar a oposição que identifica o Executivo como responsável por situações onde a segurança nacional está ameaçada. A segurança nacional foi medida pelo número de indivíduos mortos em ataques terroristas ou crimes políticos na América Latina do Global Terrorism Database.

Os resultados de Carlin et al. (2014) permitiram a confirmação das hipóteses. Identificaram que a baixa clareza de responsabilidade, associada a governos divididos, aumentou a probabilidade de punir os presidentes. E situações de maior clareza de responsabilidade, associada a governos unificados, apresentaram maior probabilidade de recompensa aos governantes.

Schwindt-Bayer e Tavits (2016) também buscaram identificar o impacto da clareza de responsabilidade em outros fatores além do econômico. A variável que operacionalizou o conceito foi coalizão. As autoras investigaram por que alguns governos são mais corruptos do que outros. Dentre os resultados, seus achados mostram que elites políticas têm maior probabilidade de combater a corrupção quando a clareza de responsabilidade é alta. Além disso, identificaram que maiores níveis de corrupção são encontrados em governos de coalizão. Concluem que quanto maior a clareza de responsabilidade, menor é a percepção da corrupção.

É importante salientar que dentre os estudos apresentados, somente os trabalhos de Ratto (2011) e Schwindt-Bayer e Tavits (2016) fazem uso de dados individuais, além de dados agregados, para analisar o impacto político-institucional sobre o comportamento eleitoral. O uso exclusivo de dados agregados pode apresentar problemas de falácia ecológica, uma vez que busca captar por medida agregada um efeito que ocorre no nível individual. As análises presentes neste capítulo procuram levar isso em consideração, utilizando dois níveis de análise.

Essa seção buscou apresentar o que foi produzido em termos de pesquisa sobre clareza de responsabilidade na América Latina. Principalmente, ressaltou-se como o conceito teórico foi operacionalizado nos estudos. Conforme demonstrado, é possível afirmar que a maneira de mensuração ainda não é uma questão fechada para

essa agenda de estudos. Também foi possível identificar que raramente se utiliza somente uma variável para medir a transparência política-institucional. Vários aspectos e níveis de análise são mobilizados para testar o impacto interveniente da clareza de responsabilidade. Vimos, também, que o efeito de todas as variáveis que medem a clareza de responsabilidade não é recorrente. Todos esses tópicos em aberto apontam para a necessidade de aprofundamento dessa agenda de estudos, ainda em desenvolvimento.

O quadro abaixo sistematiza as maneiras de mensuração, nível de análise e período estudado sobre a relação entre clareza de responsabilidade e voto econômico na América Latina até o momento.

Quadro 3 – Mensurações de clareza de responsabilidade dos estudos

AUTOR(A)	NÍVEL DE ANÁLISE	PERÍODO	VARIÁVEIS INDEPENDENTS
Samuels (2004)	Agregado	1958-2000	Eleições concorrentes, localismo, coalizão, reeleição
Camargos (2006)	Agregado	1980-2000	Governo majoritário, força do partido na coalizão
Hellwig e Samuels (2007)	Agregado	1975-2007	Governo unificado
Ratto (2011)	Agregado e individual	1996-2004	Governo unificado, bicameralismo monocolor, governo majoritário, Nep, reeleição
Corrêa (2012)	Agregado	1990-1910	Coalizão, governo majoritário
Carlin et al. (2014)	Agregado	transição democrática – 2007	Indicador de estrutura institucional e partidária de Heinsz (2010)
Schwindt-Bayer e Tavits (2016)	Agregado e individual	1960-2002	Coalizão

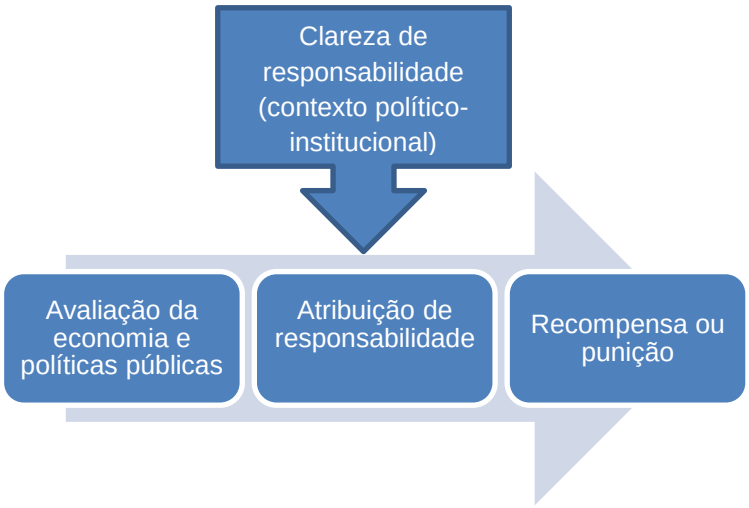
Fonte: A autora, 2018.

De posse dessa discussão que abordou o conceito e mensuração da clareza de responsabilidade, a próxima seção apresenta o argumento deste capítulo e as escolhas metodológicas que buscarão suprir as lacunas identificadas na literatura.

3.3 **Argumento**

Uma das condições presentes no mecanismo do “voto econômico” é a atribuição de responsabilidade. Sem ela, é impossível que os eleitores punam ou recompensem o mandatário por seu desempenho sobre a economia e demais políticas públicas. A seção acima apontou que há algo que pode favorecer a atribuição de responsabilidade. Trata-se da clareza de responsabilidade. Ou seja, o cenário político-institucional pode apresentar maiores ou menores barreiras para a identificação do responsável pela elaboração e implementação de políticas. Tais cenários são variáveis de um período para outro e de um país para outro. E exercem um papel interveniente sobre o mecanismo do “voto econômico”, como ilustrado abaixo.

Figura 1 – Clareza de responsabilidade: efeito interveniente sobre o voto econômico



Fonte: A autora, 2017.

Orientado por essa discussão, o objetivo deste capítulo é identificar como o cenário político-institucional impacta o comportamento eleitoral. O argumento do capítulo parte da noção de que determinados cenários político-institucionais auxiliam na atribuição de responsabilidade política mais do que outros. Sabendo que tal argumento é presente e recorrente na literatura, por que o argumento testado neste capítulo é diferente do que já foi apresentado na área até o momento? A seguir aponto as lacunas que esta pesquisa quer preencher e quais as razões me levaram a considerar necessário o desenvolvimento de mais estudos sobre o tema.

O conceito de clareza de responsabilidade foi bastante pesquisado em estudos que envolviam a Europa Ocidental, ou seja, em sua maior parte, tratou de sistemas

parlamentaristas. Quando se trata de sistemas presidencialistas, a maior parte dos estudos focou-se nos Estados Unidos, dotado de sistema bipartidário.

Portanto, o tema requer maior investigação, inclusive porque os custos cognitivos e de consumo de informação aumentam quando mais atores dividem a responsabilidade política (POWELL e WHITTEN, 1993; SAMUELS, 2004). Isso se aprofunda mais ainda em alguns casos da América Latina, que chegam a envolver até nove partidos em uma mesma coalizão de governo (caso ocorrido no Brasil, por exemplo). Assim, a heterogeneidade da clareza de responsabilidade é maior em países presidencialistas, sejam eles governos de coalizão ou não. A separação de poderes, por si só, já aumenta o número de atores que dividem a responsabilidade política.

A extensão desses estudos a nações presidencialistas é relevante para que a área de pesquisa possa ter achados mais consistentes e adequados a diversos cenários, que envolvem distintos sistemas de governo, desenhos institucionais e contextos políticos.

A forma de mensuração de clareza de responsabilidade é outro aspecto para o qual esta pesquisa deseja contribuir. As variáveis que dizem respeito ao contexto político-institucional analisadas neste estudo tratam mais de características do cenário político de formação de governo e composição parlamentar, do que de traços institucionais estáticos de cada nação. Essa opção se pauta na crítica realizada por Anderson (2000), para quem as variáveis comumente usadas para identificar o impacto da clareza de responsabilidade sobre o comportamento eleitoral deixam de lado um fator relevante: a mudança de contexto político que ocorre em cada país e varia com o passar dos anos em função dos ciclos eleitorais, bem como dos arranjos feitos entre as forças políticas no processo de tomada de decisão. A variação do contexto também pode oferecer maior ou menor transparência para um ambiente político e isso merece ser investigado.

Outra contribuição desta pesquisa é fornecer resultados baseados em dados individuais. Conforme mencionado, a inferência de comportamento individual por meio de dados agregados pode ser problemática por conta do risco de falácia ecológica. Isto é, interpretar afirmações válidas ao nível agregado como também válidas no nível desagregado. Com o uso de dados individuais, aliados aos dados agregados, é possível encontrar resultados mais precisos de como se dá a interação entre contexto e indivíduo.

Entre os poucos trabalhos que fazem uso de dados individuas, está a pesquisa de Ratto (2011). Mas a autora produziu resultados para o período que vai até o ano de 2004. Nesse sentido, as análises a seguir buscam contribuir para a atualização dessas investigações.

A atualização dessas análises é relevante também para dar uma resposta à literatura internacional que identifica prováveis desafios para a ocorrência da *accountability* na América Latina. Essas dificuldades seriam decorrentes da fragilidade institucional em consequência do recente passado autoritário e instituições políticas ainda jovens (ROBERT e WIBBELS, 1999; LEWIS-BECK e STEGMAIER, 2008). Esses fatores, entretanto, fazem parte de uma realidade mais distante, associadas à redemocratização de diversos países latino-americanos. Isso, contudo, data de cerca de 30 anos atrás e, portanto, há demanda por pesquisas mais recentes que investiguem se essa preocupação da literatura internacional ainda é procedente.

Buscando suprir essas carências apontadas acima, argumento que há cenários político-institucionais que permitem maior clareza de quem é o principal responsável pela execução e implementação de políticas e oferecem mais condições de vínculo entre avaliação retrospectiva e apoio ao presidente. Esses cenários variam ao longo do tempo e entre países.

Levando em conta a relação interativa entre a avaliação da economia, clareza de responsabilidade e apoio ao governante, espera-se que essa relação se dê de forma que em cenários de maior clareza de responsabilidade haja maior probabilidade de vínculo entre *economia* e *avaliação do trabalho presidente*. Isto é, que a variável referente à economia tenha maior probabilidade de produzir efeito sobre a variável dependente quando houver maior clareza de responsabilidade.

Do contrário, em cenários de menor clareza de responsabilidade, é possível esperar menor consistência entre a avaliação da economia e avaliação do trabalho do presidente. Espero, ainda, verificar comportamento semelhante ao da variável econômica para as demais variáveis independentes inseridas no modelo (avaliação da atuação do governo no combate à pobreza e avaliação da atuação do governo na melhora da segurança dos cidadãos).

A seguir apresento as hipóteses a serem testadas com base nesse argumento.

3.4 **Hipóteses de trabalho**

As hipóteses de trabalho deste capítulo buscarão contribuir para a literatura de comportamento eleitoral em países presidencialistas com o teste de variáveis de dois níveis distintos de análises, para o período entre 2004 e 2012 em onze países latino-americanos. Em decorrência dos argumentos expostos, foi possível elaborar o seguinte conjunto de hipóteses:

Conjunto de Hipóteses H2: cenários de maior clareza de responsabilidade aumentam a probabilidade de efeito da avaliação da economia e da atuação do governo em políticas públicas sobre a avaliação do trabalho do presidente.

Espera-se que haja uma correlação significativa entre a interação da variável sobre clareza de responsabilidade e avaliação da economia, bem como das avaliações do governo sobre políticas públicas. Esse conjunto de hipóteses também busca medir a percepção de que fatores, se econômicos ou sociais, tendem a ser mais impactados pelos diferentes contextos políticos. Para a verificação dessa hipótese será necessário inserir termos de interação nos modelos de regressão, multiplicando uma variável por outra, como será explicado a seguir.

Dessa forma, o conjunto de hipóteses 2 se divide em três hipóteses específicas:

H2 a. Cenários de maior clareza de responsabilidade devem aumentar a probabilidade de vínculo entre avaliação da economia e avaliação do trabalho do presidente. Já nos cenários de menor clareza de responsabilidade não se espera coerência: aumentará a probabilidade de uma avaliação errônea da economia, que pode ser positiva ou negativa.

H2 b. Contextos de maior clareza de responsabilidade devem aumentar as chances de vínculo entre avaliação da atuação do governo no combate à pobreza e avaliação do trabalho do presidente. Em casos de menor clareza de responsabilidade o impacto deve ser negativo, de maneira que haja menor consistência entre avaliação da atuação do governo na política pública com a avaliação do trabalho do presidente.

H3 c. Contextos de maior clareza de responsabilidade devem aumentar a probabilidade de efeito da avaliação da atuação do governo na melhora da segurança dos cidadãos na avaliação do trabalho do presidente. Já nos casos de menor clareza de responsabilidade espera-se menor probabilidade de coerência entre avaliação da atuação do governo na melhora da segurança dos cidadãos e avaliação do trabalho do presidente.

3.5 **Estratégia Empírica**

Os dados utilizados para testar as hipóteses de trabalho são referentes ao período entre 2004 e 2012. Os casos analisados são Argentina (2008), Bolívia (2004, 2006, 2008), Brasil (2006, 2008, 2010 e 2012), Chile (2008), Colômbia (2004, 2006, 2010 e 2012), Costa Rica (2004, 2008, 2010 e 2012), Equador (2006, 2008, 2010 e 2012), México (2004, 2006, 2010 e 2012), Paraguai (2006, 2008, 2010 e 2012), Peru (2006, 2008, 2010 e 2012) e Uruguai (2006, 2008, 2010, 2012).

As análises deste capítulo são provenientes de dados de dois bancos distintos: de nível macro, mensurando as variáveis político-institucionais, e de nível micro, onde se mensura o comportamento individual. Por essa razão o banco de dados formado para as investigações referentes a esse capítulo, além de obedecer aos critérios de seleção de casos já expostos no capítulo 2 sobre os dados individuais, também teve que se integrar aos dados de nível macro. Assim, alguns países e anos tiveram que ser excluídos da análise a fim de adequar um banco (micro) ao outro (macro). Os casos excluídos do banco de dados individuais também foram excluídos do banco de dados agregados. E aqueles casos ausentes do banco de dados agregados – cuja fonte de coleta dos dados não contemplou casos analisados no capítulo 2 – também foram retirados do banco de dados micro, para perfeita integração das duas bases de dados. Portanto, El Salvador, Guatemala, Honduras, Nicarágua, Panamá e Venezuela não fazem parte das análises e resultados que serão apresentados a seguir. O banco de dados macro possui 39 casos (com unidade de análise país/ano). E o banco de dados individuais têm 66.073 casos.

3.5.1 Variáveis

3.5.1.1 Variável dependente

A variável dependente utilizada nesse capítulo será a mesma do capítulo anterior: uma *proxy* do voto, “avaliação do trabalho do presidente”. Variável ordinal, proveniente do banco de dados do Barômetro das Américas, com possibilidades de resposta “muito ruim”, “ruim”, “razoável”, “bom” e “muito bom”.

3.5.1.2 Variáveis independentes

Uma vez que o principal objetivo do capítulo é verificar a interação entre estrutura e comportamento individual, foram selecionadas variáveis de nível macro e micro para testar as hipóteses. As variáveis de nível micro tratam do comportamento individual e as de nível macro dizem respeito à estrutura político-institucional.

As variáveis de nível micro são as mesmas utilizadas no modelo que mais se ajustou aos dados apresentado no capítulo 2, onde sugiro a inserção de novas variáveis para o estudo do voto retrospectivo na América Latina. São elas: avaliação retrospectiva sociotrópica da economia; avaliação da atuação do governo no combate à pobreza; avaliação da atuação do governo na melhora da segurança dos cidadãos; e as variáveis de controle, ideologia; sexo e escolaridade. Todas elas retiradas da base de dados do Barômetro das Américas.

As variáveis político-institucionais que permitirão que se operacionalize o conjunto de hipóteses 2 são: número de partidos no interior de uma coalizão; número de coalizões no ano; percentual de cadeiras pertencentes ao partido do presidente na Câmara dos Deputados; tipo de gabinete (1, se unitário ou 2, se multipartidário); e a variável binária “reeleição” (1, se a constituição do país permite reeleição ou 0, se a constituição não permite).

Todas essas variáveis estão relacionadas à clareza de responsabilidade, uma vez que identificam o número de atores políticos envolvidos na produção e

implementação de políticas públicas, e oferecem pistas para a autonomia que o partido do presidente tem sobre tais políticas. De acordo com a literatura, um baixo número de partidos em uma coalizão ou um governo unipartidário, a estabilidade da coalizão – identificada por apenas uma ao ano, um alto percentual de cadeiras pertencentes ao partido do presidente na Câmara dos Deputados e a possiblidade de reeleição devem aumentar a transparência de um governo, levando a um cenário de maior clareza de responsabilidade. Do contrário, quando mais atores políticos estiverem envolvidos na produção e implementação de políticas, a transparência deve diminuir, levando a um cenário de menor clareza de responsabilidade (POWELL e WHITTEN, 1993; HELLWIG e SAMUELS, 2007). Vale a pena reproduzir a passagem de Hellwig e Samuels (2007), onde os autores explicitam como se dá essa relação entre variáveis do contexto político e a decisão do eleitor:

> A decisão do eleitor é facilitada, por exemplo, quando um único partido controla o Executivo e/ou braço do governo no Legislativo. Por outro lado, a tomada de decisão nas urnas é consideravelmente mais difícil quando múltiplos partidos dividem o controle dos poderes Executivo e Legislativo, assim como no caso de coalizões ou governos minoritários (HELLWIG e SAMUELS, 2007, p.27, tradução nossa).

Desse modo, as variáveis político-institucionais buscam operacionalizar o que poderia facilitar ou dificultar as decisões do eleitorado, conforme formulado por Hellwig e Samuels (2007).

Os dados macro foram coletados de duas formas, ambas com foco no ano do *survey.* No caso dos questionários aplicados até o mês de junho, foram usados dados político-institucionais do ano anterior ao ano do *survey*. Já para aqueles questionários aplicados do mês de julho para frente, foram utilizados dados daquele mesmo ano. Isso com o intuito de que o período do dado macro contemplasse o máximo possível a avaliação retrospectiva (de 12 meses).

A variável reeleição tem como fonte a base de dados da Organização Não Governamental inglesa Open Democracy, que traz uma plataforma midiática mundial com dados sobre fatores sociais e políticos que dizem respeito à democracia. As

---

[27] Trecho original: “The voter’s decision is made easier, for example, when a single party controls the executive and/or legislative branches of government. Conversely, decision making at the polls is considerably more difficult when multiple parties share control of executive and legislative powers, as is the case of coalition or minority government”.

demais variáveis de nível macro foram obtidas por meio do banco de dados referentes ao Projeto de Pesquisa de Figueiredo: "Poderes de agenda, coalizões políticas e organização do executivo: funcionamento e desempenho dos governos”[28].

Todas as variáveis são sistematizadas no quadro abaixo.

[28] Os dados dessas variáveis foram retirados de banco de dados do Projeto de Pesquisa "Poderes de agenda, coalizões políticas e organização do executivo: funcionamento e desempenho dos governos," coordenado por Argelina Cheibub Figueiredo, desenvolvido no IESP-UERJ, com apoio da FAPERJ (Cientista do Nosso Estado) e CNPq (Bolsa de Produtividade A1).

Quadro 4 – Variáveis Independentes

	VARIÁVEIS	MENSURAÇÃO	FONTES
Político-institucionais - nível macro	Número de partidos na coalizão	Numérica contínua	Projeto de Pesquisa – Figueiredo
	Número de coalizões no ano	Numérica contínua	Projeto de Pesquisa – Figueiredo
	% cadeiras - partido do presidente na Câmara	Numérica continua	Projeto de Pesquisa – Figueiredo
	Tipo de gabinete	Categórica: unipartidário/multipartidário	Projeto de Pesquisa – Figueiredo
	Reeleição	Categórica: permitida/não permitida	Open Democracy
Avaliação Retrospectiva - nível micro	Avaliação retrospectiva sociotrópica da economia	Categórica: pior/melhor/igual	Barômetro das Américas
	Avaliação - combate à pobreza	Escala de 7 pontos	Barômetro das Américas
	Avaliação – melhora da segurança dos cidadãos	Escala de 7 pontos	Barômetro das Américas
Controle - nível micro	Ideologia	Escala de 1 a 10	Barômetro das Américas
	Sexo	Homem/mulher	Barômetro das Américas
	Escolaridade	Anos de escolaridade	Barômetro das Américas

Fonte: A autora, 2017.

Parte do desafio da análise que se desenvolve neste capítulo está em trabalhar com variáveis de diferentes níveis, bem como em realizar análises que envolvem muitas variáveis explicativas. A estratégia empírica pensada para lidar com isso foi agrupar as variáveis macro por meio de análise de *cluster* e inserir os *clusters* no banco de dados individuais[29]. Esse procedimento será explicado na seção abaixo.

[29] Agradeço ao Grupo de Apoio Estatístico da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (GAE - UNIRIO) e, especialmente ao pesquisador Steven Dutt-Ross, pela sugestão e orientação na condução desse procedimento.

3.5.2 Agrupando as variáveis macro: análise de *cluster* e método *Gower Distance*

Uma análise de *cluster* tem como objetivo identificar grupos representativos de determinadas características em um conjunto de dados, chamados de *clusters* ou agrupamentos. Cada *cluster* representa uma parte de objetos que foram agrupados de uma forma tal que cada objeto é associado a apenas um *cluster.* Uma análise de *cluster* bem sucedida é aquela onde os objetos tendem a ser similares dentro de um mesmo agrupamento, e dissimilares dos objetos de outro(s) agrupamento(s) (VAN DEN HOVEN, 2015).

Esse tipo de análise foi escolhido por ser uma estratégia válida para o agrupamento de casos similares entre si com base nas características marcadas pelas variáveis de interesse para o estudo. A intenção foi agrupar casos do banco de dados macro (variáveis de contexto político-institucional) formando *clusters* que contemplavam distintos casos de países/ano e tinham características similares entre si. E, depois disso, inserir os *clusters* na base de dados de nível micro, de modo que a cada unidade de análise do banco de dados micro (indivíduos) foi atribuído um valor referente ao *cluster* ao qual esse indivíduo está inserido de acordo seu país/ano.

Para desenvolver uma análise de *cluster* é necessário definir a dissimilaridade das observações, a fim de que as mesmas possam ser agrupadas por meio da distância média entre os *clusters*. Para isso é preciso levar em conta a natureza das variáveis usadas. No caso das variáveis aqui utilizadas, a base de dados macro foi composta por variáveis categóricas e variáveis contínuas. Um método bastante utilizado para calcular a distância média dos clusters é a *distância euclidiana*. Contudo, ela não é adequada para o propósito deste capítulo porque é um método exclusivo para cálculo de distâncias entre variáveis contínuas. Para resolver esse problema, foi selecionado o método da distância *Gower*, que possibilita agrupar variáveis mistas.

No caso de variáveis numéricas contínuas os pontos médios ou *centroids* são utilizados para particionar as variáveis, permitindo que sejam encontrados pontos médios entre os conjuntos de variáveis. Já para as variáveis mistas, esses pontos equivalentes são chamados de *medoids*. A distância Gower é utilizada para particionar os *medoids* dos *clusters* e encontrar o ponto médio de distância entre eles (MARTIN, 2016).

Conforme sinalizam Struyf et al. (1997), os *medoids* são calculados de forma que a dissimilaridade total de todos os objetos ao seu *medoid* mais próximo é mínima. Usar a distância *Gower* implica, basicamente, na noção de que para cada tipo de variável, uma distância métrica que se aplica bem àquele tipo de variável é utilizada e escalada para cair entre 0 e 1. Feito isso, é realizada uma combinação linear com pesos (usualmente a média), calculada para criar a matriz de distância final. A métrica utilizada para as variáveis quantitativas é a distância *Manhattan* com intervalo normalizado*.* Já para os casos de variáveis nominais, variáveis de *k* categorias são convertidas em *k* colunas binárias e utiliza-se o *Dice Coefficient* para proceder a análise de agrupamentos[30].

Para selecionar o número de *clusters,* sabe-se que muitos são os métodos que permitem essa definição. A opção para esse capítulo foi o método “largura da silhueta” (*silhouette width)*. Trata-se de uma métrica de validação interna e traz a medida agregada de quão similar uma observação é para o seu próprio cluster, em comparação ao cluster vizinho mais próximo. O valor da métrica pode variar de -1 a 1, sendo que quanto mais elevado, melhor, porque quer dizer que há mais similaridade entre os objetos dos *clusters* e dissimilaridade entre os *clusters* vizinhos (MARTIN, 2016).

A seção seguinte apresenta as análises das estatísticas descritivas das variáveis que compuseram a análise de *cluster* e também das variáveis de nível individual. Posteriormente, serão demonstrados os resultados da análise de *cluster*.

[30] Esse método também se aplica às variáveis ordinais. Essas são primeiramente ranqueadas e, então, a distância *Manhattan* é aplicada depois de realizado ajuste especial para os laços. Contudo, esse recurso não será necessário para a análise deste capítulo, porque não há variável de interesse de natureza ordinal.

3.6 **Análise das estatísticas descritivas**

Inicialmente apresento as variáveis de nível agregado, depois serão analisadas as variáveis de nível individual. A tabela 12 expõe os resultados das variáveis numéricas. Quando se trata de número de partidos na coalizão, é possível identificar uma tendência para baixo número de partidos em uma coalizão, como indicam a média e a mediana, próximo de dois. Entretanto, o número máximo existente na base de dados se distancia consideravelmente desse valor, envolvendo até nove partidos em uma mesma coalizão de governo. Nesse sentido a análise de *cluster* auxiliará a definir empiricamente se os casos que envolvem menor número de partidos na coalizão aproximam-se mais dos casos de gabinetes unipartidários ou se tendem a ter características mais próximas de governos que incluem maior número de partidos em sua coalizão.

Com relação ao número de coalizões em um mesmo ano, há uma tendência de uma coalizão por ano, apontadas pela média e pela mediana, que indica que metade da amostra tem até uma coalizão ao ano. Mas existem, também, casos que envolveram até três coalizões no ano.

No que se refere ao percentual de cadeiras do partido do presidente na Câmara dos Deputados, a mediana mostra que metade da amostra possui governos minoritários, possuindo até 30% dos assentos. A outra metade da amostra possui mais de 30%. Há pelo menos um caso onde o partido do presidente não conquistou nenhuma cadeira para deputado. O maior percentual de cadeiras ocupadas pelo partido do presidente representa um governo majoritário, com 56% das cadeiras.

Tabela 12 – Variáveis Independentes

Contexto político-institucional - Variáveis numéricas					
	Mínimo	Máximo	Média	Mediana	Desvio Padrão
Número de Partidos na Coalizão	1	9	2,5	2	2.1
Número de Coalizões no ano	1	3	1,2	1	0.5
% de Cadeiras - Partidos do Presidente	0	56	28.2	30	17.4

Nota: N = 39.
Fonte: Figueiredo, 2012.

A tabela 13 demonstra que a maior parte dos casos em análise (61,6%) possui gabinetes compostos por mais de um partido, além do partido do presidente. Um número considerável, contudo, conta com gabinetes compostos somente pelo partido do presidente, 15 casos, representando 38,4% da amostra.

Tabela 13 – Variáveis Independentes

Tipo do Gabinete	
Unipartidário	Multipartidário
15 (38,4%)	24 (61,6%)

Nota: N = 39.
Fonte: Figueiredo, 2012.

Finalizando as variáveis de nível macro, a tabela 14 traz a informação de que a reeleição não é permitida pela constituição na maior parte dos casos analisados (56,4%). Apesar disso, também é alto o número de contextos onde é permitida a reeleição (43,6%).

Tabela 14 – Variáveis Independentes

Reeleição	
Permitida	Não permitida
17 (43,6%)	22 (56,4%)

Nota: N = 39.
Fonte: Figueiredo, 2012.

No que se refere às variáveis de nível micro, as tabelas a seguir apresentam as variáveis independentes, as de controle e a variável dependente. Como mostra a tabela abaixo, a maior parte dos entrevistados considera que a economia continuou igual nos últimos doze meses (45%). Estão em minoria aqueles que acham que a economia melhorou, mas ainda é um percentual significativo, somando 21,5% da amostra.

Tabela 15 – Variável Independente

Avaliação Retrospectiva Sociotrópica da Economia		
Pior	Igual	Melhor
20357 (33%)	27979 (45,4%)	13285 (21,5%)

Nota: N = 61621.
Fonte: A autora (a partir dos dados do Barômetro das Américas) 2004-2014 (LAPOP).

Para as variáveis de avaliação da atuação do governo em políticas públicas, percebe-se uma tendência de concentração de respostas no ponto médio, percebidas pelos valores da média e da mediana. O desvio padrão (DP) das duas variáveis demonstra que elas tendem a oscilar entre os pontos médios da escala, longe dos extremos 1, que representa a avaliação de que o governo não atuou nada sobre a política pública e 7, que significa avaliação de que o governo atuou muito sobre o assunto em questão.

Tabela 16 – Variáveis Independentes

Avaliação Políticas Públicas						
	Mínimo	Máximo	Média	Mediana	DP	NA's
Avaliação - Combate à pobreza	1	7	3.78	4	1.83	1220
Avaliação – Melhora da segurança dos cidadãos	1	7	3.65	4	1.81	10419

Nota: N = 66073.
Fonte: A autora (a partir dos dados do Barômetro das Américas) 2004-2014 (LAPOP).

A variável ideologia indica o autoposicionamento no espectro ideológico. A escala varia de 1 a 10, sendo que 1 indica esquerda e 10 significa direita. A média aproximada entre os valores 5 e 6 e a mediana 5 apontam para uma distribuição normal, onde a maior parte da amostra se autoposicionou no centro do espectro ideológico. O valor do desvio padrão também indica que pouco se tendeu aos extremos seja à esquerda ou à direita.

Tabela 17 – Variável de Controle

Ideologia					
Mínimo	Máximo	Média	Mediana	Desvio Padrão	NA's
1	10	5.6	5	2.38	15099

Nota: N = 66073.
Fonte: A autora (a partir dos dados do Barômetro das Américas) 2004-2014 (LAPOP).

A tabela abaixo mostra a distribuição da amostra de acordo com o sexo. Há uma pequena diferença entre o número de homens e mulheres, de forma que a amostra é composta majoritariamente por mulheres (51.1%).

Tabela 18 – Variável de Controle

Sexo	
Mulheres	Homens
33788 (51.1%)	32285 (48.9%)

Nota: N = 66073.
Fonte: A autora (a partir dos dados do Barômetro das Américas) 2004-2014 (LAPOP).

A terceira variável de controle trata dos anos de escolaridade. De acordo com a mediana, metade da amostra tem até 12 anos de escolaridade, o que para os padrões de escolaridade formal brasileiro significa próximo de completar o ensino médio. O valor da média indica que, em geral, a amostra se concentra próxima desse valor.

Tabela 19 – Variável de Controle

Educação			
Mínimo	Máximo	Média	Mediana
2	18+	12.2	12

Nota: N = 66073.
Fonte: A autora (a partir dos dados do Barômetro das Américas) 2004-2014 (LAPOP).

Por fim, a variável dependente se distribui de acordo com o demonstrado pela tabela 20. Um pequeno percentual avalia o trabalho do presidente como muito ruim. A maioria faz uma avaliação regular (43.4%). Ainda assim, as categorias bom e muito bom também somam um percentual alto, totalizando 41.1%.

Tabela 20 – Variável Dependente

Avaliação do trabalho do presidente				
Muito ruim	Ruim	Regular	Bom	Muito bom
3086 (4.7%)	6838 (10.6%)	28013 (43.4%)	21817 (33.8%)	4740 (7.3%)

Nota: N = 64498.
Fonte: A autora (a partir dos dados do Barômetro das Américas) 2004-2014 (LAPOP).

Uma vez apresentadas as estatísticas descritivas que demonstram como cada uma das variáveis analisadas se distribuem, apresento a seguir os achados deste capítulo.

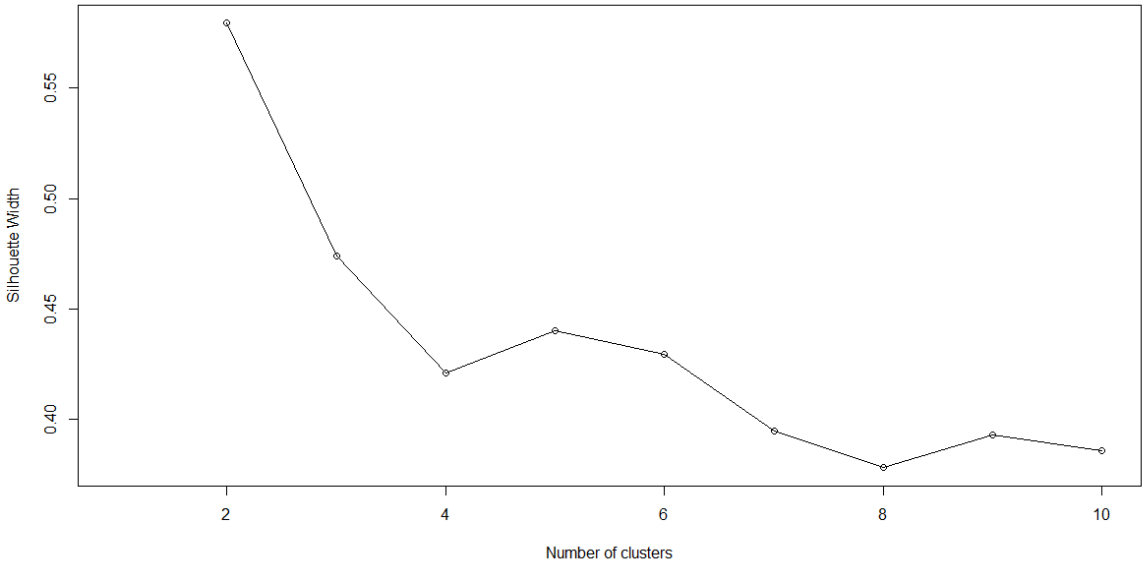
3.7 **Resultados**

A apresentação dos resultados consiste em duas partes distintas: a primeira delas diz respeito aos achados da análise de *cluster*. A segunda se refere à análise de interação das variáveis político-institucionais (resultados das análises de *cluster*) com o modelo de avaliação retrospectiva em regressão logística ordenada.

3.7.1 Análise de Cluster

O primeiro passo da análise foi identificar o número de agrupamentos que a base de dados macro permitiria formar. Para isso, o método da largura silhueta foi utilizado. A métrica consiste em verificar a similaridade das observações de um *cluster* em comparação com outro(s). O gráfico abaixo demonstra que a análise gerou dois agrupamentos, identificados pelo ponto mais alto no valor 2. O ponto mais alto é considerado o melhor, pois significa que há maior similaridade entre os objetos dos agrupamentos e mais dissimilaridade entre os agrupamentos vizinhos (MARTIN, 2016).

Gráfico 4 – Largura da Silhueta



Fonte: A autora, 2017.

Com o número de *clusters* definidos o passo seguinte foi a análise de definição dos agrupamentos, que envolveu definir quais casos fazem parte de cada agrupamento, e como são particionadas as variáveis a fim de dividir os dois grupos. A análise encontra similaridades entre os casos por meio dos traços apresentados por cada uma das variáveis: número de partidos na coalizão, número de coalizões no ano, percentual de cadeiras do partido do presidente na Câmara dos deputados, tipo de gabinete (unipartidário ou multipartidário) e permissão ou não de reeleição. A tabela abaixo traz as características dos dois agrupamentos.

Tabela 21 – Características da formação de governo (*clusters* 1 e 2) – Clareza de responsabilidade

	Partidos na Coa	Coa no Ano	% de Cadeiras	Gab unipartidário		Reeleição	
Cluster 1							
Mínimo	2	1	0	Não: 23	Sim: 0	Não: 6	Sim: 17
1° qd	2	1	2.5				
Mediana	3	1	17.7				
Média	3.6	1.43	18.2				
3° qd	3.5	2	29				
Máximo	9	3	56				
Cluster 2							
Mínimo	1	1	29	Não: 1	Sim: 15	Não: 16	Sim: 0
1° qd	1	1	39.7				
Mediana	1	1	43				
Média	1.06	1.06	42.4				
3° qd	1	1	47.4				
Máximo	2	2	51.5				

Fonte: A autora, 2017.

O primeiro dos *clusters* envolveu casos com as características das variáveis apontadas na tabela abaixo, que traz os valores mínimo, primeiro quadrante, mediana, média, terceiro quadrante e máximo para as variáveis numéricas. E a divisão das categorias para as variáveis categóricas. O *cluster* 1 trata-se de agrupamento que envolve maior número de partidos na coalizão, em média três. Mas considera também o(s) caso(s) de até nove partidos em uma mesma coalizão. O agrupamento apresenta maior média de coalizões no ano, incluindo casos até três coalizões no mesmo ano. Esse *cluster* incorpora casos que tendem a menor percentual de cadeiras do partido do presidente: a mediana demonstra que metade dos casos conta com até 17,7% de

assentos na Câmara dos Deputados e os casos desse *cluster* têm em média, 18,2% dos assentos. Essas condições sinalizam maior tendência a governos minoritários, com o agrupamento abrangendo, também, caso(s) onde o partido do presidente não conquistou cadeira alguma na Câmara dos Deputados. Também são incluídos casos de gabinetes exclusivamente multipartidários e maior proporção de casos que permitem reeleição, de forma que, dentre os 23 casos, 17 deles têm a reeleição permitida pela constituição.

O segundo *cluster* gerado traz, como esperado, características distintas do primeiro. Os casos desse grupo envolvem cenários onde as coalizões contam com até dois partidos, e onde são formadas até duas coalizões em um mesmo ano. O percentual de cadeiras do partido do presidente na Câmara dos Deputados traz o valor da mediana consideravelmente mais alto do que no *cluster* 1, com 43% de assentos na Câmara dos Deputados, e não menos do que 29% do total de cadeiras. A média dessa variável também é mais do que o dobro da média de cadeiras dos casos do *cluster* 1. O *cluster* 2 também engloba a maioria dos casos de gabinetes unipartidários (apenas um deles é multipartidário) e todos os casos de impossibilidade de reeleição.

Os agrupamentos foram particionados de modo tal que permite identificar quais as características similares das variáveis foram contempladas para formar os dois conjuntos distintos de casos. Isso é definido com base nos *medoids*, isto é, os pontos onde são particionadas cada uma das variáveis. A tabela abaixo traz a informação de quais são esses pontos. A variável binária tipo de gabinete foi codificada com o valor 1 indicando gabinete unipartidário e o valor 2 indicando gabinete multipartidário. A variável reeleição tem o valor 1 atribuído aos casos que permitem reeleição e o valor 0 atribuído àqueles casos que não permitem.

Tabela 22 – Medoids

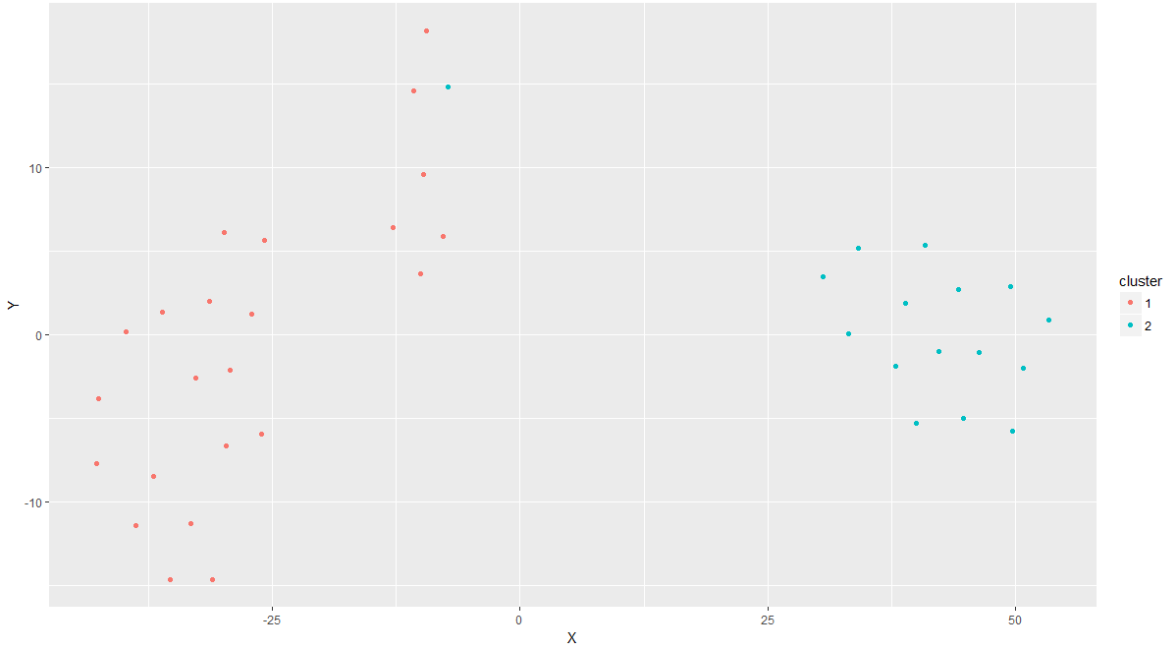
País/ano	N° - Partidos na Coalizão	N° -Coalizões no Ano	% Cadeiras - Partido do Presidente	Tipo de Gabinete	Reeleição
Colômbia (2010)	3	1	18	2	1
México (2006)	1	1	42	1	0

Fonte: A autora, 2017.

O gráfico abaixo apresenta a distribuição dos casos segundo o método t-SNE. Trata-se de uma técnica bastante utilizada na área de *machine learning* por sua capacidade de apresentar mapeamentos bidimensionais provenientes de dados com

até milhares de dimensões. Uma das características do t-SNE é o parâmetro sintonizável “perplexidade” (“*perplexity*”)**,** que permite o balanceamento entre o que é identificado como aspectos globais e locais dos dados. Segundo Van Der Maaten e Hinton (2008) a *performance* do SNE é bastante sensível a mudanças no parâmetro perplexidade e o indicado é que esse valor se mantenha entre o intervalo entre 5 e 50. O valor também não deve ultrapassar o número de casos. Para o caso da amostra aqui utilizada, composta por 39 casos, o parâmetro selecionado foi 12. A distribuição dos casos se deu conforme aponta o gráfico.

Gráfico 5 – Distribuição dos casos entre *cluster* 1 e 2



Fonte: A autora, 2017.

Ao olhar para as características dos dois agrupamentos formados, bem como para os pontos particionados da tabela 22, é possível identificar que o primeiro *cluster* acena para menor transparência institucional, com traços que envolvem mais partidos na coalizão, tendência a governos minoritários e gabinetes multipartidários. Todos esses aspectos, de acordo com a teoria, nublam a clareza responsabilidade política, dificultando a atribuição de responsabilidades por parte do eleitor.

O segundo agrupamento indica maior transparência institucional, com um ou até dois partidos na coalizão, menor número de coalizões no ano, governos que tendem a maior proporção de assentos conquistados pelo partido do presidente na Câmara dos Deputados e gabinetes unipartidários (exceto em um dos casos).

A única variável que se comporta de maneira distinta da indicada pela literatura trata da possibilidade ou não de reeleição. Embora a literatura afirme que cenários que possibilitam a reeleição do mandatário tendem a aumentar a *accountability*, os dados empíricos dessa análise indicaram a tendência de países onde a reeleição é permitida também possuírem outras características associadas a menor transparência político-institucional. Desse modo, faz sentido, por conta da amostra analisada, que tal condição tenha se encaixado no *cluster* que reúne traços de menor transparência.

Levando em consideração as particularidades de cada *cluster*, eles foram nomeados como *cluster* de menor clareza de responsabilidade (*cluster* 1) e *cluster* de maior clareza de responsabilidade (*cluster* 2). No quadro 4, abaixo, são apresentados quais os casos fazem parte de cada um dos agrupamentos. Relembro que a base de dados macro pode possuir mais de uma informação por país, porque os anos que tiveram seu contexto político-institucional mensurados acompanham os anos dos *surveys.* Assim, 23 cenários formam o *cluster* de menor clareza de responsabilidade. E 16 cenários formam o *cluster* de maior clareza de responsabilidade.

Quadro 4 – Distribuição dos casos nos *clusters*

Menor Clareza de Responsabilidade	**Maior Clareza de Responsabilidade**
Argentina (2008), Bolívia (2004, 2006, 2008), Brasil (2006, 2008, 2010, 2012), Chile (2008), Colômbia (2004, 2006, 2008, 2010, 2012), Equador (2004, 2006, 2008, 2010, 2012), Paraguai (2010, 2012) e Peru (2006, 2008, 2010).	Costa Rica (2004, 2006, 2008, 2010, 2012), México (2004, 2006, 2008, 2010, 2012), Paraguai (2006, 2008), Peru (2012) e Uruguai (2006, 2008, 2010, 2012).

Fonte: A autora, 2017.

A análise aqui apresentada pode ser considerada bem sucedida tanto por razões metodológicas, quanto por razões teóricas. Metodológicas porque, como ressaltou Van den Hoven (2015), é possível dizer que resultados que encontram grupos suficientemente similares entre si, e dissimilares entre grupos distintos podem ser consideradas bem-sucedidos. E, do ponto de vista teórico, é importante perceber como os aspectos levantados pela teoria permitem que grupos sejam empiricamente distinguidos e classificados de acordo com o que se espera teoricamente. Resta identificar, agora, como esses resultados interagem com o comportamento individual. Será esse o conteúdo da seção abaixo, que testará o seguinte modelo na regressão logit ordinal:

AVALIAÇÃO DO TRABALHO DO PRESIDENTE = AVALIAÇÃO DA ECONOMIA + AVALIAÇÃO DA ECONOMIA*CLAREZA (*cluster*) + AVALIAÇÃO DA ATUAÇÃO DO GOVERNO SOBRE POLÍTICAS PÚBLICAS + IDEOLOGIA + SEXO + ESCOLARIDADE.

Também serão realizadas análises de interação entre os *clusters* de clareza de responsabilidade e as variáveis referentes à avaliação da atuação do governo sobre políticas públicas.

3.7.2 Os Modelos de Interação: clareza de responsabilidade e comportamento individual

Com os *clusters* definidos, os dados macro puderam integrar o banco de dados individuais, de maneira que cada indivíduo foi associado ao *cluster* a que faz parte segundo o país/ano a que o indivíduo pertence. A variável referente aos *clusters* passará a ser chamada de variável “clareza”, e incluiu duas categorias: maior clareza de responsabilidade e menor clareza de responsabilidade.

Os modelos da tabela 24 trazem informações de como se dá a relação entre a avaliação econômica e da atuação do governo nas políticas de combate à pobreza e de segurança quando o contexto estrutural é levado em consideração. Para fazer essa verificação, é necessário que se teste a *interação* entre as variáveis de contexto e as variáveis independentes de interesse.

Como foi dito, de acordo com Whitten (2018), parte dos achados sobre o tema clareza de responsabilidade é equivocada porque os pesquisadores deixam de olhar para os fatores economia e clareza de responsabilidade de uma forma interativa. A interação, portanto, identifica a condicionalidade na relação entre duas variáveis. Ou seja, como a variável avaliação retrospectiva sociotrópica da economia se comporta quando é levada em conta a clareza, e qual o impacto desse termo de interação sobre a variável dependente. Em outras palavras, por meio da interação é possível identificar se a clareza de responsabilidade contribui para aumentar ou diminuir o impacto das variáveis de avaliação da economia sobre a avaliação do trabalho do presidente. O efeito da interação se dá conforme o exemplo abaixo:

Figura 2 – Efeito da interação

$$E(Y) = \beta_0 +_1 \mathrm{X}_1 + \beta_2 \mathrm{X}_2 + \underbrace{\beta_3 X_1 X_2}_{\text{Termo da interação}}$$

Os modelos apresentados a seguir levam isso em consideração ao multiplicar cada uma das variáveis independentes pela variável clareza nos diferentes modelos, cada qual trazendo um termo de interação: o modelo 6 traz as variáveis avaliação retrospectiva sociotrópica da economia, avaliação da atuação do governo no combate à pobreza, avaliação da atuação do governo na melhora na segurança dos cidadãos e um termo de interação entre avaliação retrospectiva sociotrópica da economia e a variável clareza, além das variáveis de controle. O modelo 7 traz as mesmas variáveis do modelo 6, mas o termo de interação do modelo 6 é substituído pela interação entre a variável avaliação da atuação do governo no combate à pobreza e a variável clareza. E o modelo 8 repete as mesmas variáveis dos dois modelos anteriores, substituindo apenas o termo de interação pela interação entre a variável avaliação da atuação do governo na melhora da segurança dos cidadãos e a variável clareza. Todos os modelos têm como variável dependente a avaliação do trabalho do presidente.

A variável clareza é dividida em duas categorias: *cluster* de menor clareza de responsabilidade e *cluster* de maior clareza de responsabilidade. A categoria de referência é *cluster* de maior clareza de responsabilidade. Dessa forma, espera-se uma correlação negativa e significativa entre os termos de interação e a variável dependente. Com isso, será possível verificar que a mudança de maior clareza de responsabilidade para menor clareza de responsabilidade – em interação com a avaliação da economia e as demais variáveis independentes – deve diminuir a probabilidade da ocorrência do impacto da avaliação da economia (ou das avaliações do governo em políticas públicas) sobre a avaliação do trabalho do presidente. Espera-se, ainda, que as demais variáveis independentes apresentem correlação positiva e estatisticamente significativa com a variável dependente.

A tabela 23 traz os coeficientes estimados do modelo e, entre parênteses, apresenta a razão de chances de cada um dos coeficientes.

Tabela 23 – Coeficientes Estimados dos modelos (interativos) logit ordinal

	modelo 6	modelo 7	modelo 8
Av Economia (igual)	0.648***(1.91)	0.619***(1.85)	0.62***(1.85)
Av Economia (melhor)	1.285***(3.61)	1.241***(3.45)	1.243***(3.46)
Combate à Pobreza	0.385***(1.46)	0.408***(1.5)	0.385***(1.46)
Segurança	0.288***(1.33)	0.288***(1.33)	0.306***(1.35)
clareza_menorCR	0.19***(1.20)	0.293***(1.34)	0.259***(1.29)
Economia(igual)*clareza_menorCR	-0.042 (0.95)		
Economia(melhor)*clareza_menorCR	-0.063 (0.93)		
C.à pobreza*clareza_menorCR		-0.03***(0.97)	
Segurança*cluster_menorCR			-0.027**(0.97)
Ideologia	0 (1)	0 (1)	0 (1)
Sex (homem)	-0.021(0.97)	-0.021 (0.97)	-0.021(0.97)
Educação	0.001 (1)	0.001 (1)	0.001 (1)
AIC	94943.57	94932.31	94936.94
N	41593	41593	41593

Nota: Variável dependente: Avaliação do trabalho do presidente (muito ruim, ruim, regular, bom, muito bom). *** <0,01; **< 0,05; *<0,1
Fonte: A autora, 2017.

As variáveis independentes referentes à avaliação econômica e avaliação da atuação do governo em políticas públicas seguem se comportando conforme o esperado (e o verificado no capítulo anterior). Da mesma maneira, também não havia expectativa de impacto estatisticamente significativo das variáveis de controle, como verificado nos modelos acima. Mas, nesse capítulo, são os resultados identificados pelos termos de interação que mais interessam.

Os achados indicam que a direção da correlação dos termos de interação ocorre no sentido esperado (negativo). Entretanto, o termo inserido no modelo 6, que testa a interação da clareza de responsabilidade com a variável clássica dos estudos de voto econômico não apresentou significância estatística. Isso indica que não há impacto diferente do aleatório na relação entre avaliação da economia e avaliação do trabalho do presidente a depender do cenário de maior ou menor clareza de responsabilidade. Com esse resultado, é possível rejeitar a hipótese H2 a, aceitando a independência entre essas variáveis.

O modelo 7 testa a interação entre a variável avaliação da atuação do governo no combate à pobreza e a clareza de responsabilidade (variável clareza) e seu impacto sobre a variável dependente. Essa interação apresenta significância estatística no sentido esperado.

A interpretação do termo de interação é resultado da soma do *coeficiente da variável independente em foco* com o *coeficiente do termo de interação*. Portanto, esse resultado gera valores para as duas variáveis multiplicadas: tanto para a variável avaliação da atuação do governo no combate à pobreza, quanto para a variável clareza. Tal resultado informa qual a mudança na resposta média de $X1$ quando $X2$ é mantida constante. E qual o resultado de $X2$ quando $X1$ é mantida constante, de acordo com o que mostrou a figura 1, acima. No entanto, o interesse desse trabalho é investigar como se comporta a variável avaliação da atuação do governo no combate à pobreza e seu impacto sobre a variável dependente, quando há presença da variável clareza. E não investigar como se comporta a variável clareza na presença de avaliação da atuação do governo no combate à pobreza. Por isso a apresentação dos resultados resume-se apenas ao comportamento da variável avaliação da atuação do governo no combate à pobreza, não incorporando no texto os valores para o resultado da interação da variável clareza. O mesmo procedimento será adotado para as demais variáveis analisadas.

Assim, a tabela abaixo demonstra que a probabilidade de avaliação positiva do trabalho do presidente com o acréscimo de uma unidade na variável avaliação da atuação do governo no combate à pobreza é menor quando há mudança de *cluster* de maior clareza de responsabilidade (categoria de referência) para *cluster* de menor clareza de responsabilidade. O coeficiente estimado cai de 0.408 em situação de maior clareza, para 0.378[31] em contexto de menor clareza. Em outras palavras, isso significa que a mudança do cenário de maior clareza de responsabilidade para o cenário de menor clareza diminui a probabilidade de vínculo entre a avaliação da atuação do governo no combate à pobreza e a variável dependente. Isso é verificado pela diminuição do coeficiente, que indica a diminuição do efeito da avaliação da atuação do governo no combate à pobreza na avaliação do trabalho do presidente em contextos de menor clareza de responsabilidade.

[31] O coeficiente da avaliação da atuação do governo no combate à pobreza em contexto de menor clareza de responsabilidade é resultado da soma do coeficiente dessa variável independente com o valor do termo de interação com a variável clareza. Assim: 0.408 + (-0.03) = 0.378. O mesmo cálculo foi realizado para a variável clareza, onde o coeficiente da variável foi somado ao coeficiente do termo de interação: 0.293 + (-0.03) = 0.263. Esse resultado, entretanto, não aponta algo substantivo do ponto de vista analítico e por isso não foi reportado acima.

Tabela 24 – Impacto da avaliação da atuação do governo no combate à pobreza em interação com *cluster* de clareza de responsabilidade

Av C. Pobreza*Clareza de Responsabilidade		
	Maior	Menor
Variável clareza	0	0.293
Variável avaliação do governo no combate à pobreza	0.408	0.408 + (-0.03) = 0.378

Fonte: A autora, 2017.

Esse resultado permite a confirmação da hipótese H 2b, de que um contexto político-institucional de maior transparência permitiria ao eleitor um cenário mais propício para atribuição de responsabilidades, de modo que o mesmo identifique quem é o responsável pelo combate à pobreza e apoie ou deixe de apoiar o mandatário de acordo com isso.

O modelo 8 aponta para correlação negativa e significância estatística do termo de interação. A tabela abaixo traz os valores dos coeficientes resultados da interação, com foco sobre o comportamento da variável avaliação da atuação do governo na melhora da segurança dos cidadãos.

Tabela 25 – Impacto da avaliação da atuação do governo na melhora da segurança dos cidadãos em interação com *cluster* de clareza de responsabilidade

Av Segurança*Clareza de Responsabilidade		
	Maior	Menor
Variável clareza	0	0.259
Variável av da atuação do governo na melhora da segurança	0.306	0.286

Fonte: A autora, 2017.

No mesmo sentido do modelo 7, vê-se que a probabilidade da avaliação positiva do trabalho do presidente (variável dependente), com o acréscimo de uma unidade na variável avaliação da atuação do governo na melhora da segurança dos cidadãos (variável independente) é menor quando há mudança na categoria de maior clareza de responsabilidade para menor clareza de responsabilidade da variável clareza. Assim, o efeito da avaliação da atuação do governo na melhora da segurança dos cidadãos sobre a variável dependente cai de 0.308 (em situações de maior clareza) para 0.239 (quando em contextos de menor clareza)[32]. Com isso, confirma-

[32] O cálculo que deu origem a esse coeficiente é resultado da soma do coeficiente da variável independente avaliação da atuação do governo na melhora da segurança dos cidadãos com o

se, também, a hipótese H 2c, a qual afirmava que cenários de maior clareza de responsabilidade aumentariam a probabilidade de que a avaliação da atuação do governo na melhora da segurança dos cidadãos produzisse maior impacto na avaliação do trabalho do presidente.

Os resultados dos modelos de regressão da tabela 23, bem como os da tabela 24 e 25, dizem respeito a um modelo logístico onde os coeficientes não dizem tanto sobre a intensidade de impacto de cada variável sobre a variável dependente, mas mais sobre a direção da relação e sua significância estatística. Nesse sentido, as probabilidades preditas de um modelo fornecem informações complementares sobre os achados do modelo de regressão.

Para identificar o que indicam as probabilidades preditas das variáveis independentes que apresentaram termos de interação estatisticamente significantes, separei as amostras segundo os *clusters* de clareza de responsabilidade para obter estimações mais precisas sobre o impacto das variáveis testadas. Para isso, foram rodados para as duas amostras a mesma regressão logística ordenada do modelo 3 apresentado no capítulo 2. Que é, também, o mesmo modelo apresentado acima, excluindo os termos de interação. Os coeficientes estimados nesses modelos podem ser verificados nos apêndices desta tese. Aqui é suficiente informar que todas as variáveis independentes (avaliação retrospectiva sociotrópica da economia, e avaliação da atuação do governo em políticas públicas de combate à pobreza e em prol da segurança) apresentaram a mesma significância estatística nos modelos rodados nos dois cenários. E, mais relevante do que mostrar os coeficientes estimados, é apresentar as probabilidades preditas das variáveis que apresentaram significância estatística na interação com os *clusters* de clareza de responsabilidade. A ideia é ver como se comportam em perspectiva comparada entre os casos de maior clareza de responsabilidade e os casos de menor clareza de responsabilidade. A primeira coluna de cada uma das tabelas se refere às categorias da variável dependente avaliação do trabalho do presidente.

---

coeficiente do termo de interação entre tal variável e a variável clareza. Assim: 0.306 + (-0.02) = 0.286. O mesmo cálculo foi realizado para a variável clareza, onde o coeficiente da variável foi somado ao coeficiente do termo de interação: 0.259 + (-0.02) = 0.219. Da mesma forma que foi dito na nota de rodapé anterior, como esse resultado não aponta algo substantivo do ponto de vista analítico, ele não foi reportado acima.

Na tabela 26 apresento as probabilidades preditas da variável avaliação da atuação do governo no combate à pobreza e seu impacto sobre a variável dependente nos dois cenários. Os valores que mais se destacam no sentido das hipóteses aqui testadas são os que apontam que um indivíduo escolhido ao acaso que avalia a atuação do governo no combate à pobreza com as notas máximas, 6 ou 7, tem maior probabilidade de avaliar o governo como bom em contexto de maior clareza de responsabilidade do que em contexto de menor clareza de responsabilidade. No primeiro contexto, a probabilidade é de 53% e 58% respectivamente. Já no segundo contexto tal probabilidade cai para 50% e 54%, respectivamente.

Em situação de menor clareza de responsabilidade, também aumenta a probabilidade de um eleitor escolhido ao acaso que avalia de maneira negativa a atuação do governo no combate à pobreza (com as notas 1 ou 2) avaliar como bom o trabalho do presidente: essas probabilidades são de 18% e 24% em contexto de menor clareza, e de 15% e 21% em situações de maior clareza. Isso sinaliza que onde há menor clareza de responsabilidade, há maior probabilidade de o indivíduo premiar com boa avaliação um mandatário que considera ineficiente no combate à pobreza.

Nesse sentido, o cenário de maior clareza também demonstra ter efeito em aumentar ligeiramente a probabilidade de um indivíduo aleatório que avalia com nota mínima a atuação do governo no combate à pobreza, considerar o governo como muito ruim, punindo-o com má avaliação (8% no caso de maior clareza e 6% no caso de menor clareza de responsabilidade).

No entanto, a avaliação positiva extrema (categoria muito bom) do trabalho do presidente acusa certa inconsistência: há maior probabilidade de vínculo entre alta avaliação da atuação do governo no combate à pobreza e avaliação como “muito bom” do trabalho do presidente nos cenários de menor clareza de responsabilidade, ao contrário do que se esperaria. 11% e 15% de probabilidade de avaliação muito boa do trabalho do presidente para as notas 6 e 7 em situação de menor clareza, contra 8% e 13% para as mesmas categorias em situação de maior clareza. Essas probabilidades, no entanto, são consideravelmente menores do que as apresentadas para a categoria “bom”. Cumpre lembrar que a interação das variáveis clareza de responsabilidade e essa variável independente apresentou correlação negativa e estatisticamente significativa (p-valor < 0,01).

Tabela 26 – Avaliação da atuação do presidente no combate à pobreza em perspectiva comparada

Probabilidades Preditas - Combate à Pobreza											
Maior clareza de responsabilidade						Menor clareza de responsabilidade					
	1	2	4	6	7		1	2	4	6	7
Muito ruim	8%	5%	2%	1%	0%	Muito ruim	6%	4%	2%	1%	0%
Ruim	18%	13%	6%	3%	2%	Ruim	17%	13%	7%	3%	2%
Regular	56%	57%	48%	33%	25%	Regular	55%	55%	46%	33%	26%
Bom	15%	21%	37%	53%	58%	Bom	18%	24%	37%	50%	54%
Muito bom	1%	1%	4%	8%	13%	Muito bom	2%	2%	5%	11%	15%

Nota: Amostra maior clareza: N = 23.338. Amostra menor clareza: N = 42735.
Fonte: A autora, 2017.

Padrão semelhante é encontrado na tabela que traz as probabilidades preditas do impacto variável avaliação da atuação do governo na melhora da segurança dos cidadãos na variável dependente em contextos de maior e menor clareza de responsabilidade. As distinções e intensidade das probabilidades presentes na categoria “bom” da avaliação do trabalho do presidente são as que mais chamam atenção. Há maior probabilidade de um indivíduo escolhido ao acaso que avaliou positivamente a atuação do governo em prol da segurança (com notas 6 ou 7) avaliar o trabalho do presidente como bom em situações de maior clareza de responsabilidade: 50% e 55% em situações de maior clareza e 47% e 51% em situações de menor clareza.

Da mesma forma que na análise anterior, essa tabela não demonstra total consistência do comportamento da variável independente: existe maior probabilidade de indivíduos escolhidos ao acaso que avaliam positivamente a atuação do governo na melhora da segurança dos cidadãos – com notas 6 ou 7 – considerarem o trabalho do presidente como “muito bom” nos contextos de menor clareza de responsabilidade (9% e 12%, contra 7% e 9% em situação de maior clareza de responsabilidade). Apesar disso, esses valores são bastante inferiores aos valores verificados para as probabilidades preditas da categoria “bom”.

Tabela 27 – Avaliação da atuação do presidente sobre a segurança cidadã em perspectiva comparada

Probabilidades Preditas - Av Segurança											
Maior clareza de responsabilidade						Menor clareza de responsabilidade					
	1	2	4	6	7		1	2	4	6	7
Muito ruim	5%	4%	2%	1%	0%	Muito ruim	5%	3%	2%	1%	0%
Ruim	14%	11%	6%	3%	2%	Ruim	14%	11%	7%	4%	3%
Regular	57%	55%	48%	36%	31%	Regular	55%	53%	47%	37%	31%
Bom	21%	26%	38%	50%	55%	Bom	22%	27%	37%	47%	51%
Muito bom	1%	2%	4%	7%	9%	Muito bom	2%	3%	5%	9%	12%

Nota: Amostra maior clareza: N = 23.338. Amostra menor clareza: N = 42735.
Fonte: A autora, 2017.

Os resultados apresentados acima parecem interessantes, uma vez que adicionam elementos para acreditar que o contexto político-institucional latino-americano faz diferença para o comportamento individual e avaliação retrospectiva. Nesse caso, os achados mostraram que cenários que acenam para maior transparência permitem ao eleitorado vincular a boa avaliação da atuação do governo sobre políticas de combate à pobreza e para a melhora da segurança com uma avaliação boa do trabalho do presidente. Isso se refere à atribuição de responsabilidades e é importante identificar que condições favorecem tal atribuição aos eleitores.

Intriga, contudo, como isso não impacta na avaliação da economia. Levando em conta que toda a teoria formulada e testada se aplica e encontra alguns resultados para o impacto da clareza de responsabilidade sobre o vínculo entre variáveis econômicas e voto ou popularidade do presidente, chama atenção o fato desse efeito não ser verificado nos resultados acima. Por isso, a fim de investigar com maior profundidade o peso do contexto estrutural sobre o comportamento individual, foram realizados novos testes excluindo a variável que se comportou de forma empiricamente distinta do que postula a teoria: a variável reeleição.

A teoria indica que tal aspecto tende a aumentar a clareza de responsabilidade. Todavia, nas análises deste capítulo, os casos que permitiam reeleição foram agrupados com casos que tinham outras características associadas a menor clareza de responsabilidade. A exclusão dessa variável, portanto, pode ser teoricamente justificada. Isso porque os casos latino-americanos onde as regras eleitorais permitem a reeleição do mandatário tendem a ser os casos que reúnem outras características consideradas próprias de situações menos transparentes, como governos de coalizão

e mais de dois partidos na coalizão, por exemplo. Além disso, apesar de haver uma recorrência da presença dessa variável em estudos sobre clareza de responsabilidade, existem trabalhos que investigaram o tema sem considerar esse aspecto. Por isso, trago a seguir análises que excluem a variável reeleição, com o intuito de medir se esse traço estaria ocultando alguma significância estatística teoricamente esperada.

A nova análise de *cluster* que exponho abaixo inclui quatro variáveis: número de partidos na coalizão, número de coalizões no ano, percentual de cadeiras pertencentes ao partido do presidente na Câmara dos Deputados e tipo de gabinete, se unitário ou multipartidário. A estratégia de análise empregada foi a mesma da apresentada na seção anterior (método de distância *Gower*, ideal para variáveis de naturezas distintas e método "largura da silhueta" para selecionar o número de agrupamentos). Por meio dessa análise foram gerados novamente dois *clusters*. Ambos com características muito próximas àquelas que determinaram as diferenças entre os agrupamentos anteriormente. Os gráficos referentes à largura da silhueta, dendograma e t-SNE encontram-se no apêndice D desta tese. No corpo do texto me atenho a expor as características dos dois clusters formados: os *clusters* reúnem os seguintes aspectos:

Tabela 28 – Características da formação de governo (*clusters* 1A e 2A) – Clareza de responsabilidade (sem a variável reeleição)

	Partidos na Coa	Coa no Ano	% de Cadeiras	Gab unipartidário	
Cluster 1					
Mínimo	2	1	0	Não: 24	Sim: 0
1° qd	2	1	2.5		
Mediana	3	1	17.7		
Média	3.6	1.45	19		
3° qd	3.2	2	30		
Máximo	9	3	56		
Cluster 2					
Mínimo	1	1	29	Não: 0	Sim: 15
1° qd	1	1	41.5		
Mediana	1	1	44		
Média	1	1	42		
3° qd	1	1	48		
Máximo	2	2	51.7		

Fonte: A autora, 2017.

Como é possível ver na tabela acima, o *cluster* 1A traz aspectos próximos ao *cluster* 1, chamado de *cluster* de menor clareza de responsabilidade: inclui de 2 a 9 partidos na coalizão, com média próximo de 3 e mediana indicando que a metade da amostra inclui até 3 partidos na coalizão; 1 a 3 coalizões ao ano; percentual de cadeiras do partido do presidente que inclui caso(s) que não possuem nenhum assento na Câmara dos Deputados e ao menos metade da amostra inclui governos minoritários (indicado pela mediana 17,8% de cadeiras na Câmara dos Deputados); e, por fim, todos os gabinetes desse agrupamento são multipartidários.

O *cluster* 2A apresenta aspectos próximos ao do *cluster* 2, mas, diferente desse, não inclui caso algum de coalizão. Concentram-se, portanto, os casos de governos unipartidários, com pelo menos 29% de assentos na Câmara ocupados pelo partido do presidente, com maior média e mediana dessa variável e gabinetes comandados por um único partido.

Sem a variável reeleição, fica ainda mais evidente a presença da situação de clareza, onde são consideradas características conjuntas de menor e maior transparência. Com isso, o *cluster* 1A segue com a denominação de menor clareza de responsabilidade. E o *cluster* 2A também continua como *cluster* de maior clareza de responsabilidade.

No que se refere à distribuição dos casos, a diferença entre os *clusters* 1 e 1A e os *clusters* 2 e 2A está apenas no caso do Peru (2012) que deixou pertencer ao *cluster* maior clareza de responsabilidade e passou a compor o *cluster* de menor clareza de responsabilidade. O quadro abaixo apresenta a nova composição dos agrupamentos que excluem a variável reeleição.

Quadro 5 – Distribuição dos casos dos *clusters* – sem a variável reeleição

Menor Clareza de Responsabilidade	**Maior Clareza de Responsabilidade**
Argentina (2008), Bolívia (2004, 2006, 2008), Brasil (2006, 2008, 2010, 2012), Chile (2008), Colômbia (2004, 2006, 2008, 2010, 2012), Equador (2004, 2006, 2008, 2010, 2012), Paraguai (2010, 2012) e Peru (2006, 2008, 2010, 2012).	Costa Rica (2004, 2006, 2008, 2010, 2012), México (2004, 2006, 2008, 2010, 2012), Paraguai (2006, 2008) e Uruguai (2006, 2008, 2010, 2012).

Fonte: A autora, 2017.

Com a nova configuração dos agrupamentos, o mesmo processo de inserção dos *clusters* resultados do banco macro na base de dados individuais foi realizado. E então foram rodados os modelos interativos de regressão logística ordinal. A tabela

abaixo traz as análises de interação entre os cenários de maior e menor clareza de responsabilidade e as variáveis independentes.

Tabela 29 – Coeficientes estimados dos modelos (interativos) logit ordinal

	modelo 9	modelo 10	modelo 11
Av Economia (igual)	0.674***(1.96)	0.616***(1.85)	0.616***(1.85)
Av Economia (melhor)	1.329***(3.77)	1.239***(3.45)	1.241***(3.45)
Combate à Pobreza	0.383***(1.46)	0.417***(1.51)	0.384***(1.46)
Segurança	0.288***(1.33)	0.288***(1.33)	0.319***(1.37)
clareza_menorCR	0.192***(1.21)	0.315***(1.37)	0.296***(1.34)
Economia(igual)*clareza_menorCR	-0.084*(0.91)		
Economia(melhor)*clareza_menorCR	-0.128**(0.88)		
C à pobreza*clareza_menorCR		-0.04**(0.96)	
Segurança*clareza_menorCR			-0.04**(0.96)
Ideologia	0 (1)	0 (1)	0 (1)
Sex (homem)	-0.021 (0.97)	-0.021 (0.97)	-0.021 (0.97)
Educação	0.001 (1)	0.001 (1)	0.001 (1)
AIC	94963.78	94947.96	94951.44
N	41593	41593	41593

Nota: Variável dependente: Avaliação do trabalho do presidente (muito ruim, ruim, regular, bom, muito bom). *** <0,01; **< 0,05; *<0,1.
Fonte: A autora, 2017.

O modelo 9, que considera a interação entre a avaliação da economia e a clareza de responsabilidade, passa a apresentar significância estatística quando é testado em *cluster* que não considera a reeleição. A correlação negativa e estatisticamente significativa (p-valor = < 0,05) é um achado que corrobora os resultados de outros autores sobre a América Latina.

A tabela abaixo indica que a probabilidade da avaliação positiva do trabalho do presidente quando um entrevistado considera que a situação econômica do país está igual é menor quando há mudança de contexto de maior clareza de responsabilidade para contexto menor clareza. O mesmo ocorre quando um entrevistado considera que a economia está melhor. Para a categoria “igual”, o coeficiente que impacta a variável dependente cai de 0.674 para 0.530. E para a categoria “melhor” o coeficiente cai de 1.329 para 1.201, indicando que o efeito da avaliação sociotrópica retrospectiva da

economia sobre a avaliação do trabalho do presidente é menor em situação de menor clareza de responsabilidade[33].

Tabela 30 – Impacto da avaliação retrospectiva sociotrópica da economia em interação com *cluster* de clareza de responsabilidade

Av Economia*Clareza de Responsabilidade		
	Maior	Menor
Variável clareza	0	0.192
Pior	0	0.192
Igual	0.674	0.53
Melhor	1.329	1.149

Fonte: A autora, 2017.

Esses resultados permitem a confirmação parcial da hipótese H 2a. Isso quer dizer que, quando a permissão ou não da reeleição não é levada em consideração, o contexto político tem efeito em aumentar ou diminuir o vínculo entre a avaliação da economia e a avaliação do trabalho do presidente. De forma que em situações de menor clareza de responsabilidade há menor probabilidade de impacto da avaliação da economia sobre a variável dependente.

As demais variáveis independentes que dizem respeito à avaliação da atuação do governo em políticas públicas continuaram apresentando correlação no sentido esperado e estatisticamente significativa. Os coeficientes dessas variáveis indicaram maior efeito delas sobre a variável dependente em contextos de maior clareza de responsabilidade. O impacto da variável avaliação da atuação do governo no combate à pobreza caiu de 0.417 em cenários de maior clareza de responsabilidade para 0.377 em situações de menor clareza. E o impacto da variável avaliação da atuação do governo na melhora da segurança dos cidadãos caiu de 0.319 para 0.279, quando a variável passa de maior para menor clareza de responsabilidade[34].

[33] Os valores encontrados para os coeficientes dessas variáveis são resultado da soma do coeficiente da variável independente avaliação sociotrópica retrospectiva da economia (para cada uma de suas categorias) com o coeficiente do termo de interação entre tal variável e a variável clareza do modelo 9. Assim, para a categoria “igual”: 0.674 + (-0.084) = 0.530. Para a categoria “melhor”: 1.329 + (-0.128) = 1.201. O mesmo cálculo foi realizado para a variável clareza, onde o coeficiente da variável foi somado ao coeficiente do termo de interação. Para a categoria “igual”: 0.192 + (-0.084) = 0.108. Para a categoria “melhor”: 0.192 + (-0.128) = 0.064.

[34] Os cálculos que deram origem ao valor a respeito das variáveis de avaliação retrospectiva do governo sobre políticas públicas foi: para o caso do termo de interação entre avaliação da atuação do governo no combate à pobreza com a variável clareza*:* 0.417 + (-0.04) = 0.377, para verificar o valor

Resta saber, agora, como essas variáveis cujos termos de interação apresentaram significância estatística se comportam em perspectiva comparada de cenários de maior e menor clareza de responsabilidade. Os resultados das probabilidades preditas auxiliam nessa compreensão.

Para o cálculo das probabilidades preditas os modelos de regressão logit ordinal foram rodados com amostras separadas de acordo com seus *clusters* de menor e maior clareza de responsabilidade. Novamente os coeficientes estimados não serão apresentados no corpo do texto, mas podem ser analisados nos apêndices desta tese. É relevante informar apenas que todas as variáveis independentes apresentaram correlação positiva e estatisticamente significativa (p-valor < 0,01) com a variável dependente.

A tabela 31 traz as probabilidades preditas do efeito da variável avaliação retrospectiva sociotrópica da economia sobre a variável dependente em contextos de baixa e de alta clareza de responsabilidade. O resultado que mais chama atenção na análise trata novamente do vínculo entre avaliação positiva da economia e a probabilidade de um indivíduo escolhido ao acaso avaliar o governo como bom. No contexto de menor clareza de responsabilidade, essa probabilidade é de 45%. Já em situação de maior clareza a probabilidade sobe para 51%.

O cenário mais transparente não impede, no entanto, que haja maior probabilidade de um indivíduo avaliar a economia como “pior” e o trabalho do presidente como “bom” em condição de maior clareza do que em situação de menor clareza de responsabilidade (26% em cenário de maior clareza e 24% em cenário de menor clareza). De maneira semelhante, o cenário de menor clareza apresenta probabilidade ligeiramente maior de um entrevistado escolhido ao acaso que avaliou a economia como pior, avaliar o trabalho do presidente como ruim. Isso caracteriza uma forma mais coerente de atribuir responsabilidade, e ocorre em um contexto em que isso seria menos esperado (12% contra 10% para célula equivalente nos casos de maior clareza de responsabilidade).

---

de tal variável de avaliação retrospectiva em situações de menor clareza. Para verificar o valor da variável clareza nessa interação foi somado o valor da variável clareza com o coeficiente do termo de interação: 0.315 + (-0.04) = 0.275. No que se refere à interação entre avaliação da atuação do governo na melhora da segurança dos cidadãos com a variável clareza: 0.296 + (-0.04) = 0.256. Para verificar o coeficiente da variável clareza nessa interação foi somado o valor da variável clareza com o coeficiente do termo de interação: 0.296 + (-0.04) = 0.256.

A despeito disso, as probabilidades mais altas se concentram entre as categorias “regular” e “bom” da variável dependente, o que faz sentido, uma vez que é nessas categorias que se concentram a maior parte dos casos. A categoria “bom” oferece informações mais claras sobre o comportamento da variável nos dois contextos, já que é nessa categoria que são encontradas maior disparidades entre os valores das probabilidades.

Tabela 31 – Avaliação sociotrópica retrospectiva da economia em perspectiva comparada

Probabilidades Preditas - Av Restrospectiva Economia							
Maior clareza de responsabilidade				Menor clareza de responsabilidade			
	pior	igual	Melhor		Pior	Igual	melhor
Muito ruim	4%	2%	1%	Muito ruim	4%	2%	1%
Ruim	10%	6%	3%	Ruim	12%	7%	4%
Regular	55%	47%	37%	Regular	55%	49%	39%
Bom	26%	40%	51%	Bom	24%	34%	45%
Muito bom	2%	4%	7%	Muito bom	2%	4%	8%

Fonte: A autora, 2017.

A tabela abaixo apresenta a comparação da variável avaliação da atuação do governo no combate à pobreza nos diferentes contextos político-institucionais – dessa vez sem levar em conta a variável reeleição. Novamente a principal diferença entre os dois cenários se concentra nas probabilidades preditas da categoria “bom” da variável avaliação do trabalho do presidente. A avaliação positiva da política pública acarreta em aumento da probabilidade de um eleitor escolhido ao acaso avaliar o trabalho do presidente como bom nos cenários de maior clareza de responsabilidade (49% e 54% quando se considera as categorias 6 e 7, contra 44% e 49% quando se leva em conta as células equivalentes no contexto de menor clareza de responsabilidade). Há, ainda, maior probabilidade de um cidadão aleatório que considera que atuação do governo no combate à pobreza é positiva (notas 6 ou 7) avaliar o trabalho do presidente como regular em situações de menor clareza (35% *versus* 32% em situação oposta). É possível supor que tal cidadão, em contexto de maior clareza, consideraria a avaliação do trabalho do presidente como “bom” e não como “regular”.

Tabela 32 – Avaliação da atuação do presidente no combate à pobreza (sem considerar o aspecto da reeleição) em perspectiva comparada

Probabilidades Preditas - Combate à Pobreza (sem reeleição)											
Maior clareza de responsabilidade						Menor clareza de responsabilidade					
	1	2	4	6	7		1	2	4	6	7
Muito ruim	5%	4%	2%	1%	1%	Muito ruim	4%	3%	1%	1%	1%
Ruim	13%	10%	6%	3%	3%	Ruim	14%	11%	7%	4%	3%
Regular	57%	55%	48%	38%	32%	Regular	56%	55%	49%	40%	35%
Bom	22%	27%	38%	49%	54%	Bom	21%	26%	35%	44%	49%
Muito bom	1%	2%	4%	6%	8%	Muito bom	2%	3%	5%	8%	10%

Fonte: A autora, 2017.

De modo semelhante ao que vem sendo mostrado nas probabilidades preditas apresentadas nesse capítulo, a variável avaliação da atuação do governo na melhora da segurança dos cidadãos também concentra a diferença mais acentuada no vínculo entre a avaliação positiva do governo sobre a política pública e a categoria “bom” da variável dependente. Mais uma vez o cenário de maior clareza de responsabilidade aumenta a probabilidade de uma pessoa aleatória avaliar positivamente a política pública (com 6 ou 7) e avaliar o trabalho do presidente como “bom”. De 44% e 47% – respectivamente – as probabilidades caem para 41% e 44% em cenário de menor clareza de responsabilidade.

Novamente, como nas probabilidades preditas dessa variável independente nos modelos que incluíram a variável reeleição, o contexto político não foi suficiente para inibir alguma inconsistência. Nesse caso, vê-se que há probabilidade considerável de um indivíduo escolhido ao acaso dar baixa avaliação à atuação do governo na melhora da segurança (1 ou 2) e avaliar o trabalho do presidente como bom: essa probabilidade é maior em situações de maior clareza de responsabilidade (30% e 33%) do que em casos de menor clareza de responsabilidade (26% e 28%). Todavia, isso pode ser entendido sob a observação de que essa é a variável independente com menor efeito sobre a variável dependente, e ela tende a ser a questão de menor impacto entre as três variáveis independentes estudadas ao longo dos modelos aqui testados.

Tabela 33 – Avaliação da atuação do governo na melhora da segurança dos cidadãos (sem considerar o aspecto da reeleição) em perspectiva comparada

Probabilidades Preditas - Av Segurança (sem reeleição)											
Maior clareza de responsabilidade						Menor clareza de responsabilidade					
	1	2	4	6	7		1	2	4	6	7
Muito ruim	3%	3%	2%	1%	1%	Muito ruim	3%	3%	2%	1%	1%
Ruim	9%	8%	6%	5%	4%	Ruim	11%	10%	7%	5%	5%
Regular	53%	52%	48%	43%	40%	Regular	55%	53%	49%	44%	41%
Bom	30%	33%	39%	44%	47%	Bom	26%	28%	34%	41%	44%
Muito bom	2%	3%	4%	5%	6%	Muito bom	3%	3%	4%	6%	7%

Fonte: A autora, 2017.

Os achados apontaram para a presença do efeito interveniente da clareza de responsabilidade na América Latina. Foi possível demonstrar que existem situações que permitem maior *accountability* dos governantes. Essas situações envolvem um ou apenas mais um partido na coalizão, maior estabilidade da coalizão (evidenciada pelo número de coalizões no ano), tendência de gabinetes unipartidários e maior número de assentos do partido do presidente na Câmara dos Deputados.

Interessante notar, ainda, que o contexto político-institucional não contribui apenas para a atribuição de responsabilidade com relação à economia, mas também com relação à atuação do governo em políticas de combate à pobreza e em prol da segurança. Esse achado adiciona mais um fator a ser considerado pela literatura sobre clareza de responsabilidade na América Latina: o fator de que o desempenho sobre outras políticas, além da econômica, também sofrem interferência da clareza político-institucional na formação de preferências eleitorais.

Cabe ressaltar, porém, que apesar da presença de tal efeito, mesmo os cenários de menor clareza de responsabilidade não excluem a possibilidade de *accountability*. Isso foi verificado pela existência do efeito significativo da avaliação retrospectiva de economia e da atuação do governo sobre políticas públicas sobre a avaliação do trabalho do presidente também em situações que propiciam menor transparência, ainda que com menor probabilidade.

Essa tendência não foi identificada em trabalhos sobre o tema que usam apenas dados agregados. De modo geral, muitos dos resultados apontam para a inexistência do vínculo entre economia e voto (ou aprovação do presidente) em contextos de menor clareza de responsabilidade (SAMUELS, 2004; CAMARGOS, 2006; CORRÊA, 2012; HELLWIG E SAMUELS; 2007). O mesmo não foi verificado

aqui. O que os achados desse capítulo demonstraram é que há situações que permitem que esse vínculo seja mais intenso, propiciando ao eleitor um ambiente político mais claro, permitindo maior coerência na atribuição de responsabilidade política. Porém, mesmo em situações de menor atribuição verificou-se aqui que existe relação, ainda que mais fraca, entre economia e voto. Essa constatação reforça a importância de análises que levem em consideração dados de nível individual.

3.8 **Considerações finais**

Este capítulo testou a relação interativa entre contexto político-institucional e comportamento individual. Utilizando dados de nível agregado e individual, as análises desse capítulo permitiram verificar a existência do impacto da estrutura sobre o comportamento do eleitor.

As variáveis explicativas de nível individual são: a clássica variável do voto econômico – avaliação retrospectiva sociotrópica da economia, avaliação da atuação do governo no combate à pobreza e avaliação da atuação do governo na melhora da segurança do cidadão (além das variáveis de controle sexo, escolaridade e ideologia). As variáveis explicativas de nível agregado são: número de partidos na coalizão, número de coalizões no ano, percentual de cadeiras ocupadas na Câmara dos Deputados pelo partido do presidente, tipo de gabinete (se unitário ou multipartidário) e permissão ou não da reeleição.

Para realizar a análise com dados de dois níveis, a estratégia empírica foi realizar análise de *cluster* da base de dados agregados e depois inserir os *clusters* na base de dados individuais, de modo que a cada indivíduo fosse atribuído o valor do *cluster* que ele foi inserido de acordo com seu país/ano. A análise de *cluster* foi feita com a intenção de identificar as similaridades entre os casos da amostra (com unidade de análise país/ano) e as dissimilaridades dos casos de um conjunto para outro. Considerando como as variáveis de nível macro foram particionadas em cada um dos *clusters*, é possível perceber que os casos se dividiram de acordo com os traços que sinalizavam maior transparência política e menor transparência política, segundo a literatura indica. Assim, foram denominados *cluster* de maior clareza de responsabilidade e *cluster* de menor clareza de responsabilidade. Os agrupamentos

foram inseridos na base de dados individuais e foram realizadas análises de regressão logit ordenada.

Os resultados identificaram que, conforme aponta a teoria, há interveniência da clareza de responsabilidade política-institucional sobre o comportamento do eleitor. Ela é verificada pelo maior vínculo entre avaliação da atuação do governo em políticas públicas e avaliação da economia com a variável dependente, avaliação do trabalho do presidente.

CONCLUSÃO

A literatura internacional sobre o voto econômico é predominantemente voltada para o estudo de democracias mais longevas, não tendo ainda oferecido respostas definitivas sobre o impacto da economia na decisão eleitoral e sobre o papel das instituições na capacidade do eleitor de atribuir responsabilidade aos governantes nas jovens democracias. Neste trabalho procuro contribuir para dar respostas a estas questões tendo como foco a América Latina.

A teoria do voto econômico afirma que os eleitores agem de maneira racional. A sua decisão de voto se baseia na sua avaliação do estado da economia. Assim, se estão satisfeitos com os resultados econômicos, tendem a votar no governante a quem atribuem responsabilidade pelo bom desempenho da economia e o premiam pela sua atuação. As análises deste estudo mostram que isso ocorre também nos países da América Latina.

Além de testar o impacto da situação da economia, este trabalhou avaliou também os efeitos da atuação governamental em políticas públicas, o que é uma contribuição inovadora para a literatura sobre o assunto. Para identificar o impacto desses dois fatores, utilizei como variável dependente a avaliação do trabalho do presidente como uma *proxy* do voto. Essa medida foi necessária porque a fonte dos dados de opinião pública sobre avaliação da economia e da atuação do governo em políticas públicas, utilizados neste trabalho, não possui a variável voto.

O período estudado (2004 – 2014) favoreceu a construção do argumento sobre a racionalidade dos latino-americanos estar pautada não somente na percepção sobre a economia, mas também sobre fatores sociais e de combate à corrupção. Isso porque nesse período houve um contexto político e econômico de aumento de investimento social e, com isso, redução da pobreza. Sendo a América Latina tão marcada pela desigualdade social, a satisfação (ou insatisfação) eleitoral se sedimentaria não somente na avaliação da situação econômica, mas também na avaliação da condução do governo em outros temas relevantes para a agenda política da região.

Foi verificado que o reconhecimento de resultados positivos nas políticas de combate à pobreza, combate ao desemprego, em prol da segurança e combate à corrupção tem impacto na avaliação do trabalho presidente. As análises mostraram que uma avaliação positiva da atuação do governo no combate à pobreza chega a ter

mais impacto sobre a avaliação positiva do trabalho do presidente do que a satisfação com a economia. Verificou-se que o impacto da avaliação positiva da situação econômica é praticamente o mesmo que o da avaliação positiva da atuação do governo na melhora da segurança dos cidadãos. A percepção sobre atuação do governo no combate ao desemprego e à corrupção também se mostraram estatisticamente significativas para explicar a variação da avaliação do trabalho do presidente, embora tenham apresentado coeficientes menores.

Esses resultados demonstram que os eleitores da região orientam sua racionalidade política levando em conta a atuação do governo em políticas que são relevantes para o seu cotidiano, não só na esfera econômica, como também na social. Com isso percebe-se que a avaliação positiva ou negativa de um líder latino-americano não ocorre no vácuo ou respondendo a questões simbólicas e ideológicas, mas sim em resposta a ações políticas percebidas pelos eleitores.

Depois de investigar em que se baseia a satisfação dos eleitores com os rumos do país, o segundo passo foi identificar como o contexto político-institucional auxilia ou dificulta a atribuição de responsabilidade política ao presidente. Ou seja, como o contexto media a relação entre avaliação do desempenho do governo na economia e políticas públicas com a avaliação do presidente. Essa discussão é presente na literatura sobre o voto econômico e matizada pelo conceito de clareza de responsabilidade.

Tal conceito diz respeito ao papel que as instituições e cenário político têm de permitir que o eleitor tenha claro quem é o responsável pelo desempenho econômico do país. Assim, existem certos cenários que funcionam como barreiras, e nublam a responsabilidade política do presidente, de forma que o vínculo entre economia e apoio ao presidente tende a diminuir. Ou seja, diminui a *accountability,* de modo que é possível que eleitores premiem políticos que ofereceram maus resultados ou punam governantes que mostraram bons resultados. Quando há maior clareza de responsabilidade, a tendência é de fortalecimento do vínculo entre a situação econômica e avaliação do desempenho sobre políticas públicas com o voto (ou apoio ao presidente).

As pesquisas sobre clareza de responsabilidade foram pouco desenvolvidas em nações presidencialistas e menos ainda na América Latina. Esta tese buscou preencher essa lacuna. Os estudos sobre o tema, em geral, utilizam traços estáticos referentes a regras constitucionais de cada nação para mensurar a clareza de

responsabilidade. Contudo, esses atributos estáticos ignoram a variação do nível de transparência que ocorre em função dos ciclos eleitorais e das alianças políticas nos países ao longo do tempo. Por essa razão, este trabalho destinou maior atenção ao contexto político de formação de governos e base parlamentar como fatores capazes de aumentar ou diminuir a transparência do ambiente político, fundamental para a atribuição de responsabilidade por parte do eleitor. Foi investigado como os contextos de maior ou menor clareza de responsabilidade interagem com o comportamento individual. Assim, o comportamento individual identificado pelas análises que demonstraram o impacto da avaliação da economia e da atuação do governo em políticas públicas sobre a avaliação do trabalho do presidente, foi testado com termos de interação entre os cenários de maior e menor clareza de responsabilidade e as variáveis independentes. Há poucos estudos sobre o tema que usam dados individuais junto com dados agregados para avaliar o impacto da clareza de responsabilidade sobre o voto econômico na América Latina. Esta tese também buscou preencher essa lacuna, acreditando que os dois níveis de análise oferecem resultados mais precisos a respeito do comportamento eleitoral.

A clareza de responsabilidade foi mensurada nesta tese por meio das variáveis número de partidos dentro de uma coalizão, número de coalizões ao ano, percentual de cadeiras do partido do presidente na Câmara dos Deputados, tipo de gabinete (se unipartidário ou multipartidário) e a variável reeleição (se é ou não permitida na constituição). A expectativa era de que um alto número de partidos em uma mesma coalizão, maior número de coalizões no mesmo ano, menor percentual de assentos na Câmara, gabinetes multipartidários e impossibilidade de reeleição diminuíssem a clareza de responsabilidade. Isso porque todas essas condições envolvem maior número de atores políticos no processo de tomada decisão, de forma que o eleitor pode ficar confuso sobre quem é o real responsável pela situação nacional.

A análise feita mostrou que, tal como em democracias mais antigas, a clareza de responsabilidade também tem papel no vínculo entre avaliação retrospectiva de políticas públicas e avaliação do trabalho do presidente. Contextos de maior clareza de responsabilidade permitiram maior vínculo entre avaliação positiva da economia e de políticas sociais com boa avaliação do trabalho do presidente. Além disso, os resultados desta análise permitiram verificar algo que não foi identificado em pesquisas que fizeram uso apenas de dados agregados. Em muitos dos estudos de dados agregados identificou-se que o impacto da economia sobre o voto ocorria

apenas em cenários de maior clareza de responsabilidade. As análises desta tese, que utilizam dados individuais para mensurar o “voto econômico”, identificaram que o impacto da avaliação da economia, bem como do desempenho do governo sobre políticas públicas, ocorre tanto em situações onde há maior clareza de responsabilidade, quanto em cenários de menor clareza de responsabilidade. Nesse caso, contudo, o impacto ocorre com menor intensidade, conforme esperado teoricamente. Foi possível verificar que a ocorrência da *accountability* nos dois cenários, de maior e de menor clareza de responsabilidade. Contudo, condições de maior transparência permitem um vínculo mais intenso entre avaliação da economia e do desempenho sobre políticas públicas com a avaliação do trabalho do presidente.

Por fim, acredito que outros desdobramentos podem ser feitos a partir dos resultados desta tese. Um deles poderia se dar no sentido de investigar como cada uma das variáveis se comporta separadamente, por meio de análises de regressão hierárquica. Há, ainda, outras esferas institucionais capazes de aumentar ou diminuir o custo informacional do eleitor, como por exemplo, regras institucionais de campanha política que possivelmente impactam a percepção eleitoral acerca da economia e outros temas relevantes para a agenda política latino-americana.

REFERÊNCIAS

AGRESTI A. *Analysis of Ordinal Categorical Data*. 2nd ed. Hoboken: John Wiley & Sons, 2010.

ALVAREZ, R. M.; NAGLER, J. Economic Issues and Perot candidacy: voter choice in the 1992 presidential election. *American Journal of Political Science*, v. 39, p. 714-44, 1995.

ALVAREZ, R. M.; NAGLER, J. Economics, entitlements, and social issues: voter choice in the 1996 presidential election. *American Journal of Political Science*, v. 42, p. 1349-1363, 1998.

ANDERSON, C. Economic voting and political context: a comparative perspective. *Electoral Studies*, v. 19, p. 151-170, 2000.

ANDERSON, C. The interection of structures and voter behavior, in DALTON, R.; KLINGEMANN, H. D (Org). *The Oxford Handbooks of Political Science*, Oxford: Oxford University, 2009.

ARCE, M. E.; CARRIÓN, F. J. Presidential support in a context of crisis and recovery in Peru, 1985 – 2008. *Journal of Politics in Latin America*, n. 2, v.1, pp.31-51, 2010.

BAER, W.; AMANN, E. Neo-liberalism and its consequences in Brazil. In: *The Journal of Latin American Studies*. Cambridge: Cambridge University Press, 2002.

BOY, D.; MAYER, N. *The French Voter Decides*. Ann Arbor: University of Michigan Press, 1993.

BUTLER, D.; STOKES, D. *Political Change in Britain*: Forces Chaping Electoral Choice. New York: St' Martin Press, 1969.

CAMARGOS, M. B. *Do bolso para as urnas*: a influência da economia na escolha entre Fernando Henrique e Lula nas eleições de 1998. 1999. 69 f. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) - Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro,1999.

CAMARGOS, M. B. Economia e eleições na América Latina: Refinando a teoria do Voto Econômico. In: ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS, 30. *Anais*... Caxambu, 2006.

CAMPELLO, D.; ZUCCO, C. Presidential Success and World Economy. *The Journal of Politics*, n. 78, v. 2, p. 589-602, 2015.

CANÊDO-PINHEIRO, M. Bolsa-Família ou desempenho da economia? Determinantes da reeleição de Lula em 2006. In: ENCONTRO NACIONAL DE ECONOMIA, 37. *Anais...* Foz do Iguaçu, 2009.

CARLIN, R. E.; LOVE, G. J.; MARTÍNEZ-GALLARDO, C. Security, Clarity of Responsibility, and Presidential Approval. *Comparative Political Studies*, v. 48, n. 4, 2014.

CAUTRÈS, B.; MAYER, N. *Le Nouvau Désorde électoral, le leçons du 21 avril 2002*. Paris: Presses de Science Politique, 2004.

CAMPBELL, A., CONVERSE, P. E., MILLER, W. E., & STOKES, D. E. *The American voter*. Oxford, England: John Wiley, 1960.

CHAPPELL, H. W., Jr; VEIGA, L. G. Economics and Elections in Western Europe: 1960-1997. *Electoral Studies*, v. 19, p.183-197, 2000.

CHEIBUB, J. A; PRZEWORKI, A. Democracia, Eleições e Responsabilidade Política. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 12, n. 35, São Paulo, fevereiro, 1997.

CORBI, R. B. & MENEZES-FILHO, N. A. Os determinantes empíricos da felicidade no Brasil. *Revista de Economia Política*, v. 26, n. 4 (104), p. 518-536, outubro-dezembro, 2006.

CORRÊA, D. S. CCT Programs, the Economy and Presidential Elections in Latin America. In: Encontro da Associação Brasileira de Ciência Política (ABCP), 8. *Anais*... Gramado, 2012.

DALTON, R.; ANDERSON, C. *Citizens, Context, and Choice*. New York: Oxford University Press, 2011.

DALTON, R.; KLINGEMANN, H. D. Citizens and Political Behavior. In: _____ (Org.). *The Oxford Handbooks of Political Science*. Oxford: Oxford University, 2009.

DÍAZ-CAYEROS, A.; MAGALONI, B. Poverty, Inequality, and Democracy (II): Aiding Latin America's Poor. *Journal of Democracy*, v. 20, n. 4, 36-49, Oct. 2009.

DORUSSEN, H., TAYLOR, M. The Political Context of Issue-priority Voting: Coalitions and Economic Voting in the Netherlands, 1970–1999. *Electoral Studies*, v. 20, p. 399-426, 2001.

DOWNS, A. *An Economic Theory of Democracy*. New York: Harper, 1957.

DUCH, R. M.; STEVENSON; R. *The Economic Vote*: How Political and Economic Condition Electoral Results. Cambridge: Cambridge University Press, 2008.

ECHEGARAY, F. *Economic Crises and Electoral Responses in Latin America*. Lanhan: University Press of America, 2005.

FAGNANI, E. As lições do desenvolvimento social recente no Brasil. *LeMonde Diplomatique Brasil*. 1º dez., 2011. Disponível em: <http://www.diplomatique.org.br/artigo.php?id=1060>. Acesso em: 25 jul. 2016.

FIGUEIREDO, M. *Democracia, comportamento eleitoral e racionalidade do voto.* 1989. Tese (Doutorado em Ciência Política) - Universidade de São Paulo. São Paulo, 1989.

FIORINA, Morris*. Retrospective Voting in American National Elections*. New Haven: Yale University Press, 1981.

FREY, B. S.; GRABERS, H. 1972. Der Einfluss wirtschaftlicher variabler auf die popularität der regierung – eine empirische analyse. *Jahrbücher für Nationalökonomie und Statistik*, 186: 281-95.

GÉLINEAU, F. Electoral accountability in the developing world. *Electoral Studies*, v. 32, n. 3, p. 418-424, 2013.

GOODART, C. A. E.; BHANSALI, R. J. Political economy. *Political Studies*, v. 18, p. 43-106, 1970.
GREENE, H. W.; HENSHER, D. A. *Modeling Ordered Choices*: A Primer. Cambridge: Cambridge University Press, 2010.

HELLWIG, T. T. Interdependence, government constraints, and economic voting. *Journal of Politics*, v. 63, n. 4, p. 1141-1162, 2001.

HELLWIG, T. T.; SAMUELS, D. Electoral Accountability and the Variety of Democratic Regimes. *British Journal of Political Science*, v. 37, p. 1-26, 2007.

HENISZ W. J. *Political Constraints Database*, 2010 apud CARLIN, R. E.; LOVE, G. J.; MARTÍNEZ-GALLARDO, C. Security, Clarity of Responsibility, and Presidential Approval. *Comparative Political Studies*, v. 48, n. 4, 2014.

HESLI, V. L.; BASHKIROVA, E. The impact of time and economic circumstances on popular evaluations of Russia's president. *International Political Science Review*, v. 22, p. 379-398, 2001.

HUNTER, W.; POWER, T. Rewarding Lula: Executive Power, Social Policy, and the Brazilian Elections of 2006. *Latin American Politics and Society*, v. 49, n.1, p. 1-30, 2007.

IYENGAR, S. How citizens think about national issues: A matter of responsibility. *American Journal of Political Science*, v. 33, n. 4, p. 878-900, 1989.

KINDER, D. R.; KIEWIET, D. R. Sociotropic politics: the American case. *British Journal of Political Science*, v. 11, n. 2, p. 129-161, 1981.

KRAMER, G. H. Short-Term Fluctuations in U. S. Voting Behavior. *APSR.* v. 65. n. 1, Mar: 131-143, 1971.

KEY, V. O. *The Responsible Electorate*. New York: Harvard University Press, 1966.

KIEWIET, R. D. *Macroeconomics & Micropolitics*. Chicago: The University of Chicago Press, 1983.

KRAMER, G. H. The Ecological Fallacy Revisited: Aggregate vs. Individual-Level Findings on Economics and Elections, and Sociotropic Voting. *American Political Science Review,* n. 65, p.131-143, 1983.

LAPOP: The Americas Barometer by the Latin American Public Opinion Project (LAPOP). Disponível em: <http://datasets.americasbarometer.org/database/index.php>. Acesso em 14 jan. 2016.

LAZARSFELD, P. F.; BERELSON, B.; GAUDET, H. *The People's Choice:* How the Voter Makes Up His Mind in a Presidential Campaign. New York e London: Columbia University Press, 1948.

LEWIS-BECK, M. *Economics and Elections*: The Majors Western Democracies. Ann Arbor: University of Michigan Press, 1988.

LEWIS-BECK, M.; MITCHEL, G. Modelos Transnacionales de voto económico: estudio de un conjunto de paises europeos. *Revista del Instituto de Estudios Económicos*, v. 4, p. 65-81, 1990.

NADEAU, R.; LEWIS-BECK, M. S. National Economic Voting in US presidential elections. In: NIEMI R. G., & WEISBERG H. F., *Controversies in voting behavior*. p. 200-220. Washigton, DC: CQ Press, 2001

LEWIS-BECK, M.; STEGMAIER, M. Economic Determinants of Electoral Outcomes. *Annual Review of Political Science*, n. 3, p. 183-219, 2000.

LEWIS-BECK, M.; STEGMAIER, M. Economic models of voting. In: DALTON, R. KLINGEMANN H. D. (Eds.) *The Oxford Handbook of Political Behavior*, pp. 518-537, 2007.

LEWIS-BECK, M.; STEGMAIER, M. The Economic Vote in transitional democracies. *Journal of Elections, Public Opinion & Parties*, v. 18, n. 3, p.303-323, 2008.

LEWIS-BECK, M.; STEGMAIER, M. Economic Models of Voting. In: DALTON, R.; Klingemann, H. D. (Orgs.). *The Oxford Handbooks of Political Science*, Oxford: Oxford University, 2009.

LEWIS-BECK, M.; RATTO, M. C*.* Economic Voting in Latin America: a general model. *Electoral Studies*, n. 32, p. 489-493, 2013.

LICIO, E.; RENNÓ, L.; CASTRO, H. Bolsa Família e voto na eleição presidencial de 2006: em busca do elo perdido. *Opinião Pública*, v. 15 n. 1, pp. 31-54, 2009.

LINZ, J. The perils of presidentialism. *Journal of Democracy*, v. 1, n. 1, p. 51-69, 1990.

LINZ, J. Presidential versus Parliamentary Democracy. In: DIAMOND, L., LINZ, J., LIPSET, S. (Eds.). *Democracy in Developing Countries*, Vol. 4: Latin America. pp. 159–206. Boulder, Colo.: Lynne Rienner, 1994.

LONG, J. S. *Regression Models for Categorical and Limited Dependent Variables*. London: Sage Publications, 1997.

MANACORDA, M.; MIGUEL, E. & VIGORITO, A. Government transfers and political support. *American Economic Journal: Applied Economics*, v. 3, n. 3, 1-28, 2011.

MANIN, B. et al. 1999. “Elections and Representation.” In Democracy, Accountability, and Representation, ed. Adam Przeworski, Susan C. Stokes, and Bernard Manin. New York: Cambridge University Press, 29– 54. apud SAMUELS, D. Presidentialism and Accountability for Economy in Comparative Perspective. *American Political Science Review*, v. 98, n. 3, ago., pp.425-436, 2004.

MARQUES, R. M. A importância do Bolsa Família nos municípios brasileiros. *Caderno de Estudos Desenvolvimento Social em Debate*, Brasília, MDS, n. 1, 2005.

MARTIN, D. Clustering Mixed Data Types in R. 2016. Diponível em: <https://dpmartin42.github.io/posts/r/cluster-mixed-types>. Acesso em 16 out. 2016.

NADEAU, R.; LEWIS-BECK, M. National economic voting in U.S. presidential elections. *Journal of Politics*, v. 63, p. 159-181, 2001.

NADEAU, R.; NIEMI, R. G.; YOSHINAKA, A. A cross-national analysis of economic voting: taking account of the political context across time and elections. *Electoral Studies*, v. 21, p. 403-423, 2002.

NICKELSBURG, M.; NORPOTH, H. Commander-in-chief or chief economist? The president in the eye of the public. *Electoral Studies*, v. 19, n. 2, 313-332, 2000.

NICOLAU, J.; PEIXOTO, V. Uma disputa em três tempos: uma análise das bases municipais nas eleições presidenciais de 2006. In: ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS, 31. *Anais*... Caxambu, 2007.

NORPOTH, H. Divided Government and Economic Voting. *Journal of Politics*, v. 68, p. 777-792, 2001.

NORPOTH, H. Bush v. Gore: the recount of economic voting. In: WEISBERG, H. F. e WILCOX, C. (Eds.). *Models of Voting in Presidential Elections*. Stanford – CA: Stanford University Press, 2004.

NUPIA, O. *Anti-poverty programs and presidential election outcomes: familias en acción in Colombia*. Bogotá: Universidad de los Andes/Cede, 2011.

PACEK, A. C. Macroeconomic conditions and electoral politics in East Central Europe. *American Journal of Political Science*, v. 38, p. 724-744, 1994.

PALDAM, M. How robust is the vote function? A study of seventeen nations over four decades. In Economics and politics: the calculus of support. Ann Arbor: University of Michigan Press, p. 9–31, 1991.

PASCOM, A. R. P. *Mudança no comportamento reprodutivo das mulheres brasileiras: um estudo comparativo entre 1986 e 1996*. 2002. Dissertação (Mestrado em Estudos Populacionais e Pesquisas Sociais) - Escola Nacional de Ciências Estatísticas, IBGE, 2002.

PÉREZ-LIÑAN, A. *Presidential Impeachment and the new political instability in Latin America*. Cambridge: Cambridge University Press, 2007.

PEARSON, T.; TABELLINI, G. The Economic Effects of Constitutions: What do the Data Say? Cambridge: MIT Press, 2003.

PERISSINOTTO, R. Comparação, história e interpretação: por uma Ciência Política histórico-interpretativa. *Revista Brasileira de Ciências Sociais,* v.28, n.83, pp.151-165, 2013.

PETROCIK, J. R. Issue ownership in presidential elections, with a 1980 case study. *American Journal of Political Science*, v. 40, n. 3, 825-850, 1996 apud CARLIN, R. E.; LOVE, G. J.; MARTÍNEZ-GALLARDO, C. Security, Clarity of Responsibility, and Presidential Approval. *Comparative Political Studies*, v. 48, n. 4, 2014.

PORTELA FILHO, P. O ajustamento na América Latina: Crítica ao Modelo de Washington**.** *Electronic Document Format (ISO) Lua Nova [online]*., n. 32 [cited 2013-04-17], p. 101-132, 1994.

POWELL, G. B.; WHITTEN, Guy. A cross-national analysis of economic voting: taking account of the political context. *American Journal of Political Science*, v. 37, n.2, p 391-414, 1993.

PRZEWORKY, A.; MANIN, B.; STOKES, S (Eds.). *Democracy, Accountability, and Representation*. Cambridge: Cambridge University Press, 1999.

QUEIROLO, R. El Rol de los Programas de Transferencias Monetarias en la Reelección del Frente Amplio en 2009. In: *Del Cambio a la Continuidad*: Ciclo Electoral 2009-2010 en Uruguay, BUQUET D.; JOHNSON N. (Eds.), p. 195-212, Montevideo: Editorial Fin de Siglo, CLACSO & ICP, 2010 apud CORRÊA, D. S. CCT Programs, the Economy and Presidential Elections in Latin America. In: Encontro da Associação Brasileira de Ciência Política (ABCP), 8. *Anais*... Gramado, 2012.

RATTO, M. C. El proceso de atribución de responsabilidades en América Latina: un estudio sobre el voto económico entre 1996 y 2004. *Revista SAAP: Sociedad Argentina de Análisis Político*, v. 5, n. 1, 59-92, 2011.

RATTO, M. C. Accountability y voto económico en América Latina: Um estudio de las pautas de comportamento eleitoral entre 1996-2004*. Revista Mexicana de Análisis Político y Administración Pública*, v. 2, n. 1, p.49, 2013.

REMMER, K. The political impact of economic crisis in Latin America in the 1980s. *American Political Science Review*, n. 85, dez., p. 777-800, 1991.

RENNÓ, L. Escândalos e voto: as eleições presidenciais brasileiras de 2006. *Opinião Pública*, v. 13, n. 12, p. 260-282, nov., 2007.

ROBBERT, K. M.; WIBBELS, E. Party Systems and Electoral Volatility in Latin America: A Test of Economic, Institutional, and Structural Explanations. *American Political Science Review*, v. 93, n. 3, p. 575-590, 1999.

ROSA, J. J.; AMSON, D. Conditions economiques et elections: une analyse politico-économetrequi (1920-1973). *Revue Française de Science Politique*, v. 26, p. 1101-1124, 1976.

ROYDEN, T. J.; LEYDEN, K. M.; BORELLI, S. A. Is 'Clarity of Responsibility' Important for Economic Voting? Revisiting Powell and Whitten's Hypothesis. *British Journal of Politics*, v. 30, 669-698, 2000 apud DUCH, R. M.; STEVENSON; R. *The Economic Vote*: How Political and Economic Condition Electoral Results. Cambridge: Cambridge University Press, 2008.
RUDOLPH, T. J. Institutional Context and the Assingment of Political Responsibility. *Journal of Politics*, v. 65, n. 1, p. 190-215, 2003.

SAMUELS, D. Presidentialism and Accountability for Economy in Comparative Perspective. *American Political Science Review*, v. 98, n. 3, ago., pp.425-436, 2004.

SARTORI, G. Concept Misformation in Comparative Politics. *The American Political Science Review*, v. 65, n. 4, 1033-1053, 1970 apud PERISSINOTTO, R. Comparação, história e interpretação: por uma Ciência Política histórico-interpretativa. *Revista Brasileira de Ciências Sociais,* v.28, n.83, pp.151-165, 2013.

SARTORI, G. Comparing and miscomparing. *Journal of Theoretical Politics*, v. 3, n. 3, 243- 257, 1991 apud PERISSINOTTO, R. Comparação, história e interpretação: por uma Ciência Política histórico-interpretativa. *Revista Brasileira de Ciências Sociais,* v.28, n.83, pp.151-165, 2013.

SCHWINDT-BAYER, L. A.; TAVITS, M. *Clarity of Responsibility, Accountability and Corruption*. Cambridge: Cambridge University Press, 2016.

SERDÁN, A. *Programas sociales y elecciones*: análisis de los programas de combate a la pobreza en contextos electorales durante la administración de Vicente Fox: avances y retrocesos, una evaluación ciudadana del sexenio 2000-2006*.* México, D.F., Fundar, Centro de Análisis e Investigación, 2006, apud CORRÊA, D. S. CCT Programs, the Economy and Presidential Elections in Latin America. In: Encontro da Associação Brasileira de Ciência Política (ABCP), 8. *Anais*... Gramado, 2012.

SHUGART, M. S.; CAREY, J. M. *Presidents and assemblies*: Constitutional design and electoral dynamics. New York: Cambridge University Press, 1992.

SINGER, M. Economic Voting in an Era of (Non) Crisis: The Changing Electoral Agenda in Latin America 1982 – 2010. *Comparative Politics*, v. 45, n. 2, jan., pp.169-185, 2013.

SOARES, G. DILLON, A. e TERRON, S. L. Dois Lulas: a geografia eleitoral da reeleição (explorando conceitos, métodos e técnicas de análise geoespacial). *Opinião Pública*, v. 14, n. 2, p.269-301, Campinas, 2008.

STRUYF, A.; HUBERT, M.; ROUSSEEUW, P. J. Integrating robust clustering techniques in S-PLUS. *Computational Statistics and Data Analysis*, v. 26, p. 17-37; 1997.

STRUYF, A.; HUBERT, M.; ROUSSEEUW, P. Clustering in an Object-Oriented Environment. *Journal of Statistical Software*, v. 1, n. 4, p. 1-30, 1997.

TSEBELIS, G. *Veto players*: How political institutions work. Princeton: Princeton University Press, 2002 apud CARLIN, R. E.; LOVE, G. J.; MARTÍNEZ-GALLARDO, C. Security, Clarity of Responsibility, and Presidential Approval. *Comparative Political Studies*, v. 48, n. 4, 2014.

TUCKER, J.A. Economic conditions and the vote for incumbent parties in Russia, Poland, Hungary, Slovakia and Czeck Republic from 1990 to 1996. *Post-Soviet Affairs*, v. 17, n. 4, 309-331, 2001.

VAN DEN HOVEN, J. *Clustering with optimised weights for Gower's metric*: using hierarchical clustering and Quasi-Newton methods to maximize the cophenetic correlation coefficient. Amsterdan: University Amsterdan, 2015.

VAN DER MAATEN, L.; HINTON, G. Visualizing Data using t-SNE. *Journal of Machine Learning Research* v. 9, 2008.

VEIGA, L. Economic Voting in an Age of Growth and Poverty Reduction: Electoral Response in Latin America (1995-2010). *CSD Working Papers*, *Center for the Study of Democracy UC Irvine.* 2013. Disponível em: <http://www.escholarship.org/uc/item/8r683983>. Acesso em: 3 abr. 2015.

WEYLAND, K. Peasants or Bankers in Venezuela? Presidential Popularity and Economic Reform Approval,1989-1993. *Political Research Quarterly*, v. 51, n. 2, p. 341-362, jun., 1998.

WEYLAND, K. A Paradox of Success? Determinants of political support for President Fujimori. *International Studies Quarterly,* n. 44, p. 481-502, 2000.

WEYLAND, K. Economic Voting Reconsidered: Crisis and Charisma in the Election of Hugo Chávez. *Comparative Political Studies*, v. 36, n. 7, p.822-848, set., 2002.

WHITTEN, G. Presentation: "Clarity Far and Wide" delivered at the Special Workshop on Coalitions in Presidential Regimes and Clarity of Responsibility in Latin America at the University of São Paulo, Brazil, January 20, 2018.

Whitten, G.; Palmer, H. D. Cross-national analyses of economic voting. *Electoral Studies*, v. 18, n. 1, 49-67, 1999.

WILKIN, S.; HALLER, B.; NORPOTH, H. From Argentina to Zambia, a world-wide test of economic voting. *Electoral Studies*, v. 16, p. 301-316, 1997.

ZUCCO, C. The President's 'New' Constituency: Lula and the Pragmatic Vote in Brazil's 2006 Presidential Elections. *Journal of Latin American Studies*, v. 40, p. 29-49, 2008.

APÊNDICE A – Ondas de análise do banco de dados micro

A tabela abaixo traz os países e ondas referentes a cada um deles presentes no estudo do Barômetro das Américas, fonte dos dados de nível macro utilizados nesta tese.

Tabela 34 – Países e anos do banco de dados micro

País	Ondas
Argentina	2008
Bolívia	2004, 2006, 2008
Brasil	2006, 2008, 2010, 2012, 2014
Chile	2008
Colômbia	2004, 2006, 2008, 2010, 2012, 2014
Costa Rica	2004, 2008, 2010, 2012
Equador	2004, 2006, 2008, 2010, 2012
El Salvador	2004, 2006, 2008, 2010, 2012
Guatemala	2006, 2010, 2014
Honduras	2004, 2008, 2012, 2014
México	2004, 2006, 2008, 2010, 2012, 2014
Nicarágua	2006, 2008, 2010, 2012, 2014
Panamá	2006, 2008, 2010, 2012, 2014
Paraguai	2006, 2008, 2010, 2012
Peru	2006, 2008, 2010, 2012, 2014
Uruguai	2006, 2008, 2010, 2012, 2014
Venezuela	2006, 2008

Fonte: A autora, 2018.

APÊNDICE B – Modelos de regressão logit ordinal que trazem as variáveis independentes sob natureza categóricas

As variáveis independentes foram inseridas uma de cada vez. Como é possível perceber, todas elas demonstram comportamento bastante semelhante aos resultados encontrados para as variáveis usadas em forma numérica.

Tabela 35 – Coeficientes Estimados - Modelos Ordinais

	M1 - VI numéricas	M2 - VI numéricas	M3 - VI numéricas	M4 - VI numéricas	M5 - VI numéricas
Av economia (igual)	0.829***(2.29)	0.651***(1.91)	0.664***(1.94)	0.656***(1.92)	0.663***(1.94)
Av economia (melhor)	1.777***(5.91)	1.315***(3.72)	1.306***(3.69)	1.287***(3.62)	1.294***(3.65)
Av Combate à Pobreza 2		0.63***(1.87)	0.425***(1.53)	0.35***(1.41)	0.306***(1.35)
Av Combate à Pobreza 3		1.12***(3.06)	0.76***(2.13)	0.641***(1.89)	0.574***(1.77)
Av Combate à Pobreza 4		1.616***(5.03)	1.111***(3.03)	0.931***(2.53)	0.79***(2.20)
Av Combate à Pobreza 5		2.138***(8.48)	1.48***(4.39)	1.228***(3.41)	1.034***(2.81)
Av Combate à Pobreza 6		2.725***(15.2)	1.901***(6.69)	1.57***(4.824	1.338***(3.81)
Av Combate à Pobreza 7		3.364***(28.9)	2.397***(10.9)	1.993***(7.34)	1.706***(5.50)
Av Segurança 2			0.385***(1.47)	0.254***(1.29)	0.207***(1.23)
Av Segurança 3			0.635***(1.88)	0.446***(1.56)	0.358***(1.43)
Av Segurança 4			0.885***(2.42)	0.62***(1.86)	0.484***(1.62)
Av Segurança 5			1.186***(3.27)	0.818***(2.26)	0.643***(1.90)
Av Segurança 6			1.556***(4.74)	1.085***(2.96)	0.868***(2.38)
Av Segurança 7			1.829***(6.23)	1.27***(3.56)	1.017***(2.76)
Av Combate ao Desemprego 2					0.25***(1.28)
Av Combate ao Desemprego 3					0.358***(1.43)
Av Combate ao Desemprego 4					0.559***(1.74)
Av Combate ao Desemprego 5					0.674***(1.96)
Av Combate ao Desemprego 6					0.82***(2.27)
Av Combate ao Desemprego 7					0.871***(2.39)
Av à Combate Corrução 2				0.306***(1.35)	0.245***(1.27)
Av Combate à Corrupção 3				0.4***(1.49)	0.325***(1.38)
Av Combate à Corrupção 4				0.514***(1.67)	0.377***(1.45)
Av Combate à Corrupção 5				0.772***(2.16)	0.613***(1.84)

Av Combate à Corrupção 6				1.012***(2.75)	0.824***(2.27)
Av Combate à Corrupção 7				1.217***(3.38)	1.047***(2.85)
Ideologia	0.0021(1)	0.002(1.00)	-0.004(0.99)	-0.004(0.99)	0.002(1.00)
Sexmale	-.068***(0.93)	-.052***(0.94)	-.051***(0.95)	-.053***(0.94)	-.067***(0.93)
Educacao	0.007***(1)	0.001***(1.00)	-.0003(0.99)	-.0009(0.99)	-.0003(0.99)
AIC	182248	165026.25	146723	144156	113273
N	82934	70730	79712	63048	49622

Nota: Variável dependente: Avaliação do trabalho do presidente (muito ruim, ruim, regular, bom, muito bom). *** <0,01; **< 0,05; *<0,1. Fonte: A autora, 2018.

APÊNDICE C – Coeficientes estimados das amostras de maior e menor clareza de responsabilidade

A tabela abaixo apresenta os coeficientes estimados da regressão logit ordinal realizada em quatro amostras distintas: amostras de maior e menor clareza de responsabilidade, incluindo a variável “reeleição”, presentes nas duas primeiras colunas de coeficientes da Tabela 36; e amostras de maior e menor clareza de responsabilidade sem considerar a variável reeleição, como apontam as duas últimas colunas.

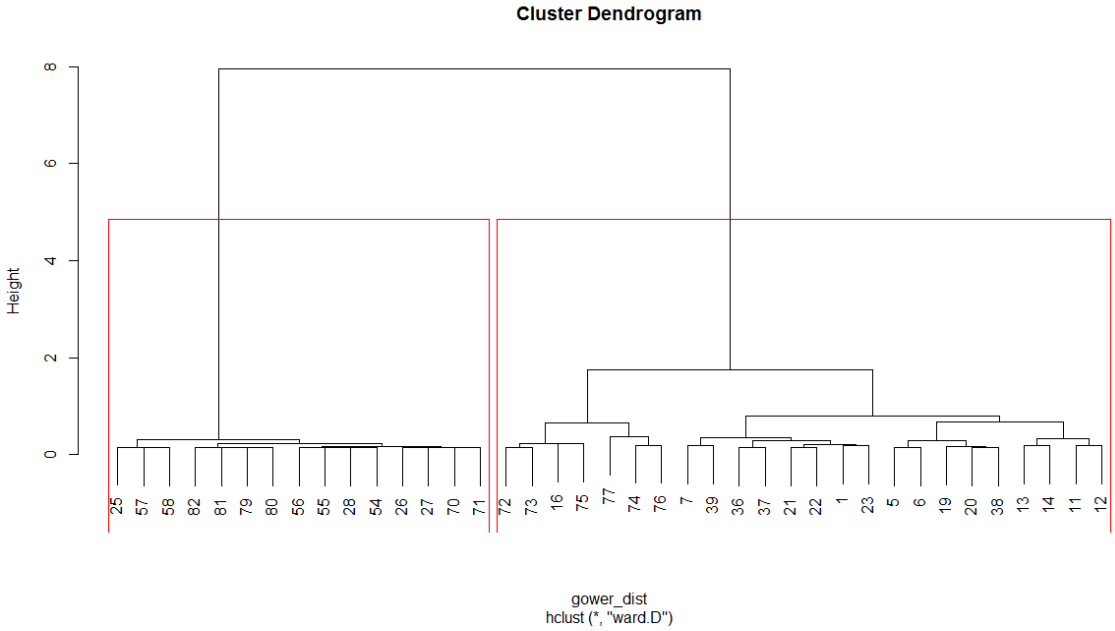
Tabela 36 – Coeficientes estimados em perspectiva comparada

	Maior Clareza	Menor Clareza	Maior Clareza - sem reeleição	Menor Clareza - sem reeleição
Av economia (igual)	0.642***(1.90)	0.606***(1.83)	0.645***(1.90)	0.601***(1.82)
Av economia (melhor)	1.289***(3.62)	1.211***(3.35)	1.296***(3.65)	1.208***(3.34)
Av Combate à Pobreza	0.418***(1.51)	0.367***(1.44)	0.41***(1.5)	0.371***(1.44)
Av Segurança	0.304***(1.35)	0.279***(1.32)	0.308***(1.36)	0.278***(1.32)
Ideologia	-0.016**(0.98)	0.009**(1.00)	-0.014** (1.01)	0.008**(1.00)
Sex (homem)	-0.065**(0.94)	0.002 (1.00)	-0.088***(1.09)	0.012(1.01)
Educação	0.002 (1.00)	0.0009 (1.00)	0.0006 (1.00)	0.001(1.00)
N	14692	26901	13461	28132

Nota: Variável dependente: Avaliação do trabalho do presidente (muito ruim, ruim, regular, bom, muito bom). *** <0,01; **< 0,05; *<0,1.
Fonte: A autora, 2018.

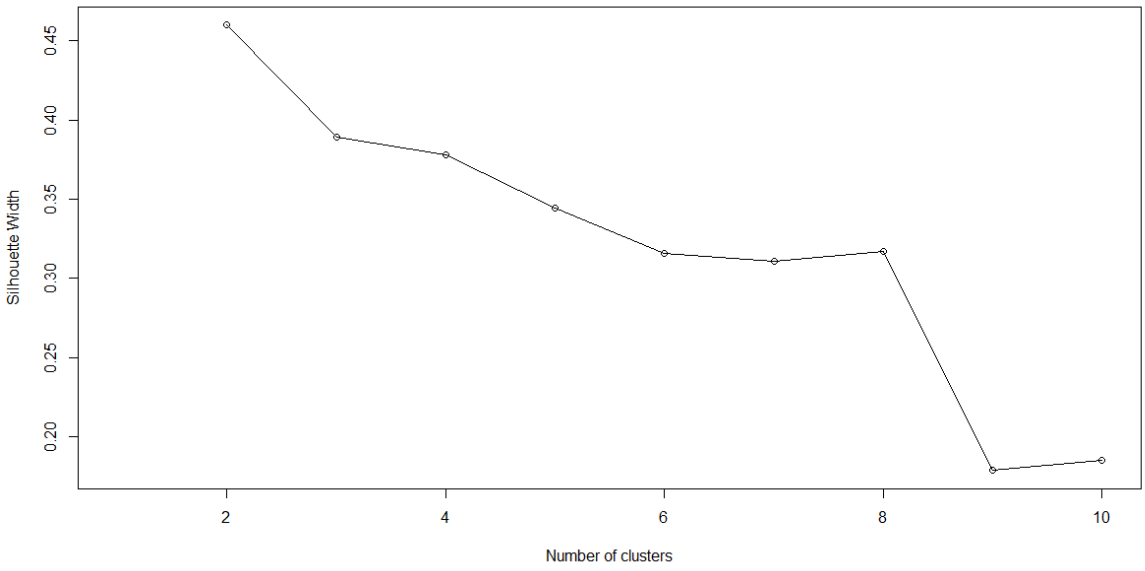
APÊNDICE D – Gráficos adicionais

Gráfico 6 – Dendograma relativo aos *clusters* 1 e 2 (que incluem a variável "reeleição).



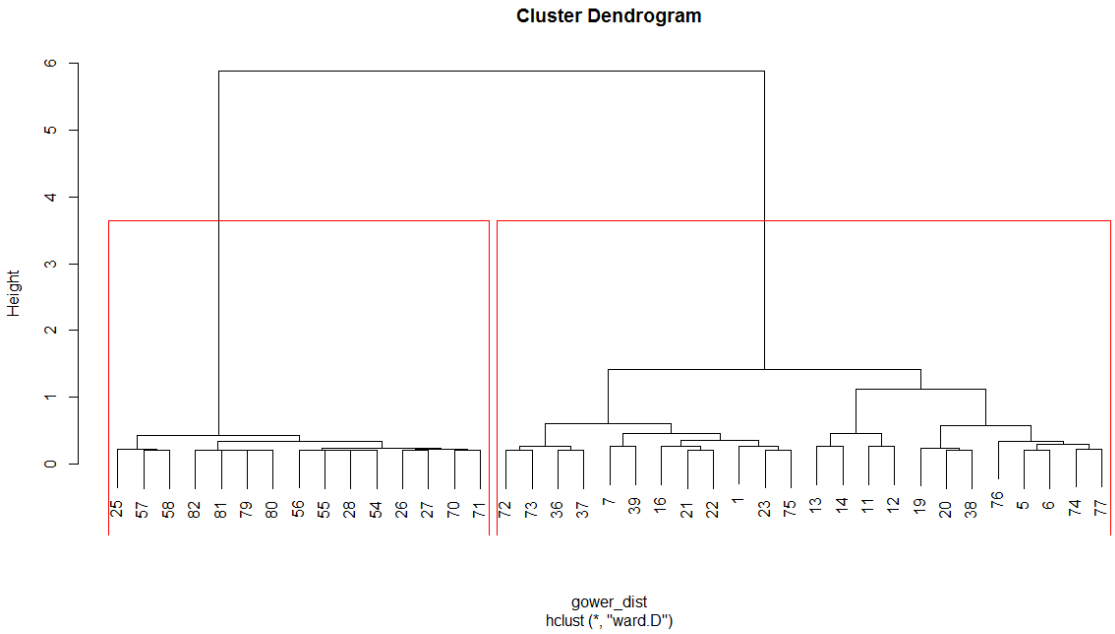
Fonte: A autora, 2018.

Gráfico 7 – Largura da silhueta dos gráficos 1A e 2A



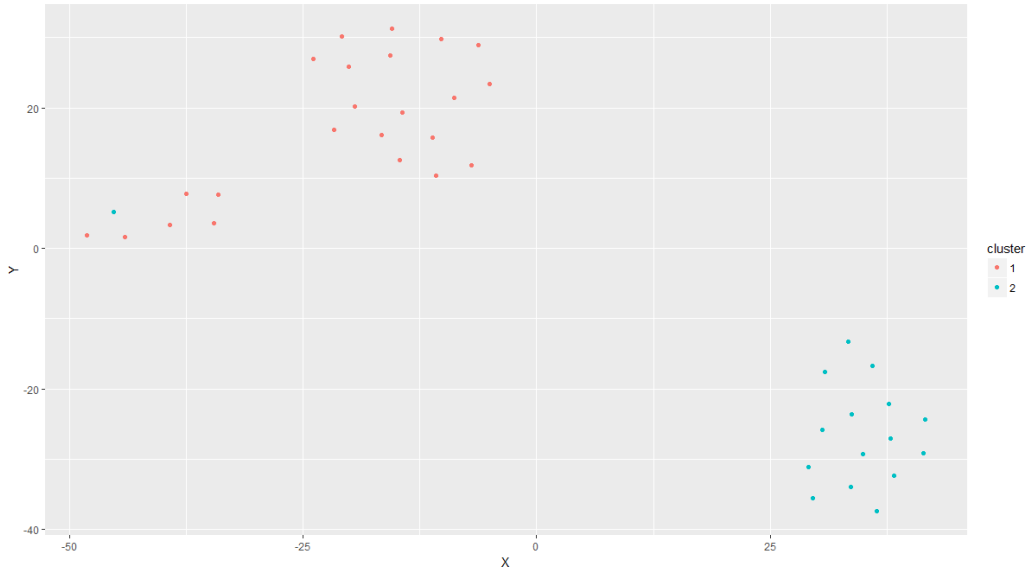
Fonte: A autora, 2018.

Gráfico 8 – Dendograma dos *cluster* 1A e 2A (que não incluem a variável “reeleição”)



Fonte: A autora, 2018.

Gráfico 9 – Distribuição dos casos entre os *clusters* 1A e 2A



Fonte: A autora, 2018.